

# RED

REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Vol.13 N1 de 2021  
E-ISSN: 1984-1736

REVISTA  
ESPAÇO  
DE DIÁLOGO  
E DESCONEXÃO

Com o propósito de fomentar discussões a partir de perspectivas interdisciplinares, o volume nº1 do ano de 2021 da Revista Espaço de Diálogo e Desconexão reúne trabalhos desenvolvidos por pesquisadores com diferentes interesses de pesquisa, incluindo artigos elaborados por professores doutores convidados que acrescentam reflexões pertinentes à presente edição. Atravessando temáticas como tecnologias sociais, êxodo rural, pragmatismo jurídico entre outros assuntos relevantes, o volume em questão apresenta ao leitor a oportunidade de aprofundar conhecimentos e construir reflexões a partir de trabalhos com elevada qualidade científica, além de oferecer à este um conteúdo cultural representado pela resenha do livro “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido de Mello e Souza escrita por Luciando Tássio Ribeiro de Souza.

Em “O Pragmatismo Jurídico como Critério de Tomada de Decisões Judiciais e Afastamento do Aspecto Negativo do Ativismo Judicial na Gestão de Conflitos” Augusto Martinez Perez Filho examina os critérios que compõem a fundamentação das decisões jurídicas, explorando o papel assumido pelo pragmatismo jurídico na estruturação de decisões que consideram, mais enfaticamente, os efeitos práticos das deliberações. Assim, o autor questiona os limites do ativismo judicial no que diz respeito à permeabilidade de fatores subjetivos (culturais e ideológicos) nas deliberações, o que, segundo o autor, pode resultar em um agravamento da insegurança jurídica e consequentemente um afastamento das próprias leis.

Para abordar as questões que envolveram o êxodo rural colombiano e consequentemente o processo de urbanização da cidade de Medellín, Bruno Fontes de Almeida analisa em seu artigo, cujo título é “Êxodo Rural e o Surgimento dos Bairros Populares de Medellín Colômbia”, o contexto existente no período conhecido como “La violência”, na década de 1950, observando as implicações que a falta de políticas públicas e de infraestrutura adequada causou no movimento de transposição do mundo rural para o urbano. A partir da caracterização cronológica do processo histórico de desenvolvimento da Colômbia o autor investiga as origens do agravamento dos problemas sociais, assim como a desordem e o inchaço populacional que se instalaram após o êxodo rural e definiram o surgimento dos bairros populares de Medellín.

A partir do mapeamento de experiências implementadas no Brasil (2000-2017) e do cruzamento de dados obtidos tanto por análises empíricas quanto pela aplicação de questionários para coleta de dados qualitativos, o artigo denominado “Tecnologia Social, Agricultura e Geração de Renda” de autoria do Prof. Dr. Paulo Van Noije e de Caio Silveira Schweller investiga as intersecções possíveis entre tecnologias sociais e geração de renda na agricultura de forma a identificar o potencial de replicabilidade dessas experiências no contexto brasileiro. Analisando as redes que são formadas em torno das tecnologias sociais e consequentemente a articulação dos fatores que podem influenciar a difusão dessas tecnologias, o trabalho procurou identificar a importância de hiperconectores para a replicabilidade de tecnologias sociais.

Ao observar a produção agroecológica e os espaços de consumo e comercialização geridos pelo coletivo de produtoras do assentamento de reforma agrária Elizabeth Teixeira em Limeira-São Paulo, Leonardo Messina juntamente com a Prof. Dra. Juliana Leite buscaram explorar em seu trabalho intitulado “A Perspectiva Política do Consumo Alimentar: Experiência do Grupo de Consumo Responsável do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, Limeira-SP” a possível convergência existente entre os posicionamentos políticos assumidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), diretamente associados com o coletivo em questão, e as inclinações políticas dos consumidores dos produtos produzidos no assentamento. O interesse dos autores envolveu, entre outras coisas, a identificação do perfil dos consumidores que buscam o coletivo para obter alimentos, assim como as motivações que os levam a buscar formas alternativas de consumo, a fim de identificar se há uma relação clara entre essas motivações e os valores políticos dos consumidores, o que identifica-se com o conceito de consumo político.

O artigo “Acesso aos Serviços de Saúde na Rede Santa Marcelina - SP: Um Estudos Sobre o Território Cidade Tiradentes” escrito por Gustavo Oliveira, Helena Carvalho De Lorenzo e Alessandra Santos Nascimento avalia a questão do acesso dos usuários do SUS aos serviços de saúde no caso específico do Território Cidade Tiradente, inserido na Rede Santa Marcelina de São Paulo, com intuito de apontar quais são os principais obstáculos e as principais facilidades relacionadas a concretização do direito à saúde. Através da comparação dos julgamentos dos atores diretamente implicados na realidade estudada, ou seja, dos gestores, dos profissionais de saúde e dos próprios usuários, o autor pretendeu responder à seguinte questão: “os cidadãos do Território de Cidade Tiradentes têm acesso às ações e serviços de saúde necessários para a resolução de seus problemas, ou ainda, existem restrições e barreiras importantes de acesso no referido Território?”.

Para completar a presente edição o leitor terá acesso a resenha do livro “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido de Mello e Souza que representa um estudo sobre diversas dimensões da sociedade caipira tradicional, que pretende ampliar os entendimentos não apenas sobre os hábitos do caipira paulista, como também sobre os questões culturais e sociais que pertencem a estes, em uma perspectiva interdisciplinar de observação da realidade em questão. Por fim, este número da revista conta com o ensaio “Interrogando a Pesquisa Histórica Sobre as Ferrovias do Estado de São Paulo: Teorias Métodos e Fontes” produzido pela Profa. Dra. Cristina Campos que revisita a história da implantação das ferrovias no Brasil a partir de um olhar crítico que reflete sobre as contribuições teóricas já realizadas no país a respeito da temática, discutindo sobre as principais fontes documentais disponíveis sobre o tema e sobre as limitações e potencialidades dos estudos da área.

**Larissa Aparecida Prevato Lopes**

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-5586-5189>

**Rodrigo Alberto Toledo**

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6232-4703>

## Êxodo rural e o surgimento dos bairros populares de Medellín

Bruno Fontes de Almeida<sup>1</sup>

Cristina de Campos<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i1.15973>

### RESUMO

A década de 1950 foi um período de grandes conflitos na zona rural colombiana, denominado pela “La Violência”, período em que foram registradas cerca de dois milhões de pessoas deslocadas para as grandes cidades e mais de 300.000 mortes. A cidade de Medellín, situada no Departamento de Antioquia, Colômbia, constitui-se em objeto das reflexões desse estudo, tendo como objetivo geral analisar o impacto do êxodo rural colombiano, o processo de urbanização da cidade e o surgimento dos bairros populares. O método para a elaboração da pesquisa será a pesquisa teórica exploratória. Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que a falta de políticas públicas voltadas para conter o êxodo rural na Colômbia não foi exitoso, visto que um país predominantemente agrícola passa a ser predominantemente urbano, sem possuir a infraestrutura adequada para abrigar a quantidade de imigrantes que vinham do campo em busca de uma nova vida na cidade. O processo de expectativas para melhorar as condições de vida dos camponeses que fugiam dos conflitos armados e encontrar tranquilidade, foram superados por uma desordem total no inchaço e nos problemas da cidade, a isto se somam a falta de moradia, miséria e o crime.

**Palavras-chave:** Êxodo rural; violência; bairros populares; Medellín; Colômbia.

### ABSTRACT

#### Rural exodus and the arising of the popular neighborhoods of Medellín Colombia

The 1950s was a period of great conflicts in the Colombian countryside, called “La Violência”, a period in which nearly two million people were displaced to large cities and more than 300,000 deaths. The city of Medellín, located in the Department of Antioquia, Colombia, is the object of the reflections of this study, with the general objective of analyzing the impact of the Colombian rural exodus, the urbanization process of the city and the emergence of popular neighborhoods. The method for preparing the research will be exploratory theoretical research. The results found in this study suggest that the lack of public policies aimed at containing the rural exodus in Colombia was not successful, as a predominantly agricultural country becomes predominantly urban, without having the adequate infrastructure to house the number of immigrants who came from the countryside in search of a new life in the city. The process of expectations to improve the living conditions of peasants who fled armed conflicts and found tranquility were overcome by a total disorder in the swelling and problems of the city, in addition to the lack of housing, poverty and crime.

**Keywords:** Rural exodus; violence; popular neighborhoods; medellin; colombia.

### RESUMÈN

#### Exôdo Rural y el surgimento de los barrios populares de Medellín Colombia

La década de 1950 fue un período de grandes conflictos en el campo colombiano, denominado “La Violência”, un período en el que casi dos millones de personas fueron desplazadas a las grandes ciudades y más de 300.000 muertes. La ciudad de Medellín, ubicada en el Departamento de Antioquia, Colombia, es objeto de las reflexiones de este estudio, con el objetivo general de analizar el impacto del éxodo rural colombiano, el proceso de urbanización de la ciudad y el surgimiento de barrios populares. . El método de elaboración de la investigación será una investigación teórica exploratoria. Los resultados encontrados en este estudio sugieren que la falta de políticas públicas encaminadas a contener el éxodo rural en Colombia no tuvo éxito, ya que un país predominantemente agrícola pasa a ser predominantemente urbano, sin contar con la infraestructura adecuada para albergar la cantidad de inmigrantes que llegaron. campo en busca de una nueva vida en la ciudad. El proceso de expectativas para mejorar las condiciones de vida de los campesinos que huyeron de los conflictos armados y encontraron tranquilidad fue superado por un total desorden en la hinchazón y problemas de la ciudad, además de la falta de vivienda, la pobreza y la delincuencia.

**Palabras-clave:** Êxodo rural; violencia; barrios populares; medellin; colombia.

<sup>1</sup> Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Centro universitário de Patos - UNIFIP (2018), atualmente é professor da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (2021). Membro de núcleo docente estruturante do curso de Arquitetura e Urbanismo na Autarquia do ensino superior de Garanhuns (Aesga). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7038-8153>. E-mail: [brunofontesarq@gmail.com](mailto:brunofontesarq@gmail.com).

<sup>2</sup> É Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu e pesquisadora do instituto Anima. Professora Colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria e História da Urbanização, História Social da Técnica e da Tecnologia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9379-5057>. E-mail: [cristina.campos@saojudas.br](mailto:cristina.campos@saojudas.br).

## Introdução

A história política colombiana é marcada pela ausência de políticas pertinentes na sociedade, pela alta desigualdade social e pela persistência da luta armada, elementos esses que fizeram ao longo dos anos o espaço político incapaz de solucionar os diversos conflitos que ocorrem no país. A intensidade e constância das guerras civis sugerem que a violência teria se constituído numa via acolhida pela sociedade como forma de se defender dos diversos conflitos gerados pela inércia das disputas políticas e pela incapacidade do Estado colombiano. De acordo com Gomes (1991), a década de 1950 foi um período de grandes conflitos na zona rural colombiana, denominado pela “*La Violencia*”, nesse período foram registradas cerca de dois milhões de pessoas deslocadas para as grandes cidades e mais de 300.000 mortes. Um número bastante elevado, pois na época correspondia a dez por cento de toda população da Colômbia.

A cidade de Medellín, situado no Departamento de Antioquia, Colômbia, constitui-se em objeto das reflexões desse artigo. Medellín possui uma população de 2,508 milhões de acordo com o DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estatística). A cidade foi construída em torno do Rio Medellín, localizado no vale do Aburrá, local de grande valor ambiental por possuir diversas fontes de água. Além disso conta com uma topografia bastante acidentada, com o solo instável geologicamente e com grandes índices de violência (ECHEVERRI, 2016). Segundo Castillo (1977), Medellín cresceu paralelamente a violência, a concentração de renda, a inércia do poder do Estado a solucionar problemas estruturais da cidade e na concentração de miséria. O processo de expectativas para melhorar as condições de vida dos camponeses que fugiam dos conflitos armados e encontrar tranquilidade, foram superados por uma desordem total no inchaço e nos problemas da cidade, a isto se somam a falta de moradia, miséria e o crime.

Esse artigo tem como objetivo geral analisar o impacto do êxodo rural colombiano na cidade de Medellín Colômbia, especialmente o processo de urbanização de Medellín e o surgimento dos bairros populares. O método para a elaboração da pesquisa será a pesquisa teórica exploratória, buscando informações através de bibliografias e publicações em sites, revistas, livros, órgãos governamentais da Colômbia e dados estáticos como parte referencial do trabalho. Este trabalho discorre de uma ordem cronológica que analisa as desigualdades sociais no Estado colombiano a partir da invasão pelos espanhóis no século XVI, da luta pela independência da Espanha, do êxodo rural, no processo de urbanização e industrialização de Medellín e no surgimento dos primeiros bairros populares de Medellín.

## Caracterização da Colômbia e seu processo histórico

A Colômbia é um país localizado a noroeste da América do Sul sobre a Cordilheira dos Andes, banhado pelo Mar do Caribe, pelo Oceano Pacífico e grande parte de seu território integra a floresta amazônica. Faz fronteira com o Brasil, Venezuela, Peru e o Panamá. Possui uma população de 49.648.685 milhões de habitantes, sendo que 77% dessa população está localizada em áreas urbanas e 23% na zona rural. É subdividida por 32 Departamentos e um distrito Capital. Suas principais cidades são: Bogotá (distrito federal) com aproximadamente 7.412,566 milhões de habitantes, Medellín, Capital do Departamento de Antioquia e segunda cidade mais importante do país com 2.427.129 segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) no senso realizado em 2018 (DANE, 2018).

De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2018 o Produto Interno Bruto (PIB) foi de 6.625.064 bilhões de dólares, tornado a Colômbia a terceira maior economia da América do Sul. Entre os seus principais produtos de exportação se destacam o petróleo, esmeraldas, ouro, flores, café e a cana de açúcar, sendo também um importante criador de gado. Entretanto, na prática essa riqueza é desigualmente distribuída, a pontuação no Coeficiente de Gini que mede o grau de concentração de renda marca 49,70, configurando na 90ª posição dos 126 países nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) das Organizações das Nações Unidas (ONU) em seu relatório em 2018. É conhecido por ser um país de grandes belezas e elevados índices de violência (BANCO MUNDIAL, 2019).

O território que atualmente compreende a Colômbia, antes da chegada dos europeus era habitado por três grandes etnias indígenas que povoaram o território: O Caribe, os Arwac, Putumayo e Caquetá e os Muisca ou Chibchas. Em 1499 o capitão da invasão espanhola na América, Alonso de Ojeda, deixou a Espanha acompanhado de dois jovens que se destacavam na Academia de Salamanca: Juan de la Cosa, considerado um

dos mais experientes pilotos e cosmólogos do momento e do estudioso cartográfico Américo Vespúcio. Ojeda, cuja expedição consistia em quatro caravelas, percorreu a costa venezuelana do Golfo de Paria chegando a península de La Guajira, território que atualmente compreende a Colômbia (MELO,1996).

Após a chegada as novas terras conquistadas, o governo espanhol instalou a Audiência Real como forma de governo, que contava com presidentes e vice-reis. Nesse período conhecido como a colônia, os nativos trabalhavam através de instituições como a Mita, uma modalidade de trabalho livre, mas compulsória; a entrega de um grupo indígena aos cuidados de um conquistador em troca de suprimentos para os nativos confiados; as reservas, a concentração de famílias indígenas em um lugar previamente escolhido, do qual não deveriam partir, e a escravidão. Nesse período a Igreja unificava ideologicamente os territórios conquistados, facilitando a administração das novas terras. Entre a minoria branca que constituía a população das colônias havia os “chapeletes” que eram brancos nascidos na Espanha e os “criollos”, brancos nascidos na América (MELO,1996).

A década de 1520 é marcada pela escravidão africana na Colômbia, motivada pelo rápido declínio da população nativa americana, os africanos substituíram os índios no trabalho pesado, sendo forçados a trabalhar em minas de ouro, plantações de cana de açúcar, fazendas de gado e em grandes latifúndios, sem receber qualquer quantia por esse serviço<sup>3</sup> (MURILLO,2001).

Os abusos da coroa levaram a diversas revoltas que teve início com a revolução dos membros da comunidade em Socorro, Santander com a participação dos criollos, que se sentiam economicamente esmagados pela Espanha, que tinha como massa de manobra a grande legião de índios, negros e mestiços. Em 1816, o General espanhol Pablo Morillo derrota os revolucionários de Nova Granada devolvendo a Colômbia novamente ao domínio espanhol, começa-se a luta pela Independência liderada pelo General Simon Bolívar. Em 25 de julho Bolívar saiu vitorioso junto a suas tropas na batalha de Pântano de Vargas na Venezuela e, em 7 de agosto, logrou na famosa batalha de Boyacá contra o exército realista que permitiu a tomada de Santa fé do domínio espanhol. Nesse mesmo ano é realizado o Congresso de Cúcuta que estabeleceu uma constituição e a união da Venezuela, Nova Granada e Equador passando a chamar-se de Grã Colômbia, elegendo Simon Bolívar como primeiro presidente e do General Santander como Vice-Presidente (LAROSA E MEJIA, 2013: p.70).

De acordo com Larosa e Mejia (2013) a ditadura de Bolívar, a guerra contra o Peru, as inúmeras rebeliões e conspirações contra o regime colombiano, a revolução da Venezuela contra o governo nacional em Bogotá e os esforços de ministros de estabelecer uma monarquia constitucional foram fatores determinantes para a guerra civil e o fim da segunda República em 1830. Em 29 de fevereiro de 1832 é eleito o General Santander como Presidente da República de Nova Granada e uma nova constituição que defendia um regime centralista, um período presidencial de quatro anos, e que os estados fossem regidos por governantes.

No final da década de 1849 são formados dois partidos políticos com muita rivalidade na Colômbia, o Conservador e o Liberal. O desacordo de ideias dos partidos acarretou numa guerra civil que entrou para a história como a Guerra dos Mil Dias que findou em 1903 com a separação do Panamá com interferência direta dos Estados Unidos da América. Em 1953, o General Gustavo Rojas Pinilla deu um golpe de Estado contra o presidente Laureano Gomes ficando no poder até 1957, quando os partidos Conservador e Liberal aceitaram dividir o poder formando o Bipartidarismo, ou seja, se alternando no poder (LAROSA E MEJIA, 2013, p.86).

Essa mesma década é marcada pelas lutas sindicais e sociais, da Revolução Cubana (1959), do surgimento das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) em 1964, e pela morte do padre Camilo Torres Restrepo em 1965 fato que marca o início da Guerrilha na Colômbia. A partir de então, a Colômbia passou a sofrer com a violência de grupos políticos rebeldes (FARC) e dos traficantes de drogas. A década de 1970 na Colômbia foi marcada por um golpe no processo eleitoral que culminou na vitória do Partido Conservador da Frente Nacional. Em 1984 é assassinado o ministro da justiça Rodrigo Lara Bonilla pelo cartel de drogas de Medellín (MOROTTI, 2015).

---

<sup>3</sup> De acordo com Murillo (2001), estudioso e defensor afro-colombiano do meio ambiente, dos direitos dos grupos étnicos minoritários e da paz na Colômbia, a escravidão na Colômbia era tão injusta e cruel como em todas as partes das Américas. A escravidão foi abolida em 1851 e mesmo após a emancipação a vida dos recém libertados era muito difícil, sendo forçados a viver em áreas de selva como um mecanismo de autoproteção.

No início da década de 1990 é promulgada a nova constituição colombiana, em 1998 é eleito o presidente Andrés Pastrana que inicia um processo de paz com as guerrilhas. Em 2002 Álvaro Uribe deu continuidade aos acordos de paz, ressaltando-se o acordo realizado em 2017 quando o governo Colombiano declarou oficialmente o fim de seu conflito com as FARC, reconhecendo-a como partido político de nome Força Alternativa Revolucionária do Comum (SEGURA, 2017).

### **Êxodo rural colombiano**

Na primeira década do século 20, segundo Larosa e Mejia (2013) a Colômbia possuía uma população de pouco mais de cinco milhões de habitantes, sendo que três milhões e meio desses habitantes (75%) estavam localizados em áreas rurais. Portanto, pode-se afirmar que a Colômbia, em 1912, era um país rural. Importante notar que dos um milhão e meio de habitantes restantes (25%) exerceu controle real do território, dominando as relações de mercado, as instituições do Estado e as demais dinâmicas socioculturais da nação (LAROSA; MEJIA, 2013, p.64).

De acordo com Pires (2005), essa mudança do rural para o urbano na Colômbia se deu através de diversos fatores que não se limita apenas à Revolução Industrial. O camponês da Colômbia tem contra si, além do latifúndio, a guerra civil e o capital internacional, que necessita da terra e não necessariamente de toda a mão de obra camponesa disponível. De acordo com o relatório da Agência para refugiados da ONU em 2018, a Colômbia se configura como o segundo país com o maior índice de deslocamento forçado do mundo, chegando a 7,9 milhões de pessoas (ONU,2018).

Segundo Pires (2005), a disputa por terras na Colômbia se confunde com o seu processo de colonização, torna-se contundente nos primórdios do século XX com registros de organizações de ordem camponesa unindo-se as lutas indígenas e povos afro-colombianos. Em 1926 foi reconhecido a função social da propriedade rural e a autorização da expropriação de terras improdutivas através da lei de número 74 promulgado nesse mesmo ano<sup>4</sup>. Um período de conflitos de interesses entre camponeses e latifundiários foi acompanhado por leis que desagradavam a um dos grupos envolvidos, como a Lei número 100 que retardou a Lei número 200 que legitimava a reforma agrária no país (PIRES, 2005).

A zona rural colombiana herdou a estrutura agrária do período da colonização espanhola. As grandes famílias eram detentoras de latifúndios e aos colonos restava as terras de baixa qualidade, sem infraestrutura, trazendo fome e pobreza, fatores esses ocasionados pela ineficiência das terras. Essa injusta distribuição de terras foi o fator decisivo para a redução do homem do campo de 6 milhões em 1938 e 11,6 milhões em 1996 (MELO,1996).

Famílias inteiras fugiram do campo para a cidade em função dos problemas agrários do país e do aumento das áreas de cultivo de drogas e principalmente dos grupos armados em luta no país. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) os motivos que levaram ao êxodo rural na Colômbia são: 34% dos casos são ameaças, 18% medo, 14% assassinatos de familiares e amigos, 10% conflitos armados e 9% massacres, sendo este último o que tem mais crescido (SANTOS,1988).

O século XX é caracterizado por um período de maior deslocamento da população rural para ao meio urbano. A partir da década de 1970 houve um grande aumento na produção de entorpecentes complicando mais ainda a situação do país. A guerra interna que ocorria na Colômbia teve um papel decisivo para o êxodo rural, causando uma grande fuga para as cidades, os denominados refugiados urbanos (PIRES,2005).

As grandes cidades colombianas acabaram se tornando os núcleos que marcariam o rumo tomado pela dinâmica de crescimento e povoamento da população nas décadas que se seguiram, a ponto de transformar a Colômbia em um país predominantemente urbano no final do século 20. De acordo com o Censo de 2005, 74,3% dos colombianos vivem nos núcleos urbanos, enquanto o restante, 25,7%, cerca de onze milhões, se instalam em áreas rurais dos municípios. A partir desta perspectiva, afirmar que a Colômbia se tornou um país urbano significa que essa mudança ocorreu com base em um aumento considerável da população pobre nas cidades e

<sup>4</sup> A lei de número 74, de 1926 sobre a função social da propriedade rural determinava que o governo poderia desapropriar terras improdutivas e distribuir entre os habitantes rurais como forma de apascenta as tensões no campo e na grande migração para os centros urbanos (PIRES,2005).

consequentemente nos diversos problemas de infraestrutura urbana, o que resulta na qualidade de vida das pessoas (LAROSA; MIJERIA, 2013, p.65).

De acordo com Santos (1988), o fenômeno causado pelo êxodo rural nos países latino-americanos é avassalador. A população urbana em países desenvolvidos é multiplicada por 2,5 entre os anos 1920 e 1980 enquanto nos países subdesenvolvidos como é o caso da Colômbia multiplicador se aproxima de 6. Segundo os dados da CODHES (Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento, 2019), mais de 3 milhões de colombianos formam deslocados por causa da violência no campo. O número de pessoas que foram obrigadas a deixar a zona rural atingiu seu ápice em 2002 com o número de 4 milhões seguido por queda nos decorreres anos.

### **Processo de Urbanização de Medellín**

Medellín é a segunda cidade em importância comercial e industrial da Colômbia, e é a capital administrativa do Departamento de Antioquia. Possui uma população de 2.376.000 milhões de habitantes de acordo com o DANE. A cidade foi construída em torno do Rio Medellín, localizado no vale do Aburrá, local de grande valor ambiental por possuir diversas fontes de água. Além disso, conta com uma topografia bastante acidentada e com o solo instável geologicamente (ECHEVERRI, 2011).

Segundo Londoño (2013), Medellín e sua região metropolitana apresentam, no contexto geográfico, particularidades e universalidades do seu processo de crescimento urbano que correspondem a um conjunto de sistemas de objetos interligados indissociavelmente. No contexto da sua urbanização e industrialização, o primeiro plano regulador para a cidade foi o Plano Medellín Futuro, em 1913. O plano regulava novos locais de atividades comerciais e foi marcado por uma visão higienista europeia, conduzido pelos seguintes princípios: mobilidade, beleza e salubridade (LONDOÑO, 2013).

O uso urbano do solo era concentrado na zona plana do vale, mas sua forma, que era de traçado espanhol, desconhecia a topografia da região e os quarteirões não acompanhavam os movimentos das curvas de nível, ocasionando diversas situações de riscos, como desmoronamentos. Esse erro se repetiu durante todo o processo de crescimento da cidade (LONDOÑO, 2013).

No início do século XX, Medellín concentrava sua economia na atividade mineira, cafeeira e na atividade industrial, vinculadas ao mercado e ao sistema internacional. É importante frisar que a mineração, o comércio e a produção cafeeira permitiram a implantação de diversas fábricas em áreas centrais e de bairros da classe operária no centro da cidade. Segundo Poveda (1996) no início dos anos 1900, Medellín possuía o mesmo processo inovador e avançado das cidades de Buenos Aires (Argentina) e Monterrey no México (LONDOÑO, 2013). Em 24 de junho, começa a construção da primeira linha de bonde da cidade, que ia do Parque Berrío ao bairro América, inaugurada em 12 de outubro de 1921. Esse bonde era administrado pela agência governamental *Travía Municipal de Medellín* (TMM) e posteriormente pela Empresa Públicas Medellín (EPM) (LONDOÑO, 2013).

Medellín se internacionalizava e sua forma se transformava com importantes prédios e obras, tais como: o aterro de córregos urbanos, a gestão do primeiro plano de aqueduto e esgoto da cidade, construção de bairros (Berlin e Villanueva, na área central da cidade), retificação do Rio Medellín, gestão do aeroporto da cidade, jardim botânico e o zoológico, foram desenvolvidos em parceria com diversas oligarquias antioquenas, particularmente a “*Sociedad de Mejoras y Ornato*”, mais conhecida como Sociedade de Melhorias Públicas. Todas as ações dessa sociedade respondiam aos desejos das famílias mais ricas da cidade, os decretos do governo nunca intervieram na estrutura interna - pelo contrário, as incentivava, dando-lhe privilégios. Essa sociedade de interesse privado tem interferido na história da cidade no âmbito social, físico, educativo e cultural até os dias atuais (GARCIA, 1999, p. 331).

Nas décadas seguintes, conforme Naranjo e Villa (1997), a indústria consolidou-se como a principal atividade econômica de Medellín, ocasionando um grande deslocamento da população rural para o meio urbano. No início da década de 1940, o processo de urbanização expandiu-se, atravessando a parte ocidental do rio em volta das áreas centrais ao longo do córrego Santa Elena, estrutura hídrica importante para o processo de urbanização da cidade (NARANJO; VILLA, 1997).

Devido ao êxodo rural e ao desenvolvimento da indústria Medellín, no final da década de 1940, apresentava um cenário desalentador, com diversos problemas de mobilidade, de circulação, de uso do solo, de



carência de zonas verdes. Tendo em vista esses problemas, a Alcaldia de Medellín, junto com os urbanistas Wiener e Sert, realizou o Plano Piloto, seguindo as quatro funções básicas da cidade (habitação, trabalho, recreação e circulação) funções essas descritas na carta de Atenas, em 1933 (NARANJO; VILLA, 1997). Na metade do século XX, Medellín vivia seu apogeu industrial, a zona plana da cidade era ocupada pelas principais atividades econômicas e pela elite e as zonas de declividade do vale era habitada pelas pessoas de baixa renda. Esse bom desempenho da indústria e da atividade comercial permitiu a ativação da construção na cidade até 1956 (CÁMARA COLOMBIANA DE LA CONSTRUCCIÓN, 1994).

Para Naranjo e Villa (1997), Medellín na década de 1960 era uma cidade industrial, comercial e com um crescimento populacional demasiadamente acelerado, de 144.100 habitantes em 1938 para 735.236 em 1964, ou seja, um crescimento aproximadamente de 500%. Nessa mesma década é instalado um Plano Diretor (lei 66 de 1968) que marcava as diretrizes gerais da cidade e descrevia os problemas urbanos buscando financiamento de capital internacional por meio do projeto aliança. De acordo com o mesmo autor, essas regulamentações foram assinaladas como segregacionistas, já que na prática diferenciava a cidade por condições sociais (classe média alta, média e baixa). Esse estatuto permaneceu em vigor até 1972, na qual a prefeitura decidiu aplicar as “Normas Mínimas de Urbanização” que delimitava áreas territoriais de acordo com o nível econômico social da população (NARANJO; VILLA, 1997).

Durante a década de 1980, desenvolvimentos sociais e políticos foram apresentados. Foram criadas normas para a descentralização do Estado, o que abriu possibilidades de processos participativos nos serviços domiciliares, saúde e contratação comunitária. Os conselhos administrativos foram criados por lei local (Lei 11 de 1986) e houve progresso na lei de reforma urbana (Lei 9 de 1989) que teve ressonância em Medellín com o Estatuto do Planejamento Municipal, Usos do Solo, Urbanismo e Construção, que regulamentaram os processos de renovação urbana (Convênio 038, de 1990) (NARANJO; VILLA, 1997).

A Lei 9 de 1989 era de gestão local significativa, devido ao progresso no planejamento de desenvolvimento, a regulamentação do uso do solo, mobilidade urbana, habitação de interesse social, serviços públicos domésticos, meio ambiente, patrimônio, espaço público e a proteção de moradores de assentamentos precários, procurando evitar a violação de direitos (NARANJO; VILLA, 1997).

### **Os bairros populares de Medellín**

O aumento demográfico da cidade de Medellín e de grande parte dos municípios de sua região metropolitana foi muito elevada ao longo da metade do século 20. Isso é explicado principalmente pelo deslocamento de pessoas e famílias das áreas rurais para a cidade em busca de oportunidades de emprego na crescente indústria da cidade, que gerou a criação de novos bairros para a classe trabalhadora. Posteriormente, as ondas de deslocados pela violência em áreas rurais chegaram a Medellín, agravando o déficit de habitação (CALVO E PARRA, 2012).

De acordo com Martin (2012), o primeiro assentamento popular em Medellín foi o bairro “O Salado”, situado na zona centro-oeste, fundado por um grupo de escravos recém-libertos da escravidão. Em 1910, ainda segundo o mesmo autor, já existiam oito lotes de assentamentos ilegais na zona nordeste, próximo às estradas e fontes de água. Em 1930, em decorrência da grande falta de moradia e do grande desenvolvimento industrial, a iniciativa privada, junto ao poder público, se encarregava de prover moradia, construindo bairros operários para o trabalhador assalariado, mas com a intensa migração dos anos 1970, grande parte da população ficou à margem dessa provisão habitacional, dando origem aos assentamentos precários (MARTIN, 2012).

Nesses assentamentos o acesso ao terreno se dava através do mercado informal promovido por urbanizadores piratas ou nas ocupações das encostas dos morros. Sendo assim, à medida em que crescia a alta demanda por moradia, crescia também a ineficiência do Estado de prover a superação dessa demanda. A partir desse déficit de políticas habitacionais por parte do Estado, começa o crescimento da cidade popular, carente de infraestrutura, moradia, mobilidade, saneamento básico e equipamentos públicos (CALVO; PARRA, 2012).

Esses processos urbanos informais ocorreram como uma resposta dos habitantes para atender às suas necessidades básicas de habitabilidade. Esses processos da autoprodução são não só da habitação, mas da própria vida no território, lembrando que a informalidade não é apenas a localização e o acesso a uma casa, mas também

o acesso a bens e serviços urbanos coletivos, como serviços públicos, equipamentos e à infraestrutura (CALVO; PARRA, 2012).

É necessário esclarecer que em Medellín os bairros são classificados em estratos socioeconômicos (de 1 a 6) e que, por exemplo, 13% da população pertence ao 1 (muito baixo), 37% para o estrato 2 (baixo) e 30% para o estrato 3 (médio-baixo), 16% para estratos médios (4 e 5) e apenas 4% ao estrato 6 (alto), ou seja, aproximadamente 80% dos habitantes da cidade pertencem aos setores populares e suas necessidades básicas ainda não são atendidas (ENCHEVERRY, 2016).

Esses bairros informais estão nas áreas da cidade com os índices de qualidade mais baixos de desenvolvimento humano e de vida, é uma população de baixa renda e baixa escolaridade. Nos anos 1980 esses assentamentos espontâneos, que nunca tiveram o apoio do Estado, se tornaram rapidamente nos locais mais problemáticos da cidade, devido ao grande número de jovens sem oportunidades, que escolhiam o caminho da violência e da ilegalidade como forma de sobrevivência (CALVO; PARRA, 2012).

Com as mudanças no campo político na Colômbia e especialmente em Medellín no início do século 21, levaram ao Estado (tanto o governo nacional quanto o local) o interesse em assumir o controle desses bairros, reconhecendo que era necessário estabelecer programas que promovessem a inclusão desses bairros na lógica da cidade, por meio de acordos de desmobilização com grupos armados fora da lei e ao mesmo tempo com intervenções físicas no território (MARTIN, 2012).

Em Medellín, um dos indicadores mais usados para medir o nível socioeconômico da população é o Índice de Qualidade de Vida (ICV) onde, de acordo com os dados da Prefeitura de Medellín (2011) a situação do estrato 1 difere em quase 20 pontos do estrato 6, evidenciando o quão desigual a cidade é. Da mesma forma, o último relatório do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-HABITAT) para a América Latina classificou Medellín como a cidade mais desigual do país, com um Índice de Qualidade de Vida de 56 pontos (MARTIN, 2012).

No final de 2002, o Planejamento Municipal de Medellín havia identificado 104 assentamentos de desenvolvimento incompleto ou inadequado, localizados em áreas de encostas na periferia urbana, carente de infraestrutura física, serviços públicos básicos e habitação, com organizações sociais em processo de formação, habitadas por cerca de 350 mil pessoas, uma população equivalente a 18% do total da cidade (MARTIN, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que a falta de políticas públicas voltadas para conter o Êxodo rural na Colômbia foi de total fracasso, um país que era predominantemente agrícola passa a ser predominantemente urbano, sem possuir a infraestrutura adequada para abrigar a quantidade de imigrantes que vinham do campo em busca de uma nova vida na cidade. Ficou observado que os bairros populares de Medellín cresceram com pouca participação do estado e ali se criou uma cidade popular, onde os moradores tinham que conviver em péssimas condições de vida, utilizando-se de violência como única forma de chamar a atenção do governo para os problemas ali existentes. O problema da desigualdade social na Colômbia é visto desde a época da invasão pelos espanhóis onde diversos Índios foram expulsos das suas terras e escravizados.

No sonho defendido por Simon Bolívar de libertar a Colômbia dos abusos da coroa espanhola, que logo após ao êxito da libertação o sistema continuou nas mãos das grandes oligarquias, frustrando toda a classe mais humilde que lutou por esse ideal. Na fuga dos camponeses que tiveram que largar suas terras pela falta de capacidade do governo de resolver os problemas de violência ocasionados pela guerrilha e os grupos armados da Colômbia e de uma reforma agrária que atendesse os camponeses de uma forma geral, não apenas aos latifúndios e as grandes oligarquias. Reforça-se a necessidade de políticas públicas que atenda a população em sua totalidade, distribuindo de forma melhor a renda, trazendo os moradores desses lugares para os centros das discussões para que no futuro essas políticas públicas possam diminuir os problemas de desigualdade histórica dos povos colombianos.

## Referências

ASPECTOS GERAIS DA COLÔMBIA, 2018. **Banco Mundial**, Washington, 2019. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/country/colombia> Acesso realizado em abril de 2019.

CALVO, Ó.; PARRA, M. Medellín, 1968. **Protesta, secularización y vida urbana en las jornadas de la II Conferencia General del Episcopado Latinoamericano**. Bogotá: Planeta, 2012. P.78-81.

CÁMARA COLOMBIANA DE LA CONSTRUCCIÓN (CAMACOL). **Lonja de Propiedad Raíz de Medellín y Antioquia. Identificación y caracterización del ciclo de la edificación en el Valle de Aburrá 1930-1993**. Medellín, 1994.

CASTILLO, Carlos. **Vida Urbana e Urbanismo**, Instituto Colombiano de Cultura, Bogotá, 1977, p.9.

CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO [CODHES]. **Número de Personas Desplazadas por Departamento (Recepción) por año 2002**. Bogotá, Colômbia, 2005. Disponível em: [http://www.codhes.org/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=55&Itemid=51](http://www.codhes.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=55&Itemid=51). Acesso realizado em junho de 2019.

ECHEVERRI, Alejandro. Medellín reescreve seus bairros - Urbanismo Social 2004-2011. **Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica - Puc-Rio**, Rio de Janeiro Brasil N° III, 2016.

GÓMEZ, Augusto. **Índios, colonos e conflitos. Uma história regional das planícies orientais, 1780-1970**, editores do século XXI - Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá 1991.

HUMAN DEVELOPMENT INDICES AND INDICATORS, **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)**, 2018. Disponível em: [hdr.undp.org/sites/default/files/2018\\_human\\_development\\_statistical\\_update.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf) Acesso realizado em setembro de 2019.

LAROSA, Michael; MEJIRIA, Germán **Historia concisa de Colombia (1810-2013)** 1a ed. Bogotá, Colômbia, 2013. Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Editorial Universidad del Rosario. p.69-86. Disponível em <http://repository.urosario.edu.co/handle/10336/10560> Acesso realizado em agosto de 2019.

LONDOÑO, Luz Stella. **Relação natureza-sociedade no contexto da cidade latino-americana: Medellín, Colômbia**. Cuadernos de Vivienda y Urbanismo, v. 5, n. 9, p. 32-45. 2013.

MARTIN, G. Medellín, **tragedia y resurrección. Mafia, Ciudad y Estado, 1975-2012**. Medellín: Planeta Colombiana S.A., 2012. p.279.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MELO, Jorge. **HISTORIA DE COLOMBIA EL ESTABLECIMIENTO DE LADOMINACION ESPAÑOLA**. 2016. Disponível em [www.researchgate.net/publication/272481406\\_Historia\\_de\\_Colombia\\_El\\_establecimiento\\_de\\_la\\_dominacion\\_espanola](http://www.researchgate.net/publication/272481406_Historia_de_Colombia_El_establecimiento_de_la_dominacion_espanola) Acesso realizado em 11/08/2019.

MOROTTI, Fernanda. **Enciclopédia latino-americana: Colômbia**. 2015. Disponível em <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/colombia>. Acesso realizado em de abril de 2019.

MURILLO, Luis. El Chocó: o coração africano na Colômbia. Nova York. 2011. Disponível em <http://colhrnet.igc.org/newsletter/y2001/spring01art/africanheart101.htm> Acesso realizado em agosto de 2019.

NARANJO, Gloria; VILLA, Marta Inés. **Entre luces y sombras: Medellín, espacio y políticas urbanas**. Medellín: Corporación Región, 1997. p.47-51.

PATIÑO, Otty. **História (privada) da Violência "Foi um golpe de Estado"**. 2017. Disponível em <https://www.megustaleer.com.co/libros/historia-privada-de-la-violencia/MCO-000613/fragmento> Acesso realizado em 15/08/2019.

PIRES, Aparecida. **Êxodo Rural e violência urbana na Colômbia**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/32.pdf> Acesso realizado em março de 2019.

SALAZAR, A. **La génesis de los invisibles. Historias de la segunda fundación de Medellín**. Bogotá: Programa por la Paz Compañía de Jesús, 1996. p.48-53.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia urbana**. São Paulo, Hucitec - 1981 Urbanização Brasileira, São Paulo, Edusp -2005.

SEGURA, R.; MECHOULAN, D. **How Colombia and the FARC Decided to End the War** (2017). Disponível em: <https://www.ipinst.org/2017/02/how-colombia-and-the-farc-endedthe-war>. Acesso realizado em agosto de 2019.

SENSO NACIONAL DE POPULAÇÃO E VIVIENDA 2018, *Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE)*, 2018, Bogotá, Colômbia. Disponível em:

[http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/643/get\\_microdata](http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/643/get_microdata) Acesso realizado em março de 2019.

## **Tecnologia social, agricultura social, agricultura e geração de renda: efeitos das redes na replicabilidade de experiências brasileiras inovadoras**

Caio Silveira Schweller<sup>1</sup>

Paulo Van Noijs<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i1.15950>

### **RESUMO**

Tecnologias Sociais (TSs) representam mecanismos eficazes de superar alguns limites da Tecnologia Convencional e de gerar inclusão socioprodutiva. Entender como a articulação de atores em rede em torno de uma TS influencia o potencial de esta se difundir a outros locais que não os de suas origens é, logo, fundamental para fomentar a difusão do desenvolvimento local participativo. Neste trabalho, 45 experiências brasileiras de TS implementadas no período de 2000–2017 foram mapeadas e, por meio do cruzamento de dados obtidos nas análises empíricas (âmbito macro) e no questionário de coleta junto aos responsáveis por duas TSs específicas (âmbito micro), os resultados contrariaram o senso comum ao indicarem que o fato de existir um hiperconector coerente com a comunidade e interessado em promover a reaplicação da TS é mais importante do que o número de atores envolvidos (densidade da rede), do que o custo de implementação e do que a presença de Universidades e/ou de Prefeituras na rede interna à TS. A mediana indicou que o número 10 parece ser uma referência segura para manter a densidade de rede, a alta conectividade (hiperconexão) e o potencial de contágio sem colocar em xeque os laços fracos ou encapsular a rede.

**Palavras-chave:** tecnologia social, redes, hiperconectores, renda, agricultura.

### **ABSTRACT**

**Social Technology, Agriculture and Income Generation: Effects of Networks on the Reapplication of Innovative Brazilian Experiences**

Social Technologies (STs) represent effective mechanisms to overcome some limits of Conventional Technology and generate social and productive inclusion. Understanding how the articulation of actors on a network around a ST influences the potential of a technological diffusion to other places that are not those of its origin is, thus, fundamental to propagate the participatory local development. In this work, 45 Brazilian ST experiences implemented over the period 2000–2017 were mapped and, through the crossing of data obtained in the empirical analysis (macro ambit) and in the collection form with those responsible for two specific STs (micro ambit), the results went against common sense when indicating that having a hyperconnector that is coherent in relation to the community and interested in promoting the reapplication of ST is more important than the number of actors involved (network density), than the cost of implementation and that the presence of universities and/or city halls in the ST internal network. The median indicated that the number 10 appears to be a safe reference to maintain network density, high connectivity (hyperconnection) and potential for contagion without harming weak ties or encapsulating the network.

**Keywords:** social technology, networks, hyperconnectors, income, agriculture.

### **RESUMEN**

**Tecnología Social, Agricultura Y Generación De Ingresos: Efecto De Las Redes Sobre La Reaplicabilidad De Experiencias Brasileñas Innovadoras**

Tecnologías Sociales (TSs) representan mecanismos efectivos para superar algunos límites de la Tecnología Convencional y generar inclusión socioprodutiva. Comprender cómo la articulación de los actores en una red en torno de una TS influye en su potencial de extenderse a otros lugares distintos a los de sus orígenes es fundamental para fomentar la difusión del desarrollo local participativo. En este trabajo, se mapearon 45 experiencias de TS brasileñas implementadas en el período 2000–2017 y, por medio del cruce de los datos obtenidos en la análisis empírica (macro alcance) y en el cuestionario de

---

<sup>1</sup> Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrando no Programa de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências (IG) da mesma instituição. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-4336-0127>. E-mail: [caiosilveira@gmail.com](mailto:caiosilveira@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor na Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp (FCA/Limeira), na área de Administração e Administração Pública. É pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON, IE/UNICAMP) e do Laboratório de Estudos do Setor Público (LESP - FCA/UNICAMP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4380-2535>. E-mail: [noijs@unicamp.br](mailto:noijs@unicamp.br).

recoleción con los responsables de dos TS específicas (micro alcance), los resultados fueron contrarios al sentido común quando indicaron que el hecho de haber un hiperconector coherente con la comunidad y interesado en promover la reaplicación de la TS es más importante que el número de actores involucrados, que el costo de implementación y que la presencia de universidades y/o municipalidades en la red interna de la TS. La mediana indicó que el número 10 parece ser una referencia segura para mantener la densidad de la red, la alta conectividad (hiperconexión) y el potencial de contagio sin herir los lazos débiles o encapsular la red.

**Palabras clave:** tecnología social, redes, hiperconectores, ingresos, agricultura.

## Introdução

No panorama conflitante que envolve o público e o privado, a chamada Tecnologia Social representa, ao conectar o Estado à sociedade civil, muito mais que um simples artefato, pois é um instrumento de gestão social, uma construção coletiva integradora, comunicadora e articuladora da sustentabilidade para com o desenvolvimento local (DUQUE, 2016, p. 13) que produz os bens públicos e reproduz os valores sociais necessários ao desabrochar da publicização de um espaço público não estatal – Terceiro Setor (CABRAL, 2004, p. 7). Em contraposição aos modelos econômico-tecnológicos baseados em larga escala, cada vez mais estudos têm confirmado a efetividade das Tecnologias Sociais em promover desenvolvimento sustentável (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010; NOVAES; DIAS, 2010; THOMAS; FRESSOLI, 2010; DAGNINO, 2010; HERRERA, 2010; THOMAS, 2009; FONSECA, 2009 apud VALADÃO, 2014, p. 17) e em constituir sistemas sociotecnológicos que implicam novas formas de democratização da ciência e da tecnologia, que abrem espaço ao conhecimento local e que reforçam maneiras de participação e de *accountability* no processo de inovação (THOMAS & FRESSOLI, 2011, p. 2).

A atual pesquisa, além de estabelecer os entornos técnico-científicos do binômio “Tecnologia Social” e “geração de renda”, visa a compreender cenários de fato aplicáveis ao cotidiano social brasileiro e, por conseguinte, tem como eixo analítico fundamental as redes (formais e informais) que surgem após a implementação de uma TS geradora de renda na agricultura. Nestas redes, construídas entre seres sociais autônomos, os objetivos são definidos coletivamente e articulam as dimensões “indivíduo” e “instituição” em direção à superação integrada dos problemas sociais, por meio de ações compartilhadas que respeitam a autonomia e as diferenças de cada membro. Dessa orientação coletiva, deriva-se, logo, a relevância do desenvolvimento de saberes colocados a serviço do interesse coletivo (VILLASANTE, 2002, apud JUNQUEIRA, 2004, p. 29).

O interesse que motivou a pesquisa aqui relatada foi compreender **o que (e como)** impacta a reaplicabilidade de experiências de Tecnologia Social, a partir de uma ótica objetiva capaz de aferir aspectos práticos. Considerou-se a hipótese de que quanto mais densa a rede interna à TS, mais favorável seria a sua reaplicabilidade em outros locais que não os de suas origens. Os autores deste trabalho concluíram que, se identificando a natureza das redes e as formas de interação entre os atores, um primeiro passo seria dado na direção de buscar hiperconectores interessados (instituições preferencialmente públicas e conectadas ao entorno sociotécnico abarcado pela TS interessadas em reaplicar uma TS), de modo favorável à difusão em outros locais.

Feita esta síntese introdutória, torna-se possível avançar às quatro seções seguintes: “Arcabouço contextual”, “Materiais e métodos”, “Resultados” e “Considerações finais”. Serão detalhados, assim, os pilares conceituais utilizados na pesquisa, os intentos almejados, o desenho metodológico adotado para atingir estes intentos, os resultados, as conclusões e as perspectivas de impacto à sociedade civil, respectivamente.

## Arcabouço Contextual Agricultura

Na Constituição da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*), agência essa que constitui a principal referência institucional do mundo quando o assunto é “agricultura”, há uma definição deste termo que contraria o senso comum ao deixar claro que o sistema agricultor vai muito além das atividades de lavoura, pois inclui “a pesca, os produtos marinhos, a silvicultura e os produtos florestais primários” (FAO, 2017, p. 3). Uma compreensão mais ampla do conceito considera, ainda, as agroindústrias, a fabricação de insumos e de maquinaria agrícolas e os desenvolvimentos regional, fluvial e rural (FAO, 2003, p. 141).

Os dados estatísticos comprovam a relevância desta atividade nos agregados macroeconômicos mundiais. De 1991 até 2016, em termos globais de influxo de capital, houve US\$ 51,5 bilhões<sup>3</sup> em Investimento Estrangeiro Direto (IED) para o setor de Agricultura, Silvicultura e Pesca (ASP). O valor bruto da produção agrícola global para o mesmo período foi de US\$ 62 trilhões<sup>4</sup>.

Fazer pesquisa sobre agricultura é, logo, por si só, uma atividade necessária, dado o impacto que este setor tem na humanidade desde os primórdios da sedentarização. Estudar novas maneiras de inclusão (como as TSs) dos pequenos produtores é, porém, ainda mais relevante, visto que imensa parte destes valores agregados mundiais é gerado por Tecnologias Convencionais, de natureza excludente e poupadora de mão de obra. Novamente, os dados comprovam essa situação: atualmente, ao mesmo tempo, cerca de dois bilhões de pessoas vivem da agricultura e muitas das famílias mais pobres do mundo continuarão a viver em áreas rurais e dependerão da agricultura para uma parte fundamental dos seus rendimentos (OECD; FAO, 2019, p. 3), ainda que de forma pouco dinâmica e muito orientada ao mercado interno.

O fortalecimento do capital social e das organizações de pequenos agricultores familiares é, então, necessário, pois influencia favoravelmente a transferência de tecnologia de maneira alternativa à abordagem *top-down* (OECD; FAO, 2019, p. 111). No Brasil, por exemplo, a agricultura familiar produz cerca de 70% dos alimentos consumidos por brasileiros, responde por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário e por 74% da mão de obra empregada no campo (mão de obra essa distribuída em mais de 5,1 milhões de estabelecimentos familiares no país) (BRASIL, 2019).

Em termos globais, a tendência do setor agroalimentar é a de que este terá papel cada vez mais relevante na garantia de segurança alimentar, especialmente para as regiões dependentes de importação (OECD; FAO, 2018, p. 3). Até 2027, as melhorias de produtividade continuarão a ser mais rápidas do que o crescimento da demanda, os preços globais das *commodities* agrícolas deverão permanecer baixos, o crescimento da produção agrícola global será em torno de 15–20% (OECD; FAO, 2018, p. 15; OECD; FAO, 2019, p. 19), as exportações provavelmente continuarão concentradas entre grupos estáveis dos países-chave no fornecimento global e a alta concentração de mercados exportadores deverá aumentar a suscetibilidade dos mercados globais em relação a choques de oferta decorrentes de fatores naturais e políticos (OECD; FAO, 2018, p. 15–16). Esse ambiente futuro de incerteza e de preocupação com a possibilidade de aumento global do protecionismo (OECD; FAO, 2018, p. 16), somado à tendência de a América Latina continuar a aumentar sua participação nas exportações agrícolas globais (OECD; FAO, 2019, p. 20), revela a importância de iniciar hoje uma discussão global que considere a adoção de processos produtivos alternativos e ao mesmo tempo eficientes, ou seja, relações e procedimentos produtivos substancialmente diferentes dos atuais, que sigam as diretrizes da Economia Solidária e que ao mesmo tempo consigam ser inclusivos e economicamente sustentáveis.

## Renda e Capital

Em termos genéricos, renda é o orçamento total de pagamentos realizados aos fatores de produção utilizados para a obtenção de um determinado produto, isto é, a contrapartida recebida pela participação no processo produtivo de toda economia (PINHO; VASCONCELLOS, 2004, p. 215). Fisher (1906, p. 52) pondera, ainda, que renda é um fluxo de serviços através de um período de tempo; um serviço de riqueza, e não a riqueza em si.

Nesse contexto, capital é um "conjunto (estoque) de bens econômicos heterogêneos, tais como máquinas, instrumentos, fábricas, terras, matérias-primas, etc., capaz de produzir bens e serviços" (PINHO; VASCONCELLOS, 2004, p. 23); a riqueza em si, como fundo em um instante – e não em um período – de tempo (FISHER, 1906, p. 101). Renda não é, portanto, equivalente a capital e nem meramente o ganho acima do custo de aquisição (lucro líquido), mas sim a parte dos ganhos que traz os serviços de bens de consumo e que é uma útil medida do bem-estar social (HEWETT, 1925, p. 239).

<sup>3</sup> Fonte: FAOSTAT.

<sup>4</sup> Fonte: FAOSTAT.

Se os conceitos de produção e de renda estão intimamente vinculados (PINHO; VASCONCELLOS, 2004, p. 215), distribuição de renda – em vez de igualdade de renda, que não existe (PINHO; VASCONCELLOS, 2004, p. 23), visto que uma distribuição de renda igual a todos os membros de uma sociedade não implica uma distribuição justa e que há diferentes capacidades produtivas e acumulações prévias de estoque de riqueza e de capital humano (PINHO; VASCONCELLOS, 2004, p. 408) – e inclusão socioprodutiva são fatores que caminham em conjunto e afetam as relações humanas (e, conseqüentemente, econômicas) estruturantes do tecido social. Nesse panorama, em que diversos atores estão correlacionados em um conjunto ideologicamente heterogêneo (DAGNINO, 2009, p. 9), a conformação de arranjos decisórios coletivos mais permeáveis e mais autônomos, que descentralizem o poder em suas dimensões territoriais e funcionais e que convoquem a presença

da sociedade civil (ROFMAN, 1990, p. 20 apud JUNQUEIRA, 1998, p. 13), é uma solução efetiva para enfrentar os limites da Tecnologia Convencional (TC), criada pelo e para o grande capital (DAGNINO et al., 2010, p. 114).

Historicamente, o Brasil se encontra no grupo de países que enviam renda para o exterior (NOIJE, 2010, p. 180), o que significa que relevante parte da renda gerada no país é pagamento de fatores de produção que são propriedade de não residentes (agentes econômicos que não adotam o Brasil como centro de interesse). Nesse contexto de crescente repatriação de lucros, surge ao debate o Investimento Estrangeiro Direto (IED), que representa um fluxo multidirecional (CEPAL, 2011, p. 19) e voluntário de investimento realizado por empresas transnacionais que objetivam o controle e a participação ativos em mercados estrangeiros e tem motivações mercadológicas, de ganho de recursos e de eficiência e de exploração (ou aprimoramento) de ativos estratégicos (BOILESEN, 2015, p. 17), de modo que o capital estrangeiro é empregado em sua forma produtiva (e não financeira) como uma estratégia de internacionalização.

Se, por um lado, o IED permite a indústrias-chave (como a agricultura) atrelarem economias nacionais a cadeias globais de valor (BANCO MUNDIAL, 2019) e favorece a transferência internacional de tecnologia, de conhecimento e de competências, a geração de emprego (e, conseqüentemente, de renda) e o desenvolvimento de infraestrutura (NOMURA, 2018, p. 14), por outro, há o risco de dependência não apenas das iniciativas e dos projetos econômicos nacionais, mas sobretudo dos interesses (ou não) dos investidores externos na entrada de recursos financeiros – ou seja, da confiança depositada na economia doméstica. Essa dependência, por sua vez, traz uma vulnerabilidade externa que coloca em xeque a resistência a choques externos, a transformações e a crises no cenário internacional (NOIJE, 2010, p. 185).

No contexto da relação entre trabalho e renda no setor agrícola, o presente estudo visa a dar contribuições ao pensamento do país no sentido de entender em que medida a Tecnologia Social, se levada a cabo como política pública nacional de inserção socioprodutiva na agricultura, é uma alternativa efetiva para enfrentar a vulnerabilidade externa e a dependência das relações desiguais na cadeia de suprimentos, que geram uma renda maior aos intermediários e menor aos pequenos produtores. A ideia que guiou esta discussão foi a de que o caráter reaplicativo intrínseco à TS traz um potencial de desenvolver novas e mais assertivas frentes de intervenção social, transitivas e adaptáveis à realidade sociotécnica específica de cada local, que não necessariamente competem com (mas sim complementam) as outras políticas públicas de desenvolvimento econômico.

## Tecnologia Social e Reaplicabilidade

Intuitivamente, dentre as inúmeras definições possíveis para o termo "tecnologia", observa-se um nó conceitual que a articula com a dimensão do "social". Afinal, se a técnica depende da ação de um indivíduo situado no espaço e no tempo – e não há sujeito (“eu”) sem sociedade (“outro”) (SPINK; FIGUEIREDO; BRASILINO, 2011, p. VIII) –, ela automaticamente está imersa em um âmbito social definido, que direciona as ferramentas aos fins que lhe são essenciais (VIEIRA PINTO, 2005, p. 219 apud DUQUE, 2016, p. 114).

Até o início dos anos 2000, essas duas forças (técnica *versus* social) evoluíram quase que somente pelo e para o sistema capitalista global tal como ele opera, em uma dinâmica sociotécnica convencional segmentada, que não permite ao produtor direto o controle sobre a produção e que o aliena de sua criatividade; hierarquizada, pois depende da apropriação privada dos meios de produção e do controle sobre o trabalho; e que tem como eixo a maximização da produtividade visando à acumulação de capital pelo capital irradiada por empresas privadas dos países centrais e absorvida de forma acrítica pelas corporações dos países periféricos (DAGNINO et al.,



2010, p. 114). Essa Tecnologia Convencional reforça, por conseguinte, a dualidade capitalista (DAGNINO et al., 2010, p. 114), por exemplo, ao gerar o que James S. Duesenberry denominou de “efeito demonstração”, “ressaltado e estimulado pelas disparidades internacionais de renda” (CARDOSO, 2012, p. 70) e expresso na emulação de hábitos de consumo superiores (padrões orientados pelos mercados dos países desenvolvidos, de alta renda, ou para a elite dos países subdesenvolvidos [DAGNINO et al., 2010, p. 114]), que alimentam o funcionamento do círculo vicioso da pobreza e, conseqüentemente, aumentam ainda mais a desigualdade entre as nações ricas e as nações pobres (CARDOSO, 2012, p. 70).

No início do presente século, a crescente exclusão social, somada à precarização e à informalização do trabalho no Brasil fez surgir a percepção de que era necessária uma tecnologia que correspondesse aos propósitos de inclusão (DAGNINO et al., 2010, p. 13), que fosse alternativa e crítica à Tecnologia Convencional e capaz de

reverter a tendência de erosão gradual da democracia relacionada às relações sociais e internacionais de submissão e de assimetria (DAGNINO et al., 2010, p. 114). Surge, então, o conceito genuinamente brasileiro de Tecnologia Social: uma nova forma de articular “tecnologia” e “social”, adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; não promotora do tipo de controle capitalista por meio da segmentação, da hierarquização e da dominação dos trabalhadores; orientada à produção de valores de uso (reais necessidades humanas) e não de mercadoria; incentivadora do potencial e da criatividade do produtor direto e dos usuários; e capaz de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, agricultura familiar e pequenas empresas (DAGNINO et al., 2010, p. 115).

Tecnologia Social (TS) é, logo,

[...] o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2009, p. 103).

Este conceito de Dagnino (2009) reflete uma proposta de adequação sociotécnica e se contrapõe à visão tradicional e normativa de construção imposta pela Tecnologia Convencional (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010, p. 87 apud DUQUE, 2016, p. 13). Como a TS está mais ligada à realidade das sociedades locais e pode gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto (DAGNINO et al., 2010, p. 115), ela se reproduz com os atores envolvidos no processo social modificando continuamente seu teor conforme suas necessidades (DUQUE, 2016, p. 13), o que traz uma perspectiva de reaplicação e não de replicação (como no caso da Tecnologia Convencional), pois em cada contexto o uso da TS será inevitavelmente reprojetoado (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010, p. 23 apud DUQUE, 2016, p. 13).

Da mesma forma que o técnico é socialmente construído, o social é, então, tecnicamente conformado (VALADÃO, 2014, p. 23), e se faz fundamental compreender o impacto dos arranjos sociais e institucionais das redes de atores na reaplicabilidade de experiências de Tecnologia Social, reaplicabilidade essa relacionada à apropriação processual e de produtos em outros locais, à inclusão social, à interação com as comunidades, à sustentabilidade e à diversidade de saberes transferidos (RTS, 2014, apud GARCIA, 2014). Afinal, as crises mundiais do capitalismo, antes de serem reflexos da fragilidade estrutural do modelo de acumulação econômica, retratam a arbitrariedade de sua arquitetura conceitual e institucional (THOMAS & FRESSOLI, 2011, p. 14) e chamam um novo entendimento da relação entre ciência, tecnologia e sociedade: uma concepção crítica, capaz de se enraizar nos atores que compõem arranjos coletivos mais permeáveis, com processos decisórios mais abertos, mais compartilhados e com participação coordenada.

Produzir estudos com aplicação prática de enfrentamento a este cenário dual e excludente que perpassa as dimensões “tecnologia” e “social” é, logo, fundamental para fomentar a difusão do desenvolvimento local participativo. Este trabalho visa a compreender como as redes formais e informais de atores envolvidos em uma experiência de Tecnologia Social geradora de renda na agricultura impactam o potencial de esta tecnologia ser reaplicada em outro local que não o de sua origem.

## Redes

Mesmo nos auge do capitalismo, a distribuição de renda é estruturada na concorrência entre os trabalhadores (NOIJE, 2015, p. 53) e não há recursos ambientais suficientes para suprir a constante necessidade de crescimento pelo crescimento, que é inerente à lógica capitalista, financiado pela lógica do "criar e distribuir" e calcado na competitividade (NOIJE, 2015, p. 255). Redes mais racionais, mais autônomas, mais inclusivas e mais coletivas do que aquelas que circundam as relações do capital são, por conseguinte, necessárias.

A consolidação de um novo padrão de desenvolvimento não deve, porém, se dar com a utopia de que este pode ser construído integralmente no âmbito local e depender apenas do engajamento dos agentes mobilizadores e indutores das potências endógenas, mas sim implementar políticas públicas atreladas a um projeto nacional de

desenvolvimento que considerem as especificidades regionais. Brandão (2004, p. 11) bem aponta para uma "endogenia exagerada" das localidades, que é propagada por grande parte da literatura acadêmica e que banaliza conceitos como "redes" e "economia solidária" ao defender uma agenda que nega mecanicamente a política, as especificidades regionais, os conflitos, as classes sociais, o papel do Estado, o espaço nacional e todas as questões estruturais entre o local e o global.

Nesse panorama, para compreender o que de fato são as redes, primeiramente deve-se definir os elementos que a compõem. O primeiro elemento é o ator, que representa

[...] um conjunto heterogêneo de elementos (animados e inanimados, naturais ou sociais) que se relacionam de modo diverso, durante um período de tempo suficientemente longo, e que são responsáveis pela "transformação (incorporação de novos elementos, exclusão ou redefinição de outros, reorientação das relações) ou consolidação da rede por eles conformada (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010, p. 89 apud VALADÃO, 2014, p. 26).

O segundo componente vital de uma rede é o hiperconector (também conhecido na literatura acadêmica como *hub*, *broker*, nó animador, pólo de irradiação, pólo de convergência ou ponto-de-mil-linhas), que se mostra na figura comum de atores cujos papéis se destacam dos demais participantes e que realizam o trabalho permanente de estimular a participação dos integrantes no sistema (SNOW; THOMAS, 1993 apud GONÇALVES, 2005, p. 37), de comunicar, de criar interfaces, de promover o crescimento da rede, de facilitar a complementaridade e de estimular a intensa relação de troca (GONÇALVES, 2005, p. 38). Todos os pontos da rede funcionam como pontes entre redes, mas os hiperconectores realizam essa função de maneira mais intensiva (MARTINHO, 2003 apud GONÇALVES, 2005, p. 38), como atalhos que "concentram conexões e dão robustez e coesão às redes" (MARTINHO, 2011, p. 35) e que reduzem a extensão característica de caminho entre dois pontos equidistantes – ou seja, **quanto mais conectado é um ponto, maior probabilidade ele tem de fazer novas conexões na rede interna** (TOLBERT et al., 1995; MARTINHO, 2003 apud GONÇALVES, 2005, p. 39).

A terceira parte constituinte de uma rede são os nodos (nós), elementos transitivos e indivisíveis, em geral da mesma espécie, cujas naturezas (classes de objetos) definem a rede e explicam os fenômenos que representam. Enquanto os nós ilustram, por meio de pontos, as configurações formadas no sistema, o quarto elemento de uma rede – as conexões – é um atalho entre os nodos (e, pois, entre redes), exposto por linhas que representam os vínculos, as interfaces, as trocas ou os relacionamentos de qualquer tipo entre os nodos, em geral privilegiando mostrar a presença das **relações** em detrimento da natureza específica de cada conexão (MARTINHO, 2011, p. 24–25). Os hiperconectores são, portanto, o "meio-campo" entre os laços fracos e os fortes e ditam o ritmo de propagação ao distribuírem os fluxos entre os nós.

As relações em rede concernem "a fluxos que se movimentam de um lado para o outro", de maneira que "[...] toda ação em rede é, em síntese, a operação de um fluxo" (e.g. uma ideia, um conceito, um valor ou uma meta), e que esse fluxo pode alterar inclusive a estrutura e a configuração da rede (MARTINHO, 2011, p. 37). Tal dinâmica de relacionamento e de troca entre os nós elabora a tramação da rede (MARTINHO, 2011, p. 28) e gera a propagação de um determinado efeito (no caso das redes de TSSs, este efeito é a própria reaplicabilidade), quase sempre por meio de distribuição de informação ("circulação de sentido"), cuja força depende do grau de adensamento das conexões e das condições de interconexão entre os atores (MARTINHO, 2011, p. 38). Se a rede

tiver apenas laços fortes, isto é, vínculos que têm muita importância e significado para os atores (e.g. a relação entre melhores amigos), há o risco de esta rede se fechar em si mesma e de se desligar das possibilidades desconhecidas de conexão (MARTINHO, 2011, p. 30–36).

Redes são, então, formas multidirecionais de interação em espaços inovadores de conexão (BARROS; MIRANDA, 2010, p. 61), capazes de responder, por meio da articulação social, às demandas de flexibilidade, de conectividade e de descentralização das esferas de atuação (SATO, 2003, p. 1). As redes representam comunidades, virtual ou presencialmente constituídas e historicamente únicas, com estruturas flexíveis e cadenciadas que se estabelecem por meio de relações horizontais, interconexas e dinâmicas (SATO, 2003, p. 1), que transferem e compartilham recursos de natureza tangível (e.g recursos financeiros) ou intangível (e.g. conhecimento) (SAMPAIO; PASSOS; ASSIS, 2014, p. 419).

A partir de um mesmo conjunto de atores (nodos), é possível, logo, traçar diferentes redes, conforme as diversas maneiras de relacionamento compartilhadas (tipos de conexões). Ou seja: mesmo que os nós permaneçam constantes, conexões distintas gerarão redes distintas (MARTINHO, 2011, p. 26). Nessa “costura” dinâmica de muitos pontos ligados uns aos outros em constantes interação e autoajuste, a informação circula livremente, é emitida de pontos diversos e cada ponto da rede é um centro em potencial que pode se capilarizar, conforme a demanda, em múltiplos níveis autônomos (“sub-redes” com o mesmo valor que a estrutura maior à qual se vinculam) (SATO, 2003, p. 2).

Em razão da transitividade, os atores hiperconectados tendem a adensar ainda mais a rede ao seu redor ao se ligarem a outros atores hiperconectados, enquanto aqueles mal conectados tendem a se relacionar com outros também mal conectados, e essa “desigualdade de posição” na rede tem origem não na natureza do ator (“quem ele é”), mas sim nas conexões por ele estabelecidas (“com quem” ele está conectado) (CHRISTAKIS; FOWLER, 2010, p. 260 apud MARTINHO, 2011, p. 33)”. Ou seja: o mais importante em uma dinâmica de rede são as conexões, e essa desigualdade de força dos atores retroalimentada pela rede não necessariamente é ruim. Em última análise, os laços fracos (atores periféricos, socialmente distantes) são tão importantes quanto os fortes e têm função estratégica na difusão de inovação, no estabelecimento de novas conexões e na reconfiguração geral das redes sociais (MARTINHO, 2011, p. 35) em direção aos papéis mais importantes de uma rede – “promover a interação, compartilhar conhecimento, (re)criar conhecimento e construir novas formas de cooperação a partir dessa dinâmica” (BARROS; MIRANDA, 2010, p. 61).

Como uma rede é um sistema vivo, carregado de intencionalidade e alicerçado na participação orgânica, colaborativa e viva de seus integrantes por meio de multiliderança (várias fontes de decisão compartilhadas) (SATO, 2003, p. 2), e “um sistema vivo é considerado organizacionalmente autônomo, pois é capaz de se auto-reproduzir” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2002, p. 3), a autonomia de uma rede, em vez de representar um rompimento seu com o ambiente, reforça a sua identidade pela própria alteridade e pela interação com o ambiente circundante. Afinal, o processo de criação identitária da rede é basicamente circular, e o sistema subordina qualquer estímulo ambiental ao seu “padrão interno de congruência” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2002, p. 3).

Nesse sentido, as Tecnologias Sociais se relacionam com as redes de maneira intrínseca e complementar. Primeiro, porque as TSs são também organismos vivos em constante transformação: para que seja desenvolvida uma Tecnologia Social, “é preciso que esta tenha sido concebida em rede” (BARROS; MIRANDA, 2010, p. 61), afinal as TSs se recriam e passam a ter e a promover dinâmicas diferentes conforme o ambiente social no qual são implementadas. Segundo, porque as redes são um instrumento efetivo para o compartilhamento de conhecimento sobre a TS – fator essencial para que esta se torne reaplicável –, e, em um contexto dinâmico e permeado pela necessidade de adequação sociotécnica, as interações entre os atores são mais relevantes que o aparato tecnológico em si utilizado para essa difusão de conhecimento (GRANOVETTER, 1973; 1983 apud SAMPAIO; PASSOS; ASSIS, 2014).

## **Materiais e Métodos**

A hipótese norteadora deste estudo foi a de que quanto maior e mais densa fosse a rede interna à implementação da TS, mais favorável e mais provável seria a sua reaplicabilidade. Para verificar se essa relação de fato existia (e quais variáveis nela interferiam), o delineamento metodológico desta pesquisa teve como âncora

a revisão bibliográfica sobre redes e foi concebido com o intuito de fazer um estudo capaz de entender as duas faces: de um lado, o cenário macro, construído com base na análise de uma amostra considerável de experiências de TS brasileiras, e do outro o detalhamento do âmbito micro de TSs brasileiras e o desenho das redes que se formaram em torno delas, por meio de um estudo de caso feito junto aos atores.

A primeira etapa foi a construção do *framework* e a definição do plano de trabalho: encontrar, de forma mais genérica, experiências de Tecnologia Social que geraram renda no Brasil e que tenham sido implementadas a partir do ano 2000 – quando começou a se firmar o conceito de TS. Para tanto, foi feito o mapeamento de experiências em bases de dados *on-line*, com a combinação das palavras-chave "Tecnologia Social", "renda", "geração de emprego", "inovação social", "economia social", "Economia Solidária", "empreendimento solidário" e "trabalho".

Deste mapeamento inicial, foram encontradas e categorizadas 117 experiências de TSs que geraram renda em diversos setores da economia brasileira. Uma das contribuições deste trabalho foi justamente a formação de um banco de dados amplo, que poderá ser utilizado em futuras pesquisas.

O próximo passo foi o refinamento e o aprofundamento da amostra estratificada, com os critérios de seleção se dando em ordem decrescente de prioridade entre: o setor em que a TS atua (segmentação analítica para a agricultura); o alto grau de disponibilidade de informações gerais e precisas sobre a iniciativa, para que fosse feita uma boa fundamentação bibliográfica; o alto nível de interação em redes (preferência às iniciativas que contemplam cooperações com universidades e, ao mesmo tempo, com a gestão municipal); e a coerência com os objetivos de pesquisa e com o conceito de Tecnologia Social. Após esse refinamento, das 117 experiências catalogadas inicialmente, 45 TSs – todas retiradas da mesma base de dados, o Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil (BTS-FBB) – passaram a compor a amostra total do estudo.

Para verificar tendências e padrões gerais nos entornos sociotécnicos de uma TS que gera renda na agricultura brasileira e conseguir uma dimensão mensurável mais global, os dados de cada uma das 45 TSs foram formatados, resumidos e comparados em uma tabela dinâmica. As TSs e suas reaplicações foram estudadas de acordo com os valores preenchidos individualmente nas colunas "Localização (Estado)", "Ano(s) de implementação", "Reaplicação", "Objetivo(s)", "Custo aproximado", "Participação social", "Envolvimento da gestão municipal" e "Parceria com universidades".

Para analisar de forma regional – coluna "Localização (Estado)" – e temporal – coluna "Ano(s) de implementação" – o total geral das 45 TSs, as repetições, sejam de períodos anuais que receberam a reaplicação de uma mesma TS, sejam de locais onde uma mesma TS foi reaplicada, não foram contabilizadas como eventos separados neste estudo. Por exemplo: se uma mesma TS foi reaplicada em cinco lugares diferentes do Estado de Sergipe e em cinco meses diferentes dentro do mesmo período anual (2017), a pesquisa contabilizou apenas uma ocorrência de TS em Sergipe e um evento anual em 2017, e não cinco. Isto porque a intenção foi abstrair o reprojeto do uso da TS em contextos diferentes, e, para tanto, o recurso utilizado foi considerar a divisão territorial por unidade federativa como um fator que marca mudanças significativas entre um local e o outro e permite avaliar a incorporação e a adequação da TS em realidades diferentes, com variáveis possivelmente mais difusas do que aquelas que se manifestam numa reaplicação em outro local dentro do mesmo Estado que originou a TS. Ampliou-se, logo, o raio e analisou-se o potencial de diversidade e a difusão (ou a restrição) das TSs em termos regionais (para outros Estados que não os de suas origens), assim como o grau de "longevidade" e o ritmo do evento de reaplicação (contágio da rede).

Na coluna "Objetivo(s)", que identificou as ideias-chave contidas nos objetivos específicos cadastrados pelos responsáveis de cada uma das 45 TSs selecionadas na plataforma da Fundação Banco do Brasil, as repetições também foram desconsideradas – isto é, se nos objetivos específicos de uma mesma TS a ideia-chave "sustentabilidade", por exemplo, apareceu três vezes, ainda que em outras palavras, de formas diferentes e/ou complementares, ela foi contabilizada apenas como uma ocorrência dentro daquela TS. Repetições de ocorrências de objetivos/motivações entre eventos (experiências de TSs) diferentes foram, porém, contabilizadas normalmente, justamente para conseguir avaliar quais eram as motivações que mais se repetiam nas 45 TSs consideradas.

Para as categorias “Reaplicação”, “Envolvimento da gestão municipal” e “Parceria com universidades”, adotou-se um sistema binário de quantificação, com o número 1 representando “sim” e com o número 0 significando “não”. A coluna “Custo aproximado”, por sua vez, foi padronizada na unidade monetária de reais (BRL).

Para a análise micro, o recorte do estudo de caso se deu buscando, entre as 45 TSs da amostra refinada, as experiências que tinham maior disponibilidade de informações confiáveis, precisas, conferíveis e de fácil acesso. Os casos a serem estudados precisavam ser, obrigatoriamente, TSs que geraram renda no setor de agricultura no Brasil e que foram relatadas no banco de dados da FBB com bastante riqueza de detalhes e de informações, para que pudesse ser feito um estudo adequado. Foram selecionadas, então, duas experiências para o estudo de caso, e os responsáveis por elas preencheram um questionário contendo cinquenta perguntas semiestruturadas, alocadas em quatro seções (“identificação”, “descrição da tecnologia”, “redes” e “reaplicabilidade”) e configuradas com saltos de lógica que direcionavam o respondente a perguntas adicionais

interligadas e condicionadas com base em respostas específicas a serem possivelmente assinaladas pelo questionado de acordo com o papel que este desempenhou na TS.

Os dois objetos de estudo de caso estão caracterizados abaixo, em seus respectivos tópicos:

### **“Hidroponia com reúso de águas residuais de dessalinizadores no semiárido”**

No paradoxo do semiárido nordestino que frequentemente enfrenta a necessidade de produção agrícola em um *status quo* de escassez hídrica, a perfuração de poços é uma das alternativas adotadas pelos agricultores para captação de água. Como na maioria das vezes as águas de poços apresentam salinidade muito acima do recomendável ao consumo humano e à prática agrícola, os dessalinizadores por osmose reversa acabam sendo constantemente utilizados, mas terminam reforçando o dilema rural praticamente generalizado: de um lado, a técnica de dessalinização colabora no enfrentamento da escassez hídrica ao oferecer água de boa qualidade e, de outro, a contrapartida é o agravamento do problema da salinização dos solos relacionado ao descarte das águas residuárias ultrassalinas (SANTOS et al., 2010, p. 962).

Para colaborar em direção a um cenário “ganha-ganha” nestes dois fatores (hídrico *versus* produtivo), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com o auxílio do Grupo Gestão Ambiental em Pernambuco (Gampe), estabeleceu em 2011 uma pesquisa-ação, que foi desenvolvida agregando saberes locais com conhecimentos técnico-científicos aplicados a centros hidropônicos como meio de reúso de águas salinas e, portanto, como alternativa à segurança alimentar e à geração de renda dos agricultores familiares no semiárido brasileiro. Para tanto, foi estruturada uma Unidade Demonstrativa no Centro de Educação Ambiental do Semiárido de Pernambuco (Ceasape), entidade parceira da UFRPE localizada no município de Ibimirim/PE, onde foram dispostos cultivos hidropônicos com rejeitos de dessalinizadores e houve a produção regular de 300 pés de hortaliças em 45 dias (FBB, 2014).

Além disso, ocorreram cursos e oficinas sobre hidroponia e sobre temas emergentes, visando a capacitar agricultores familiares, a influenciar as instâncias governamentais e a estruturar a TS de forma participativa. Também ocorreram aproximações e discussões com os conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) para que esta TS se tornasse replicável por meio de políticas públicas e de destinação de verbas governamentais das diversas esferas (FBB, 2014).

### **“Jardins produtivos: cidades cultivando o futuro”**

Grandes capitais sofrem com os problemas das transformações na relação espaço/tempo e com a falta de planejamento do espaço urbano, expressos “sob a forma de rupturas de ritmo, da realização desigual do poder, das relações entre classes diferenciadas” (CARLOS, 2007, p. 11). Essa deterioração da vida urbana, que é uma reprodução da realidade desigual (hierarquia social) na metrópole, estratifica a morfologia espacial (CARLOS, 2007, p. 36–37), produz vazios e acena, logo, para a urgência de uma nova consciência urbana.

A experiência “Jardins produtivos: cidades cultivando o futuro” é fruto justamente deste anseio por um novo olhar sobre a cidade de Belo Horizonte, que considerasse a agricultura urbana como instrumento de gestão e de planejamento, de transformação e de envolvimento social e de readequação ambiental. A TS integrou o Programa “Cidades Cultivando o Futuro” (*Cities Farming for the Future – CFF*) coordenado globalmente pela Fundação RUAF (*Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security*), que age como uma rede internacional promotora de projetos voltados à agricultura urbana e à segurança alimentar. Em 2006, após mobilização e registro do interesse e do compromisso do poder público, de cinco organizações não governamentais, de grupos de agricultores e de uma universidade em participar ativamente do programa, a cidade de Belo Horizonte foi selecionada para receber os recursos da RUAF e para implementar o jardim produtivo (LOVO, 2011, p. 65).

A TS em questão consiste em formar grupos autogeridos de famílias de baixa renda e em capacitá-los para produzirem, em vazios urbanos degradados, alimentos saudáveis (verduras variadas, como alface, couve, cebolinha e salsinha) para consumo próprio e para geração de renda, de modo que transforme um espaço antes degradado em um ambiente sustentável e integrado no cotidiano e no contexto específicos do bairro/região onde está localizado. A metodologia utilizada para implantar esta TS no local escolhido (Bairro Cardoso) envolveu

aporte de insumos e oficinas de inovação técnica para o cultivo (e.g. uso de biofertilizante como inseticida natural, de cobertura morta e de plantio em ambiente protegido, de rotação de cultura, etc.) (FBB, 2010).

Os seguintes momentos direcionaram a implantação do projeto:

- (1) diagnóstico sobre a realidade da agricultura urbana;
- (2) planejamento junto a todos os atores (viabilização de um espaço de discussão e de implementação de ações);
- (3) implementação do projeto-piloto (jardim produtivo) em um espaço urbano degradado e abandonado (GRUPO AUÊ, 2013).

Os resultados sistematizados pela equipe executora do projeto compreendem o período 2006–2010 e apontam para transformações significativas:

- todos os alimentos foram produzidos e vendidos na própria horta, inclusive para escolas da rede municipal, e todos os produtores formalizados como empreendedores individuais;
- de maio a novembro de 2010, foi vendido um total de 2.276 hortaliças para a alimentação escolar de seis escolas municipais, o que gerou uma receita direta de R\$ 2.159,50;
- a variedade de verduras consumidas ao menos uma vez por semana por mais de 50% dos agricultores aumentou em três vezes;
- as oficinas de capacitação e o aporte de insumos resultaram em aumento da produtividade, que mais que dobrou no caso da alface;
- a participação autônoma das mulheres nas suas atividades produtivas e na tomada de decisão aumentou quase três vezes (FBB, 2010).

## Resultados

### Resultados Gerais das 45 Experiências Brasileiras de TS Geradoras de Renda na Agricultura

Do **total geral** de 45 experiências brasileiras de TSs geradoras de renda na agricultura no período de 2000 a 2017, o seguinte conjunto de resultados foi obtido:

#### Quadro 1 - Síntese dos resultados das 45 experiências brasileiras de TS que geraram renda na agricultura entre 2000 e 2017

Custo mediano para implementação de uma TS	R\$ 79.800,00
--	---------------

Número mediano de atores envolvidos na implementação e/ou na reaplicação de uma TS	7 atores	
Distribuição geográfica das experiências de TS que foram implementadas e/ou reaplicadas (por região)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Região Nordeste: 33,33%;</li> <li>• Região Sudeste: 26,67%;</li> <li>• Região Norte: 22,67%;</li> <li>• Região Sul: 12%;</li> <li>• Região Centro-Oeste: 5,33%.</li> </ul>	
Moda e mediana dos anos de implementação e/ou de reaplicação das TSs analisadas	Tanto a moda quanto a mediana resultaram no ano de 2010	
Reaplicação total	46,67% (21 de 45) das experiências de TS foram reaplicadas	
Houve envolvimento da gestão municipal na implementação e/ou na reaplicação das TSs?	Sim, para 42,22% (19 de 45) das experiências de TS	20% (9 de 45) das experiências foram implementadas e/ou reaplicadas com o apoio de ambos os atores (municipalidades e universidades)
Houve envolvimento de universidade(s) na implementação e/ou na reaplicação das TSs?	Sim, para 42,22% (19 de 45) das experiências de TS	
As redes formadas em torno das experiências de TS implementadas e/ou reaplicadas contaram com a ação de hiperconectores?	Sim, para 77,78% (35 de 45) das experiências de TS	Destas 35 experiências, 88,58% tiveram como hiperconectores alguma instituição pública (prefeitura, universidade, etc.)
Inquietações e motivações para a criação das TSs analisadas	<p>Das 75 palavras-chave categorizadas a partir do mapeamento dos objetivos específicos de cada uma das 45 experiências brasileiras analisadas, as principais motivações foram, em ordem decrescente de ocorrência,</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) “renda” → 68,9% das experiências;</li> <li>2) “sustentabilidade” → 64,4% das experiências;</li> <li>3) “trabalho” → 33,33% das experiências;</li> <li>4) “comercialização” → 31,1% das experiências;</li> <li>5) “capacitação” → 26,67% das experiências;</li> <li>6) “diversificação (produtiva)” e “cooperativismo” → 17,78% das experiências;</li> <li>7) “inserção (socioproductiva)” e “agregação (de valor)” → 15,56% das experiências;</li> <li>8) “beneficiamento” → 13,33% das experiências.</li> </ol>	

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no BTS–FBB.

Olhando apenas para as 21 experiências brasileiras de TSs geradoras de renda na agricultura **que foram reaplicadas**, foram obtidos os resultados abaixo:

**Quadro 2** - Síntese dos resultados das 21 experiências de TSs brasileiras que foram reaplicadas e geraram renda na agricultura entre 2000 e 2017

Custo mediano das TSs que foram reaplicadas	R\$ 79.800,00	
Número mediano de atores envolvidos nas TSs que foram reaplicadas	8 atores	
Houve envolvimento da gestão municipal em experiências de TS que foram reaplicadas?	Sim, para 42,85% (9 de 21) das experiências de TS que foram reaplicadas	14,28% (3 de 21) das experiências de TS que foram reaplicadas contaram com o apoio de ambos os atores (municipalidades e universidades)
Houve envolvimento de universidade(s) em experiências de TS que foram reaplicadas?	Sim, para 42,85% (9 de 21) das experiências de TS que foram reaplicadas	
As redes formadas em torno das experiências de TS que foram reaplicadas contaram com a ação de hiperconectores?	Sim, para 90,48% (19 de 21) das experiências de TS que foram reaplicadas	Destas 19 experiências que foram reaplicadas, 78,94% tiveram como hiperconectores alguma instituição pública (prefeitura, universidade, etc.)
Taxa de reaplicabilidade	Houve 30 reaplicações (eventos individuais de adequação sociotécnica em outro local, ainda que da mesma TS), ou seja, a reaplicação aumentou em 1,67 vezes o número total de ocorrências de TS (de 45 para 75).	

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no BTS-FBB.

Por fim, o recorte das 24 experiências brasileiras de TSs geradoras de renda na agricultura **que não foram reaplicadas** apontou para os seguintes resultados:

**Quadro 3** - Síntese dos resultados das 24 experiências de TSs brasileiras que não foram reaplicadas e geraram renda na agricultura entre 2000 e 2017

Custo mediano das TSs que não foram reaplicadas	R\$ 78.531,25
Número mediano de atores envolvidos nas TSs que não foram reaplicadas	6 atores



Houve envolvimento da gestão municipal em experiências de TS que não foram reaplicadas?	Sim, para 41,67% (10 de 24) das experiências de TS que não foram reaplicadas	25% (6 de 24) das experiências de TS que não foram reaplicadas contaram com o apoio de ambos os atores (municipalidades e universidades)
Houve envolvimento de universidade(s) em experiências de TS que não foram reaplicadas?	Sim, para 41,67% (10 de 24) das experiências de TS que não foram reaplicadas	
As redes formadas em torno das experiências de TS que não foram reaplicadas contaram com a ação de hiperconectores?	Sim, para 66,67% (16 de 24) das experiências de TS que não foram reaplicadas	Destas 16 experiências que não foram reaplicadas, 100% tiveram como hiperconectores alguma instituição pública (prefeitura, universidade, etc.)

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no BTS–FBB.

Ao se colocar em perspectiva os resultados dos três cenários:

(1) geral;

(2) apenas experiências reaplicadas;

(3) apenas experiências não reaplicadas;

tem-se que:

- Municipalidades e universidades tiveram exatamente o mesmo comportamento e se espelharam em todos os três cenários. Os dois atores compartilharam as mesmas porcentagens individuais de envolvimento (aproximadamente 42%), tanto no cenário geral, quanto nas experiências de TS reaplicadas, quanto nas experiências de TS que não foram reaplicadas. Quando se analisou o envolvimento conjunto dos atores nas redes (ou seja, universidades e municipalidades apoiando juntas uma mesma TS), o comportamento entre os três cenários não foi idêntico, mas foi próximo;
- Em comparação com o total geral, 22,22% (10 de 45) das experiências não foram reaplicadas mesmo apresentando municipalidades ou universidades na rede interna à TS. Por outro lado, 40% (18 de 45) das experiências de TS foram reaplicadas mesmo não tendo apoio de universidades e/ou municipalidades na rede interna à TS;
- Estes números mostram que a presença de instituições públicas com típico perfil de hiperconector na rede não garante a reaplicabilidade de uma TS. Uma conclusão complementar pôde ser tirada quando se observou que 13,33% (6 de 45) das TSs não foram reaplicadas mesmo com o apoio de ambos os atores (municipalidades e universidades);
- O número mediano de atores envolvidos variou pouco entre as 45 TSs analisadas globalmente, as 21 reaplicadas e as 24 que não foram reaplicadas. Entre os dois extremos (6 atores para iniciativas que não foram reaplicadas e 8 atores para experiências de TS que foram reaplicadas), há exatamente o “meio-termo”: 7 atores foi o número mediano encontrado na análise das 45 iniciativas que geraram renda no Brasil no período entre 2000 e 2017. Adicionando ao 7 uma margem de erro amostral e considerando o potencial de hiperconexão com mais laços fracos, e também considerando que as iniciativas que não foram reaplicadas tiveram um número menor de atores, aparentemente o número 10 pode ser uma referência segura para a dimensão “quantidade de atores” e capaz de favorecer a reaplicabilidade de uma TS geradora de renda na agricultura brasileira;

- O custo mediano de implementação foi quase o mesmo para os três cenários (aproximadamente R\$ 80.000,00), isto é, o fator financeiro por si só não é a principal barreira à reaplicação de uma TS;
- As redes formadas em torno das TSs (tanto no cenário geral, quanto no recorte das que foram reaplicadas, como nas TSs que não foram reaplicadas) contaram com a ação de hiperconectores na grande maioria dos casos, o que mostra que grande parte das redes de TSs brasileiras voltadas à geração de renda na agricultura dependeram de hiperconectores ao menos para existirem e conseguirem ser implementadas. Para as TSs que foram reaplicadas, a participação foi ainda mais impactante, ultrapassando 90% – o que reforça a relevância de um hiperconector para a replicabilidade de uma TS;
- Além disso, a maioria dos hiperconectores foram instituições públicas, em todos os cenários considerados (panorama geral, TS reaplicada ou TS não reaplicada). Em contrapartida, comparando com o total geral, 35,55% (16 de 45) das TSs não foram reaplicadas mesmo tendo redes envolvendo hiperconectores públicos. É razoável afirmar, logo, que a reaplicação de uma TS é garantida mais pela coerência do perfil do hiperconector em relação à rede específica da TS do que pela constituição do capital (público ou privado) característica do hiperconector em si.

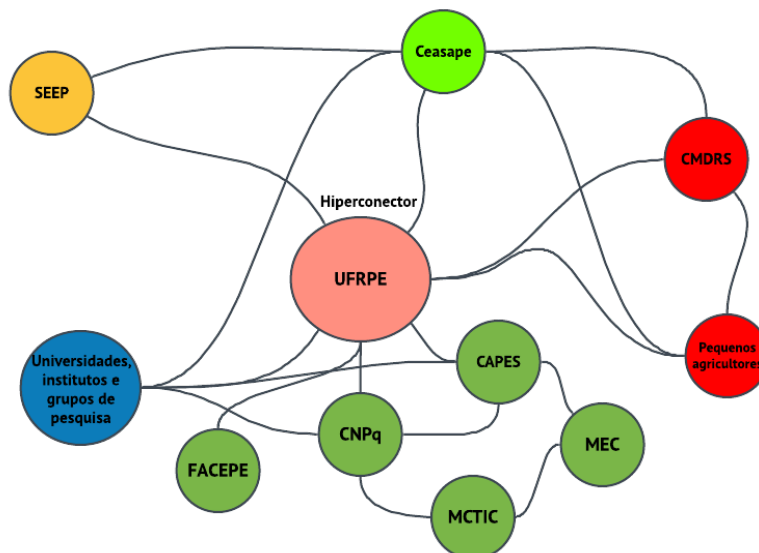
### **Resultados específicos das duas experiências brasileiras de ts obtidos a partir do questionário Hidroponia com reúso de águas residuais de dessalinizadores no semiárido**

Em face da realidade regional de estiagem prolongada, de perdas de safra e de diminuição dos reservatórios de água de superfície (e.g. açudes e barreiros) (ARAVANIS et al., 2013) no Sertão do Moxotó, os respondentes do questionário indicaram o caráter financeiro, a necessidade da população local, a consciência ambiental e a pesquisa científica como as principais motivações para o desenvolvimento e para a construção da TS em questão. Em razão dessas necessidades, dezesseis grandes atores se conformaram em rede e se comunicaram sobretudo via e-mail ou pessoalmente, já com o intento de promover a reaplicação. O financiamento foi público, via verba federal dos Ministérios da Educação (MEC, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq); e estadual, da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) (FBB, 2014).

Universidades, institutos e grupos de pesquisa (UFRPE, UFPB, UFRB, UFCG, UFERSA, INSA e Gampe) agregaram suas *expertises* em pesquisa (com diversos cultivares) da produção hidropônica com reúso de águas residuais de dessalinizadores no semiárido. Além disso, os pesquisadores e os coordenadores buscaram sistematizar os trabalhos de pesquisa e de extensão desenvolvidos e coordenaram esforços de captação tanto de recursos financeiros (junto aos órgãos acima listados) quanto de parceiros apoiadores em uma perspectiva institucional mais ampla (Ceasape, Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco [SEEP] e CMDRS) (FBB, 2014).

A Figura 4 ilustra o relacionamento e os papéis dos atores na rede conformada para desenvolvimento e para construção de bases hidropônicas com reúso de águas residuais de dessalinizadores no semiárido.

#### **Figura 4 - Mapeamento da rede interna à TS “Hidroponia com reúso de águas residuais de dessalinizadores no semiárido”**



Fonte: elaboração própria a partir de dados do questionário e da FBB (2014).

O Ceasape apoiou a implantação da Unidade Demonstrativa (UD), unidade essa que serviu de apoio e de referência para atividades extensionistas em toda a Região do Sertão do Moxotó que foram direcionadas a estimular a replicabilidade da técnica em outras comunidades rurais. A Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco (SEEP) uniu forças para a disseminação das tecnologias apropriadas para o semiárido nas escolas públicas de Pernambuco, por meio de visitas regulares ao Ceasape. O CMDRS, complementando os esforços destes dois atores de difusão informacional sobre a TS e sobre as atividades de pesquisa e de extensão, entrou com a sensibilização e com o diálogo interinstitucional junto aos técnicos do ProRural (Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) e de outras instâncias governamentais, para que a TS se tornasse reaplicável

por meio de Políticas Públicas (PPs) e de destinação de verbas de financiamento estatal pelas diversas esferas de governo (FBB, 2014).

A participação dos beneficiários (pequenos agricultores), segundo os respondentes do questionário, ocorreu nos processos de elaboração inicial da tecnologia e de manutenção desta em funcionamento. Para sustentar a construção e o desenvolvimento da TS, houve uma pesquisa de adequação sociotécnica às realidades do sertão e da Comunidade Poço da Cruz – analisando as águas do dessalinizador instalado nesta comunidade – e uma outra pesquisa diagnóstica, qualitativa e de cunho participativo em questões relacionadas ao âmbito socioambiental em torno dos principais problemas da microrregião do Sertão do Moxotó, que apontou a percepção clara dos agricultores em relação às realidades preocupantes de poluição da água e do solo, de desperdício da água e de desmatamento (NASCIMENTO et. al, 2013).

O fato de a UFRPE ser reconhecida no semiárido pernambucano por realizar atividades de pesquisa e de extensão que geram diretamente valor crítico e pragmático para a população local e para o ambiente rural aumenta a propensão de outros atores (da rede interna ou externa à TS) conectados a este paradigma se apropriarem da tecnologia em suas realidades sociotécnicas específicas. Como a reaplicabilidade é maior à medida que o hiperconector “pertença ao mesmo setor dos demais integrantes da rede, que tenha experiência e que seja reconhecido como consultor orientado a resultado” (GONÇALVES, 2005, p. 38), a UFRPE, que também gerenciou todo o fluxo de informações e a montagem das oficinas e liderou a base hidropônica experimental (FBB, 2014), desempenhou papel de hiperconector e, portanto, aumentou o potencial de reaplicabilidade da TS.

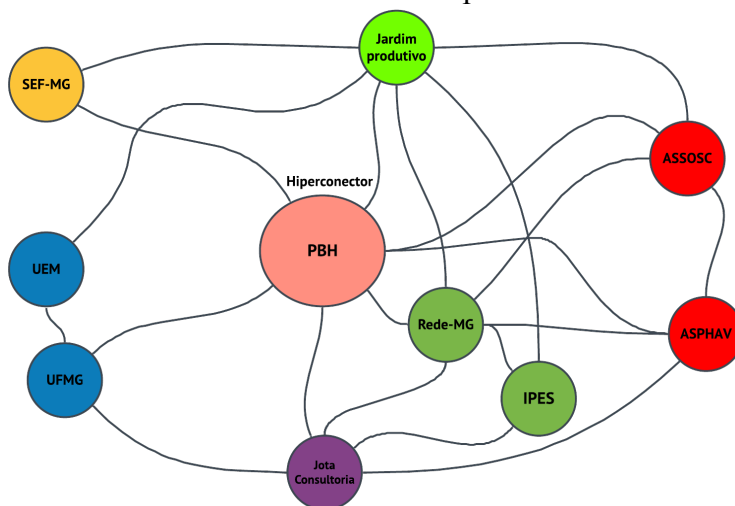
### Jardins produtivos: cidades cultivando o futuro

Os dois respondentes apontaram o caráter financeiro, a consciência ambiental e o interesse da comunidade e do Poder Público como as principais motivações para o desenvolvimento e para a construção do projeto-piloto no Bairro Cardoso. Mais de quarenta atores se organizaram em rede e a informação entre eles fluiu principalmente

via e-mail e redes sociais. O financiamento foi misto: na arena estratégica, verbas privadas das Organizações Não Governamentais (ONGs) *IPES Promoción del Desarrollo Sostenible* e *RUAF Foundation*, proponentes do programa global que concentraram as informações metodológicas da TS e os recursos financeiros para implementação do projeto “Cidades Cultivando o Futuro”; e públicas, destinadas pela Gerência Regional de Jardins e Áreas Verdes da Regional Barreiro, como recursos de contrapartida (construção do passeio, cercamento da área, instalação de portão e de sistema de irrigação, mão de obra, água, etc.) para a instalação do jardim produtivo.

A Figura 5 resume a rede formada em torno do Jardim Produtivo do Cardoso. Para fins de objetividade, de compreensão e de clareza, foram esquematizadas apenas as relações entre os atores-chave da TS.

**Figura 5** - Mapeamento da rede interna à TS “Jardins produtivos: cidades cultivando o futuro”



Fonte: adaptado de Lovo (2011, p. 192).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM) conduziram atividades de pesquisa, de extensão e de monitoramento dos impactos dos projetos desenvolvidos.

No caso da UEM, essas atividades estão relacionadas à reaplicação da TS em Maringá/PR, mas a atuação universitária como um todo na TS sustentou as suas reaplicações também em Teresina/PI e em Contagem/MG.

A ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE-MG) representou a sociedade civil em todas as fases do projeto, agindo como ator intermediário entre a IPES e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) na coordenação do espaço de agricultura urbana. A PBH, por meio de sete Secretarias Municipais, de duas Superintendências, de uma Fundação e de um Conselho Municipal, forneceu assistência técnica e foi representada principalmente pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas (SMURB). Por ser um nó de alta conectividade, que agiu como um atalho ao ligar comunidades inteiras umas às outras; por permitir o surgimento de diversas pontes entre outros nodos da rede e assim facilitar a irradiação da conectividade; por atuar como “elemento facilitador das relações de partilha, de liderança, para a geração e gestão da confiança entre atores, educando para uma cooperação sustentada” (GONÇALVES, 2005, p. 40); a PBH atuou como o hiperconector da rede.

Na arena de validação e de planejamento, movimentos sociais e organizações de base (Associação dos Moradores Sem Casa do Bairro Cardoso e Adjacências de Belo Horizonte [ASSOSC] e Associação Pró-Habitar do Vale do Jatobá [ASPHAV]) lograram esforços institucionais para a viabilização de espaço e para de diálogo com o Poder Público, de modo que garantisse a plena implantação do jardim produtivo pela empresa de assessoria “Jota Desenvolvimento Sustentável Ltda.” Além disso, outras organizações (centros culturais, igrejas, grupos de estudo, etc.) participaram ativamente de atividades de diagnóstico e de planejamento do Grupo Gestor do Espaço de Agricultura Urbana.

Neste grande esforço de coordenação, 20 voluntários, 10 assalariados, 4 bolsistas e 2 consultores internacionais remunerados pela IPES/RUAF trabalharam na implantação do jardim produtivo, que, segundo um dos respondentes, correspondeu a 5 mil dólares. Para a manutenção mensal, foi necessária a ação conjunta de 20

voluntários, de 6 assalariados e de 1 consultor (técnico da Regional Barreiro) especialista em monitoramento. Os beneficiários da TS (moradores do bairro periférico do Cardoso), porém, participaram de todas as fases da tecnologia: desenho/proposta, construção/elaboração inicial e manutenção.

A TS em questão, por ser uma metodologia de organização social que articula os mais variados atores atuantes na rede de produção orgânica agroecológica por meio da agricultura urbana, teve como principais requisitos para a reaplicabilidade os fatores “espaço” e “parcerias com o Governo local”, conforme indicado pelos respondentes no questionário. Essa afirmação se reflete localmente no papel de coordenação do ator-chave do objeto de estudo (Prefeitura de Belo Horizonte) e, em termos internacionais, na "rede internacional de promoção da institucionalização da agricultura urbana" que compõe o cenário do programa *Cities Farming for the Future*: a Rede Latino-Americana de Agricultura Urbana (Rede Aguila), formada pelo Programa de Gestão Urbana (PGU-ALC, Habitat-ONU, PINUD), pelo IDRC-Canadá e pelo IPES (LOVO, 2011, p. 97). O papel de atores como a RUAF e a PBH no sucesso global do Programa *Cities Farming for the Future* e na difusão da TS brasileira em outros locais (Maringá/PR, Teresina/PI e Contagem/MG) reafirma, portanto, a tese de que os hiperconectores são críticos na construção de novas redes (reaplicabilidade) (BOSWORTH & ROSENFELD, 1993, p. 4–5 apud ZALESKI NETO, 2000, p. 55).

### Considerações Finais

Para que o Brasil consiga acompanhar as tendências para a próxima década do setor agroalimentar, a fixação (médio prazo) e a posterior evolução (longo prazo) das estruturas econômicas sob a cadeia agroalimentar brasileira devem, primeiramente, passar pelo aumento da renda básica e pelo fortalecimento dos sistemas de proteção social para, então, antecipar as mudanças fundamentais na agricultura frente ao cenário de mudanças técnicas, que economizam trabalho humano e geram crescimento da demanda laboral em setores não agrícolas, e de declínio da participação do setor no PIB conforme a economia se desenvolve e se diversifica ao longo do tempo (OECD, 2012, p. 11). A Tecnologia Social é um rumo alternativo, ainda pouco explorado, mas capaz de melhorar a competitividade (e.g. produtividade) dos produtores diretos, de diversificar as fontes de renda na família, de reduzir falhas de mercado e de promover bens públicos.

Além disso, urge uma revisão na abordagem sobre segurança alimentar e sobre políticas agrícolas: deve-se enfatizar o desenvolvimento rural, dar suporte à produção de produtos hortícolas de alto valor por pequenos agricultores, adotar como referencial a eliminação da pobreza e focar a atenção dos *policymakers* na construção de capacidade para os agricultores minimizarem riscos enquanto aumentam os cultivos de alto valor (OECD;

FAO, 2018, p. 103). Novamente, o fomento de TSs é um caminho promissor para esse desenvolvimento rural inclusivo, que tem como contrapartida programas públicos específicos de agricultura familiar que, por meio da implementação de iniciativas sólidas e com arranjos institucionais duradouros dando suporte à sua afirmação destas iniciativas no longo prazo – e.g. crédito sustentável, mecanismos de seguro para agricultores familiares, etc. –, visem ao aumento da produtividade de uma maneira sustentável e capaz de promover acesso a mercados de fatores, de serviços e de produtos (OECD; FAO, 2019, p. 110).

Tendo em vista a essência instável do capitalismo e a incapacidade de autorregulação entre criação de riqueza nova para a sociedade e enriquecimento privado, fica evidente a centralidade do papel do Estado neste processo de transformação, pois ele é um instrumento para a sociedade exercer o controle consciente sobre a economia (NOIJE, 2015, p. 252). Transpondo este panorama para a realidade vivida pelos agricultores familiares, entende-se que as redes são sistemas vivos, consonantes com a premissa de adequação sociotécnica intrínseca à TS e capazes de articular, de forma democrática e participativa, indivíduos e instituições em torno de objetivos e/ou de temáticas comuns (SATO, 2003, p.1), como a necessidade de diminuir a hierarquização da cadeia produtiva agrícola.

Neste estudo, a Região Nordeste abrigou o maior número de ocorrências de TS, muito provavelmente como sinal de reflexo e, ao mesmo tempo, de enfrentamento dos maiores índices de desigualdade e de extrema pobreza no país (IBGE, 2017). Um primeiro grande passo para alterar esse paradigma de exclusão seria dado caso houvesse sólido esforço institucional para promover e para fomentar tanto a reaplicação quanto o desenvolvimento de TSs na região.

Os resultados finais indicaram que a reaplicabilidade de uma TS está diretamente relacionada ao grau de conectividade entre os nós da rede de atores intermediados por hiperconectores, principalmente no tocante ao compartilhamento transversal de recursos financeiros, informacionais e científicos – o que reforça a centralidade do papel do Estado –, que vão ao encontro das principais motivações ao desenvolvimento de uma TS. As palavras-chave de maior ocorrência (“renda” e “sustentabilidade”) nos objetivos específicos das 45 TSs analisadas permitem inferir que as inquietações/motivações giram em torno principalmente do caráter financeiro e da sustentabilidade (paradigma esse que foi comprovado pelo questionário). Na amostra do estudo, observou-se, então, coerência com o conceito e com o propósito de uma TS.

Variáveis que correm mais risco de incorrer no senso comum como barreiras à reaplicabilidade de TSs (e.g. custo de implementação, número de atores envolvidos, etc.) se comportaram, na prática, de forma muito similar entre as experiências que foram reaplicadas e as que não foram reaplicadas. A prática encontra correspondência na literatura sobre redes à medida que o fato de existir um hiperconector interessado em promover a reaplicação da TS é mais importante do que o número de atores envolvidos (tendo em vista a relação inversa entre número de atores e eficiência administrativa).

A mediana de atores em rede indicou que 10 parece ser um número seguro de referência para manter a densidade de rede, a alta conectividade (hiperconexão) e o potencial de contágio sem colocar em xeque os laços fracos ou encapsular a rede. O mais crítico, porém, não é o ator em si (a presença/ocorrência dele na rede), mas sim a coerência da estrutura organizacional e do perfil do hiperconector com o ambiente da rede interna à TS e a vontade deste hiperconector de promover a TS e de criar uma comunidade eficiente, comunicativa, integrada e colaborativa. A pesquisa aqui relatada verificou que os órgãos públicos (universidades, prefeituras, ministérios, governos do Estado, etc.) apresentam típico perfil de hiperconector: comunicação eficiente e transmissora de confiança; independência; mediação e habilidade de negociação; capacidade de comunicação; habilidade de analisar o mercado; know-how em gestão de processos e de relacionamento com os demais atores da rede; e conhecimento do setor (HILL, 1992 apud ZALESKI NETO, 2000, p. 144–145).

Quanto ao impacto na reaplicação, universidades e municipalidades se comportaram de forma idêntica: são relevantes atores com estruturas organizacionais descentralizadas que muito favorecem (mas não condicionam) a reaplicabilidade. Os tipos e a quantidade de atores (e suas ações), a natureza e a força das ligações, o modo como a informação flui entre os nodos da rede e o grau de complexidade do conhecimento compartilhado na rede interna à TS são fatores que afetam a reaplicabilidade e que podem aumentar ou diminuir a assimetria de informação entre os atores.

Para que se irradie a conectividade, as redes precisam crescer e mudar sempre que possível e o hiperconector deve identificar novos projetos e articular o fornecimento de serviços. A comunicação informal via

internet (predominante nas duas TSs analisadas no questionário) é uma interface de fluxo e, portanto, operadora de contágio (MARTINHO, 2011, p. 37), que deve ser facilitada pelo hiperconector por meio de um contato frequente. Redes complementares, que compartilham recursos necessários à permanência de outros atores no sistema (e.g. RUAF transferindo recursos financeiros, instrucionais, técnicos e metodológicos aos atores hiperconectados pela Prefeitura de Belo Horizonte), tendem a se formar mais facilmente e, portanto, a favorecer a reaplicabilidade (vide amplitude global do Programa *Cities Farming for the Future*).

Logo, para que o potencial de reaplicabilidade de uma TS aumente, as conexões devem sim ser densas, mas não de maneira excessiva: se todos os atores que participam da rede interna à TS forem extremamente interconectados, por mais que a absorção pelos nós seja mais rápida, a taxa de reaplicação e a propensão de afetar novos nodos serão menores, já que, "uma vez iniciado, o contágio tende a decair nos aglomerados tão logo os componentes [...] tenham sido atingidos" (MARTINHO, 2011, p. 38). Ter um hiperconector mantendo conexão com nodos fracos aumenta ainda mais a capacidade de disseminação (MARTINHO, 2011, p. 39), isto é, ter uma instituição pública interessada na reaplicação de uma TS e com perfil de nó animador (ter autoridade e expertise reconhecidas, forte posição na rede, potencial de atração de atores com conhecimento heterogêneo, etc.) mantendo relações com laços fracos parece ser um requisito relevante para a reaplicabilidade.

A literatura sobre reaplicabilidade de TSs e sobre a influência dos hiperconectores na dinâmica em rede do entorno sociotécnico às TSs ainda é escassa e muito pulverizada. Esforços no sentido de aglutinar contribuições ao pensamento crítico nacional sobre este tema são, mais do que muito bem-vindos, necessários.

Algumas lacunas não foram preenchidas neste estudo, seja devido a limitações de recurso (tempo, pessoal, etc.), seja em razão de restrição de escopo. São elas:

- (1) localizar, por meio de uma série temporal de dados, o caminho percorrido pelas TSs até aqui, apontando os períodos (e, principalmente, as características deles marcantes) que foram mais favoráveis ao desenvolvimento de TSs. Esta pesquisa apontou a tendência de a “era 2010” ter sido um momento importante para a difusão tecnológica no Brasil, mas não prescreveu os possíveis fatores socioeconômicos que causaram essa proeminência, nem reuniu um conjunto de recomendações econômicas especificamente voltadas à reprodução de condições favoráveis às observadas neste período;
- (2) mensurar em termos quantitativos o impacto de uma política nacional de TS na produtividade de algum setor-chave da economia do país;
- (3) propor e reunir um conjunto de procedimentos capazes de avaliar em que medida uma TS representa uma solução tecnológica viável, efetiva e adequada ao enfrentamento de desigualdades e de gargalos socioprodutivos;
- (4) analisar o quanto uma região produz de TS e o quanto ela recebe de reaplicações, para tentar entender e traçar o caminho regional da difusão de TSs no Brasil.

## Referências

ARAVANIS, Nikolle Nebl Jardim et al. **A hidroponia como alternativa de desenvolvimento e segurança alimentar ao semiárido: estudo de caso em Ibimirim - Pernambuco**. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 65, 2013, Recife, PE. Anais (on-line). Recife: SBPC, 2013. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/65ra/resumos/resumos/4445.htm>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Investment Policy and Promotion**. 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/investment-climate/brief/investment-policy-and-promotion>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BARROS, Larissa; MIRANDA, Isabel. O papel das redes sociais para a construção e o compartilhamento do conhecimento em Tecnologias Sociais. In: RTS (Distrito Federal) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (rts), 2010. p. 59-63.

Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/4-social-tecnologia-social-e-desen-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BOILESEN, Thomas Albert. **A dinâmica do investimento estrangeiro direto (IED) no Brasil: 1995-2014**. 2015. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Centro de Estudos em Relações Econômicas Internacionais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000966739&opt=4>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRANDÃO, Carlos. **O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escalas”**. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. (Org.). **Desigualdades Regionais**. Salvador: SEI, p. 9-37, 2004.

BRASIL. GOVERNO DO BRASIL. **Agricultura Familiar avança com políticas públicas de incentivo ao produtor**: Semana Nacional da Agricultura Familiar é marcada por aumento de recursos para o setor. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2019/07/agricultura-familiar-avanca-com-politicas-publicas-de-incentivo-ao-produtor>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. **A gestão social do Terceiro Setor e suas dualidades.** In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. Painel. Coimbra: Ces, 2004. p. 1 - 10. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel9/ecabral.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CARDOSO, Fernanda Graziella. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade.** 2012. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.12.2012.tde-26062012-155604. Acesso em: 25 jun. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p. Disponível em: <[http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco\\_urbano.pdf](http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2019.

CARVALHO, Renata Guimarães; OLIVEIRA, Francisco Correia de. **Auto-Organização e Administração: Estudo de caso em Empresa Hoteleira.** 2002. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-teo-1776.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

CEPAL. **O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe.** 2011. Elaborado por Alicia Bárcena, Antonio Prado, Mario Cimoli e Ricardo Pérez. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1145/1/S2012018\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1145/1/S2012018_es.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade.** 2009. Disponível em: <[http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/ts\\_ferramenta\\_sociedade.pdf](http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/ts_ferramenta_sociedade.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2019.

DAGNINO, Renato et al. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** 2. ed. Campinas: Komedi, 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16002941-Tecnologia-social-ferramenta-para-construir-outra-sociedade-renato-dagnino-org.html>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

DUQUE, Thais Oliveira. **Tecnologia Social e Gestão Social: interfaces e conexões.** 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015. Disponível em:

<[http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/10813/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Tecnologia%20social%20e%20gest%C3%A3o%20social%20interfaces%20e%20conex%C3%B5es.pdf](http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/10813/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Tecnologia%20social%20e%20gest%C3%A3o%20social%20interfaces%20e%20conex%C3%B5es.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FAO. **FAOSTAT: Foreign Direct Investment (FDI).** Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/FDI>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FAO. **Multilingual thesaurus on land tenure.** Roma: Food And Agriculture Organization Of The United Nations (FAO), 2003. 197 p. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?id=T27XoO\\_glZAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=T27XoO_glZAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 27 jun. 2019

FAO. **Basic texts of the Food and Agriculture of the United Nations.** 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/K8024E/K8024E.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2019.



FBB. Jardins produtivos: cidades cultivando o futuro. 2010. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/jardins-produtivos-cidades-cultivando-o-futuro.htm>. Acesso em: 11 ago. 2019.

FBB. **Hidroponia com reúso de águas residuais de dessalinizadores no semiárido**. 2014. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-97.htm>. Acesso em: 11 ago. 2019.

FISHER, Irving. **The nature of capital and income**. Londres: Macmillan & Co., Ltd., 1906. Disponível em: <https://ia902609.us.archive.org/1/items/natureofcapitali00fishuoft/natureofcapitali00fishuoft.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GONÇALVES, Caio Márcio. **O papel das relações interpessoais em redes interorganizacionais**. 2005. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102532/225185.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jul. 2019.

GRUPO AUÊ! - ESTUDOS EM AGRICULTURA URBANA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte cultivando o futuro. 2013. Informações retiradas do vídeo oficial e institucional anexado ao artigo do website. Disponível em: <https://aueufmg.wordpress.com/2013/05/08/belo-horizonte-cultivando-o-futuro/>. Acesso em: 11 ago. 2019.

HEWETT, William Wallace. The Definition of Income. **The American Economic Review**. New York, p. 239-246. jun. 1925. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/1807115.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

LOVO, Ivana Cristina. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. 2011. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95958>. Acesso em: 11 ago. 2019.

MARTINHO, Cássio. Morfologia de rede e ação social. In: MARTINHO, Cássio et al. **Vida em rede**: Conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri: Instituto C&a, 2011. p. 23-41.

Disponível em: [http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/vida\\_em\\_rede\\_instituto\\_cea\\_2011.pdf#page=24](http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/vida_em_rede_instituto_cea_2011.pdf#page=24). Acesso em: 07 ago. 2019.

NASCIMENTO, Juliene Karine Anjos do et al. **Percepção dos agricultores do município de Ibimirim/PE quanto aos principais problemas ambientais da região**. 2013. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R1233-1.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.

NOIJE, Paulo. **A vulnerabilidade externa decorrente da posição internacional de investimento e do fluxo de rendas: uma análise da economia brasileira no período de 1953-1963**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9429>. Acesso em: 19 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **A realização econômica no capitalismo como uma grande pirâmide financeira: o papel do crédito.** 2015. 264 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286457>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

NOMURA, Mazen Arafat. **The case of FDI for Brasil: one foreign observer's view.** Brasília: Enap Cadernos, 2018. 85 p. (58). Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3599>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

OECD. **Agricultural Policies for Poverty Reduction.** Paris: OECD Publishing, 2012. 192 p. OECD. <https://doi.org/10.1787/9789264112902-en>. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/agricultural-policies-for-poverty-reduction\\_9789264112902-en](https://read.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/agricultural-policies-for-poverty-reduction_9789264112902-en)>. Acesso em: 05 ago. 2019.

OECD; FAO. **OECD-FAO Agricultural Outlook 2018-2027.** Paris: OECD Publishing, 2018. OECD. [http://dx.doi.org/10.1787/agr\\_outlook-2018-en](http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2018-en). Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook-2018-2027\\_agr\\_outlook-2018-en](https://read.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook-2018-2027_agr_outlook-2018-en)>. Acesso em: 05 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028.** Paris: OECD Publishing, 2019. OECD. [https://doi.org/10.1787/agr\\_outlook-2019-en](https://doi.org/10.1787/agr_outlook-2019-en). Disponível em: <[https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/agr\\_outlook-2019-en.pdf?expires=1565046937&id=id&accname=guest&checksum=EC198DA8CDF4B7F422D09B594713E19A](https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/agr_outlook-2019-en.pdf?expires=1565046937&id=id&accname=guest&checksum=EC198DA8CDF4B7F422D09B594713E19A)>. Acesso em: 05 ago. 2019.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). **Manual de economia.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 524 p.

SAMPAIO, Renelson Ribeiro; PASSOS, Francisco Uchoa; ASSIS, Victor. Compartilhando conhecimento em projeto automotivo: o EcoSport da Ford do Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, [s.l.], v. 54, n. 4, p. 414-428, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020140407>. Disponível em: <[https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/compartilhando\\_conhecimento\\_em\\_projeto\\_automotivo\\_o\\_ecosport\\_da\\_ford\\_do\\_brasil.pdf](https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/compartilhando_conhecimento_em_projeto_automotivo_o_ecosport_da_ford_do_brasil.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SANTOS, Alexandre N. et al. Cultivo hidropônico de alface com água salobra subterrânea e rejeito da dessalinização em Ibibimirim, PE. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 14, n. 9, p. 961-969, set. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-43662010000900008>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-43662010000900008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662010000900008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SATO, Michele. **O que são redes?** 2003. Disponível em: <[https://pt.scribd.com/document/328427062/O-Que-sao-redes-doc#from\\_embed](https://pt.scribd.com/document/328427062/O-Que-sao-redes-doc#from_embed)>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SPINK, Mary Jane; FIGUEIREDO, Pedro; BRASILINO, Jullyane. **Psicologia social e personalidade.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. 192 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/xg9wp/pdf/spink-9788579820571.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

THOMAS, Hernán; FRESSOLI, Mariano. **Technologies for social inclusion in Latin America.** Analysing opportunities and constraints; problems and solutions in Argentina and Brazil. 2011. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/252055675\\_Technologies\\_for\\_social\\_inclusion\\_in\\_Latin\\_America\\_Analysing\\_opportunities\\_and\\_constraints\\_problems\\_and\\_solutions\\_in\\_Argentina\\_and\\_Brazil](https://www.researchgate.net/publication/252055675_Technologies_for_social_inclusion_in_Latin_America_Analysing_opportunities_and_constraints_problems_and_solutions_in_Argentina_and_Brazil)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

VALADÃO, José de Arimatéia Dias. **Seguindo associações sociotécnicas sob a luz da teoria do ator-rede: uma tradução da pedagogia da alternância para rotinas e tecnologias sociais.** 2014. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12269/1/TESE%20Jos%C3%A9%20de%20Arimat%C3%A9ia%20Valad%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ZALESKI NETO, João. **Formação e desenvolvimento de redes flexíveis no contexto do progresso regional.** 2000. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30360361.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

## A Perspectiva Política do Consumo Alimentar: Experiência do Grupo de Consumo Responsável do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, Limeira-SP

Juliana Pires de Arruda Leite<sup>1</sup>

Leonardo Denardi Messina<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i1.15919>

### RESUMO

Diante de um cenário de crescimento do agronegócio e da produção alimentícia em larga escala, que impõe barreiras ao desenvolvimento do pequeno produtor rural, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se colocam como frentes de resistência, praticando novas formas de produção e relações de consumo. O pré-assentamento de reforma agrária Elizabeth Teixeira, localizado em Limeira-SP e vinculado ao MST, se destaca por aderir a modos de produção agroecológicos e por criar espaços de comercialização e consumo autogeridos por um grupo de agricultoras assentadas. Dentre estas iniciativas está a distribuição de cestas agroecológicas ao Grupo de Consumo Responsável (GCR) de Campinas-SP. Para o presente artigo algumas questões de pesquisa foram estabelecidas, entre elas: qual o perfil e as motivações dos consumidores que participam do grupo de consumo? Os consumidores apoiam as bandeiras e a atuação política do movimento social do qual compram seus alimentos? Na percepção dos consumidores, a relação de consumo estabelecida é caracterizada como “política”? Os resultados obtidos mostram que há uma relação direta entre consumo e apoio político. Como analisado, os consumidores organizados utilizam o seu poder de compra como uma forma de afirmar e materializar valores inerentes ao projeto político do MST.

**Palavras-chave:** consumo político; movimentos sociais; grupos de consumo responsável

### ABSTRACT

#### The Political Perspective of Food Consumption: Experience of the Responsible Consumption Group of Elizabeth Teixeira Producers, Limeira-Sp

In the context of large-scale industrial food production, which poses barriers to the development of small rural producers, social movements such as the Landless Rural Workers Movement (MST) stand as fronts of resistance, practicing new forms of production and consumption relations. The Elizabeth Teixeira settlement, located in Limeira-SP and linked to the MST, stands out for adhering to agro-ecological modes of production, and for creating spaces for commercialization and consumption that are self-managed by a group of women farmers. Among these initiatives is the distribution of agroecological baskets to the Responsible Consumption Group (GCR) of Campinas-SP. For this article, some research questions were established, such as: what is the profile and motivations of consumers who participate in the consumption group? Do consumers support the demands and political action of the social movement from which they buy their food? In the consumers' perception, is the established consumption relationship characterized as “politics”? The results obtained show that there is a direct relationship between consumption and political support. As analyzed, organized consumers use their purchasing power as a way to affirm and materialize values inherent to the MST's political project.

**Keywords:** political consumption; social movements; responsible consumption groups

### RESUMEN

#### La Perspectiva Política del Consumo de Alimentos: Experiencia del Grupo de Consumo Responsable el Colectivo de Productoras Elizabeth Teixeira, Limeira-Sp

En el contexto de la producción industrial de alimentos a gran escala, que impone barreras al desarrollo de los pequeños productores rurales, movimientos sociales como el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) se erigen como frentes de resistencia, practicando nuevas formas de relación de producción y consumo. El asentamiento Elizabeth Teixeira, ubicado en Limeira-SP y vinculado al MST, se destaca por adherirse a modos de producción agroecológicos, y por crear espacios de comercialización y consumo autogestionados por un grupo de mujeres agricultoras. Entre estas iniciativas se encuentra la distribución de canastas agroecológicas al Grupo de Consumo Responsable (GCR) de Campinas-SP. Para este artículo se establecieron algunas preguntas de investigación, tales como: ¿cuál es el perfil y las motivaciones de los consumidores que participan en el grupo de consumo? ¿Apoyan los consumidores las demandas y la acción política del movimiento social al que compran sus alimentos? En la percepción de los consumidores, ¿la relación de consumo establecida se caracteriza como “política”? Los resultados obtenidos muestran que existe una relación directa entre consumo y apoyo político. Como se analiza, los consumidores organizados utilizan su poder adquisitivo como una forma de afirmar y materializar valores inherentes al proyecto político del MST.

**Palabras clave:** consumo político; movimientos sociales; grupos de consumo responsable

<sup>1</sup> É professora doutora II da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp. Foi coordenadora do curso de Administração Pública desta faculdade no período 2019-2023 e Vice-presidente do Conselho Multidisciplinar de Graduação da FCA no período 2021-2023. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4048-9029>. E-mail: [leiteju@unicamp.br](mailto:leiteju@unicamp.br).

<sup>2</sup> Graduado em Administração Pública pela Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp. Possui experiência na área de Ciências Sociais Aplicadas tendo atuado nos seguintes temas: Consumo Político, Grupos de Consumo Responsável e Movimentos Sociais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8415-3519>. E-mail: [l220068@dac.unicamp.br](mailto:l220068@dac.unicamp.br).

## Introdução

Nas últimas décadas os mercados sofreram mudanças estruturais, de ordem econômica e social, advindas da globalização. A modernização tecnológica no campo da agricultura, associada ao modo de produção capitalista, tem exigido cada vez mais competitividade e produção em escala, **“criando uma série de barreiras que oprimem o crescimento e o desenvolvimento do pequeno produtor rural”** (PONTES; SANTOS, 2015, p. 2).

Esta dinâmica industrial globalizada do mercado alimentar engendra novos parâmetros de produção, distribuição e comercialização e produz condições desiguais de acesso ao mercado agroalimentar para os agricultores familiares. Wilkinson (2008) enfatiza que as atividades da agricultura familiar persistem neste contexto adverso em virtude do enraizamento em redes de apoio e de articulações com os espaços locais – aspectos que determinam as condições em que os produtos serão ofertados ao consumidor. É neste cenário que princípios e práticas de Economia Solidária passam a se difundir nas margens do sistema econômico, abrindo a possibilidade de inserção da agricultura familiar em novos mercados consumidores (PONTES; SANTOS, 2015).

Especialmente no âmbito dos assentamentos de reforma agrária, destacam-se modelos alternativos aos modos tradicionais de produção e consumo, como a adoção da produção agroecológica e a criação de espaços de produção, comercialização e consumo autogeridos pelos grupos populares. Um exemplo disso é o pré-assentamento Elizabeth Teixeira, aqui estudado. Neste local, além da adoção de modos de produção agroecológicos, existe a organização, por um grupo de mulheres agricultoras, da distribuição de cestas agroecológicas ao Grupo de Consumo Responsável (GCR) de Campinas-SP.

Atualmente, a aproximação entre agricultores e consumidores durante o processo de comercialização tem revalorizado os mercados locais e ressignificado as relações de consumo. Este fenômeno não se limita ao consumo alimentar e é parte de um movimento mundial mais amplo: o consumo político. Basicamente, consumo político significa a consideração de motivos éticos ou políticos na decisão de comprar ou boicotar certos produtos ou marcas, com o objetivo de mudar instituições, organizações ou condições sociais (ROSSEL; SCHENK, 2017). Este tema emergiu como um campo de pesquisa novo e em florescimento, nascido principalmente das contribuições de sociólogos, cientistas políticos e psicólogos.

À luz desta literatura e das experiências dos Grupos de Consumo Responsáveis no Brasil, o presente artigo buscou responder algumas perguntas de pesquisa. A primeira delas foi: qual o perfil e as motivações dos consumidores que participam do Grupo de Consumo Responsável de Campinas? A hipótese estabelecida a partir da literatura foi a de que são consumidores com relativo poder aquisitivo e níveis educacionais mais altos que a média da população. Uma segunda pergunta, crucial para a análise do consumo político foi: os consumidores conhecem e apoiam as bandeiras específicas de luta e os instrumentos de ação do movimento social no qual se inserem as produtoras dos alimentos? Além disso, uma terceira pergunta busca verificar se estes consumidores confirmam ou refutam a tese presente na literatura denominada de *crowd out*, que declara que o consumo político aliena os indivíduos de uma participação política coletivizada e cívica. Por fim, nos interessou saber se na percepção dos consumidores, a relação de consumo estabelecida a partir deste grupo é caracterizada como “consumo político”.

Buscando estruturar estas categorias e seus resultados, o presente artigo está organizado em 4 seções, além desta introdução. Na primeira seção, dividida em três sub-itens, buscamos apresentar o fenômeno do consumo político a partir da literatura internacional, caracterizar as dinâmicas de atuação em rede dos Grupos de Consumo Responsável (GCRs) no Brasil e analisar o contexto político e as articulações estabelecidas pelo pré-assentamento Elizabeth Teixeira para o estabelecimento do GCR de Campinas. Na segunda seção abordamos os procedimentos metodológicos utilizados na execução da pesquisa. Na terceira seção analisamos os resultados e exploramos as relações entre o perfil socioeconômico do consumidor e suas motivações, o tipo de apoio fornecido às bandeiras de luta e instrumentos de ação do MST e as percepções sobre o consumo político. Por fim, na quarta seção tecemos algumas considerações finais e perspectivas para futuras pesquisas.

## Revisão bibliográfica

### Consumo Político

Segundo Rossel e Schenk (2017) nos anos recentes emergiu um campo de pesquisa novo e em florescimento, nascido principalmente das contribuições de sociólogos, cientistas políticos e psicólogos. Este campo é uma intersecção das pesquisas sobre comportamento do consumidor e das pesquisas de sociologia política: o campo do consumo político. Os autores citam uma diversa gama de estudos que vem se dedicando a este novo campo (BARNETT *et al.*, 2005; LORENZEN, 2012; MAZAR e ZHONG, 2010; RAYNOLDS, 2002; STOLLE, HOOGHE, e MICHELETTI, 2005; SUNDERER e ROSSEL, 2012; SZASZ, 2007; WILLIS e SCHOR, 2012; ANDORFER e LIEBE, 2012; NEWHOLM e SHAW, 2007 *apud* ROSSEL e SCHENK, 2017). Como introdução ao conceito os autores explicam que o consumo político significa que a decisão por comprar ou não produtos e marcas passa por considerações éticas e políticas com o intuito de provocar mudanças em instituições, organizações e condições sociais. As principais formas de consumo político são duas: o que se chama de “compra positiva” (“*buycott*”) de produtos que se distinguem dos demais por características éticas ou políticas, ou o boicote à produtos que não possuem tais características e até mesmo sejam conhecidos por suas práticas injustas e antiéticas de produção.

Dalton (2008), numa visão entusiasta, afirma que o consumo político de fato se configura como um instrumento para mudanças econômicas e sociais, representando assim uma importante forma de engajamento político. Em contraste com outras formas de participação política como o voto, contato direto com políticos, afiliação a partidos políticos, participação em greves e manifestações, o consumo político representa uma forma individualizada de participação política, fora do âmbito das instituições formais do sistema político (DALTON, 2008).

Neste sentido, Watkins *et al.* (2016) conceitua o consumo político como sendo uma atividade que está na fronteira entre a ação individual e a ação coletiva, uma forma de “ação coletiva individualizada”. Na mesma linha, Newman e Bartels (2010) sugerem que “*lifestyle politics*”, que seria a prática de politizar o que é pessoal é um conceito útil para entender como os indivíduos identificam as implicações políticas nas suas vidas cotidianas e buscam alterá-las de forma a expressar suas preferências e gerar mudanças.

De acordo com os resultados de pesquisa apresentados por Dalton (2008), nas últimas três décadas na Europa, a parcela de pessoas que praticam boicote à produtos cresceu cinco vezes. Willis e Schor (2012) trazem dados de países como a Suécia e Suíça, nos quais 60% da população pratica o boicote de certos produtos. Isso sugere que nos países de capitalismo avançado as formas de consumo político se mostram consideravelmente difundidas.

Por conta de sua onipresença na vida contemporânea, não é de se surpreender que o consumo tenha se tornado crescentemente um espaço para a ação política. Segundo Watkins *et al.* (2016), o consumo por motivação política tem sido amplamente documentado em estudos sobre o ativismo de consumidores. Os estudos publicados mostram que as crenças e ideologias políticas influenciam as decisões sobre o que comprar, e as decisões de onde comprar.

No âmbito da relação entre as formas tradicionais de participação política e o consumo político, a literatura manifesta um debate em torno de uma tese conhecida como “*crowd out*”. Esta tese sustenta que formas individualizadas de expressar preferências políticas (como o consumo) esvaziam formas genuínas de engajamento em ações coletivas políticas, numa dicotomia cidadão-consumidor. Para Szasz (2007), defensor desta tese, o consumo político deve ser entendido como parte de uma cultura política neoliberal, que alimenta o individualismo, transfere a responsabilidade ao consumidor e mina a responsabilidade cívica. Nesta visão, o consumo político funciona como um substituto à outras formas de engajamento político porque **“rather than inspiring additional action, ethical consumption is more likely to silence the internal voice that urges us to do more”** (SZASZ, 2012, p. 79). No entanto, outros pesquisadores vêm defendendo que o consumo político é um fenômeno complexo.

Watkins *et al.* (2016) e Rossel e Schenk (2017) são enfáticos ao afirmar que a tese do “*crowd out*” foi empiricamente refutada por estudos na Europa, Canadá e Estados Unidos. Estes mesmos autores verificaram que os maiores níveis de consumo político estão, na verdade, relacionados positivamente com uma gama de ações políticas de caráter coletivo. Em suas conclusões destacam que, não só o consumo político é uma entre muitas

estratégias que os indivíduos escolhem para exercer sua ação político-ideológica, como é uma estratégia que potencializa o engajamento em outras. Dizem os autores que os achados de diversos estudos empíricos sugerem que muitos consumidores conscientes enxergam suas decisões de consumo cotidianas como políticas e percebem estas escolhas como tendo impacto no sucesso ou fracasso de diferentes negócios e assim encontram uma forma efetiva de “votar com seu dinheiro” e “eleger” o tipo de sociedade da qual querem fazer parte, sem que isso os impeça de realizar outras formas de ação política.

Rossel e Schenk (2017) reconhecem, no entanto, que esta questão ainda é um debate. Os autores citam alguns trabalhos que defendem a tese do “*crowd out*” (MAZAR e ZHONG, 2010; MONIN e MILLER, 2001; SACHDEVA; ILIEV e MEDIN, 2009), mas contrapõem com a citação de outros trabalhos de caráter mais empírico que mostram que “consumidores políticos” são também ativos em outras formas de engajamento político (BAUMANN; ENGMAN e JOHNSTON, 2015; STOLLE *et al.*, 2005; WILLIS e SCHOR, 2010). Existem ainda os autores que defendem que o consumo político e outras formas de atuação política se retroalimentam, criando um estilo de vida politizado de consumo e ativismo (WILLIS e SCHOR, 2012).

De fato, o comportamento do consumidor é motivado por um número de fatores complexos que estão profundamente imersos e fortemente influenciados por contextos sociais, psicológicos, culturais e institucionais. Além destes fatores e seus efeitos na tomada de decisão sobre o que consumir, existem também algumas barreiras pragmáticas como preço, disponibilidade, conveniência, qualidade e informações sobre os produtos (WATKINS *et al.*, 2016) e muitas vezes isso contribui para o distanciamento entre as crenças e convicções dos indivíduos, e o consumo que praticam.

Isso nos leva para uma outra questão importante na análise do fenômeno do consumo político que é o perfil socioeconômico dos consumidores. Trabalhos como os de Adams e Raisborough (2008) afirmam que esta forma de consumo pode representar uma distinção de classe, na medida em que consumidores de classe média e alta são capazes de comprar produtos mais caros, ou seja, o preço está sem segundo plano no que se refere às escolhas, e assim os motivos políticos podem prevalecer. Os autores acrescentam que isso pode inclusive gerar efeitos de distinção simbólicos, em que as classes mais altas se sentem “eticamente distintas” das classes mais baixas, criando uma fronteira simbólica entre elas. No que se refere à influência de classe no consumo político, Rossel e Schenk (2017) citam o seguinte argumento: o nível de renda e de educação formal possuem uma relação de influência positiva sobre a participação política em geral, ou seja, uma maior renda e maior escolaridade proporcionam um maior nível de engajamento político. As razões apresentadas são: os recursos financeiros, bem como as habilidades relacionais e comunicativas permitem uma maior participação política na medida em que oferecem tempo e condições para que esta aconteça. Nesta perspectiva, podemos ainda acrescentar que os anos de estudo formal tendem a oferecer uma leitura mais aprofundada das estruturas sociais e políticas, o que favorece o engajamento.

Por fim, um outro aspecto fundamental presente na literatura que possui íntima relação com nosso caso de estudo é o reconhecimento do papel dos movimentos sociais organizados na promoção e viabilização do consumo político. Para Balsiger (2010) uma questão fundamental é que o poder do consumidor só se torna eficaz se um número suficientemente grande de pessoas compra ou boicota um determinado produto. Por isso, atores coletivos que mobilizam consumidores e fornecem uma identidade coletiva desempenham um papel importante neste processo. A extensão em que os consumidores se engajam nesses movimentos organizados varia. Uma identidade coletiva pode ser muito central para pessoas que estão profundamente envolvidas com o comércio justo, por exemplo. Por outro lado, o consumidor geral pode não se ver como membro de um movimento, mas sim como um consumidor crítico que contribui para uma boa causa.

Neste contexto, o autor destaca que os movimentos sociais são fundamentais uma vez que eles imbuem de significado político a compra de produtos, estabelecendo assim as oportunidades para consumo político. Por outro lado, estes mesmos movimentos lutam por influência política na medida em que buscam transformar consumidores em aliados políticos. No nível macro, então, o consumo político representa uma estratégia para atingir objetivos políticos, empregados e sustentados por movimentos sociais. Esta estratégia, no entanto, costuma ser apenas uma forma de ativismo político no campo dos movimentos sociais, que possuem diversas outras formas de ação coletiva para o alcance de suas bandeiras.

No que tange o consumo de alimentos, Rossel e Schenk (2017) dão destaque ao crescimento do comércio justo de alimentos. Os autores afirmam que existe, numa escala global, um movimento de consumo por maior

equidade com intuito de melhorar os meios de subsistência de produtores e trabalhadores do hemisfério sul. Isto envolve a certificação de produtos por organizações especializadas, envolve também as chamadas “alternative trade organizations” (ATO) que mantêm relacionamentos diretos com os produtores, bem como as organizações que promovem campanhas e advogam pelo comércio justo em fóruns nacionais e internacionais.

A literatura pesquisada expressa de maneira contundente a existência do fenômeno do consumo político e contribuiu significativamente para o desenho das categorias analíticas da presente pesquisa. Na discussão de nossos resultados será possível evidenciar as relações entre os estudos aqui apresentados e nossos dados empíricos.

### **Grupos de Consumo Responsável (Gcr) e o cenário brasileiro**

Como apresentado no item anterior, existe um movimento mundial crescente que manifesta a busca por formas alternativas de consumo que expressam a insatisfação dos indivíduos e coletivos com as dinâmicas mercadológicas excludentes e predatórias do mundo contemporâneo. No caso do consumo alimentar, ganham destaque as críticas ao sistema agroalimentar convencional, principalmente no que diz respeito à insegurança quanto à origem e a qualidade dos alimentos que os consumidores adquirem (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016). Uma das formas organizadas de exercer esta crítica ao sistema agroalimentar convencional é a criação e participação em Grupos de Consumo Responsável (GCR) de alimentos.

Na prática, os Grupos de Consumo Responsável (GCRs) proporcionam mudanças significativas nos hábitos de consumo alimentar do consumidor, isso porque a forma de comprar, pagar e retirar os produtos é muito diferente dos meios convencionais de compra. Ao adentrar um Grupo de Consumo Responsável (GCR), o consumidor deve estar ciente de suas atribuições: 1) encomendar os produtos e pagá-los de forma antecipada; 2) retirar os produtos em locais e datas específicas; e 3) respeitar variações sazonais da oferta (CALABRÓ, 2016).

Quanto ao funcionamento dos Grupos de Consumo Responsável (GCRs), a oferta de produtos é periodicamente disponibilizada aos consumidores por algum meio digital para que os pedidos possam ser processados e pagos. A partir disso, existe um núcleo de entrega, local em que os consumidores comparecem na data e horário agendados para a retirada dos produtos.

Para Mascarenhas e Gonçalves (2016), o funcionamento dos GCRs pode ser impactado pelo contexto no qual eles estão inseridos. Neste sentido, observamos que as diferentes dinâmicas de organização desses grupos estão relacionadas a aspectos como política, localização geográfica, interações com o poder público, universidades e organizações da sociedade civil. No geral, as experiências de organização coletiva do consumo estão fundamentadas na ação direta com agricultores familiares e empreendimentos econômicos solidários (KAIRÓS *et al.*, 2011).

Para Sales (2018), as principais preocupações dos consumidores que participam de GCR são compreender a origem e a forma de produção dos alimentos que adquirem. Para isso, eles questionam tudo aquilo que antecede a chegada do alimento em suas casas: os insumos utilizados, os processos produtivos adotados e seus impactos ambientais, o emprego e a remuneração da mão de obra. É a partir destes questionamentos que os consumidores podem compreender o que estão apoiando ao escolher e priorizar o consumo de um determinado produto (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016).

No Brasil, as experiências de organização coletiva dos consumidores começaram a ser sistematizadas a partir dos anos 2000, momento em que ocorre a fundação do Instituto Kairós, Organização da Sociedade Civil (OSC) que trabalha com educação para o consumo responsável, apoiando iniciativas de organização coletiva do consumo (KAIRÓS *et al.*, 2011).

Segundo levantamento feito por este Instituto, em 2016, havia cerca de 25 Grupos de Consumo Responsável (GCR)<sup>3</sup> de alimentos em atividade no Brasil. A origem destes coletivos remete à década de 1970 com o surgimento das primeiras iniciativas de consumidores organizados para adquirirem produtos orgânicos. Neste contexto, ganha destaque as iniciativas Coolmeia Cooperativa Ecológica de Porto Alegre e a Coonatura Cooperativa de Consumidores de Produtos Naturais do Rio de Janeiro. A partir de 1990, no entanto, com a

---

<sup>3</sup> Dentre as 25 iniciativas mapeadas pelo Instituto Kairós, destaca-se que a rede de iniciativas Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA Brasil) foi considerada apenas como 1 GCR (BENSADON; MASCARENHAS; GONÇALVES, 2014).



chegada dos orgânicos aos supermercados, essas iniciativas foram perdendo espaço e se desintegrando (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016).

De acordo com Mascarenhas e Gonçalves (2016), apesar da desintegração, a maioria dos participantes dessas iniciativas pioneiras encontram-se organizados na Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, uma iniciativa em nível nacional que foi sendo pouco a pouco construída pelo Instituto Kairós. Em 2009, após analisar o perfil de alguns Grupos de Consumo Responsável (GCRs) no Brasil, o Instituto Kairós promoveu com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) os Encontros Nacionais dos Grupos de Consumo Responsável, ocorridos nos anos de 2011, 2013 e 2015. Nas palavras de Bensadon; Mascarenhas e Gonçalves:

Durante os eventos, os representantes dos grupos puderam dividir experiências e reconhecer fragilidades e potencialidades que vivenciam. Foram ainda priorizadas ações e divididas as responsabilidades coletivamente (2014, p. 218).

Para estes autores, foi a partir desses encontros que se buscou reconhecer e fortalecer as práticas de consumo responsável no Brasil, visando a consolidação de uma rede capaz de melhor articular, aproximar e integrar todos os coletivos. Para isto, considerou-se que através do compartilhamento das experiências de cada grupo de consumo seria possível potencializar as parcerias em diferentes áreas e níveis de atuação, além de proporcionar aprendizado mútuo.

Desta maneira, a formação da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável é um marco importante que ajuda a identificar e fortalecer **contratendências ao sistema agroalimentar**, permitindo uma atuação política mais integrada e com maior capacidade de influência nas diferentes instâncias de participação que cada ente está envolvido (KAIRÓS *et al.*, 2011).

Como características gerais da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável podemos elencar: 1) a predominância dos GCRs no Estado de São Paulo; 2) a maior alternância no número de consumidores em detrimento do número de fornecedores; e 3) a participação, em média, de 3.000 pessoas na rede, envolvendo consumidores, fornecedores e familiares de ambos (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016).

Além disto, a Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável indica um movimento em curso que propicia o desenvolvimento de novas relações socioeconômicas. Nas palavras de Mascarenhas e Gonçalves:

Esses novos ventos partem do questionamento das estruturas do sistema dominante, baseado na cultura da massificação do consumo, dos monopólios e do agronegócio, em que o mundo rural é desvalorizado e explorado, e levam a descobrir novos paradigmas de sistemas de produção, comercialização e consumo. Aos poucos essa nova dinâmica agroalimentar se complementa e se recria com outras cadeias, ampliando-se. Como experiências autogestionárias, descentralizadas e localizadas, os GCRs são pequenas sementes espalhadas pelo mundo que produzem o novo construindo práticas de comercialização e consumo que vão além das relações comerciais, pois questionam o consumismo e buscam recriar dinâmicas sociais, políticas e econômicas mais justas e solidárias, a partir da organização coletiva do consumo (2016, p. 136 - 137).

A partir destas iniciativas nota-se no Brasil uma tendência de articulação e fortalecimento de vínculos entre os grupos organizados de consumidores, que passam cada vez mais a ganhar visibilidade e ampliar sua rede de atuação. A seguir apresentamos uma breve caracterização das disputas territoriais e políticas em torno do pré-assentamento Elizabeth Teixeira, local onde os alimentos do GCR aqui estudado são produzidos. Destaca-se também as articulações de rede que foram fundamentais para o estabelecimento do GCR e a manutenção do elo entre as produtoras e os consumidores.

### **Da Produção ao Consumo: os “Nós” da Rede**

Localizado próximo ao quilômetro 137 da Rodovia Anhanguera, em uma área de intensa especulação imobiliária, o pré-assentamento Elizabeth Teixeira está situado na região do Horto Florestal Tatu no município de Limeira, interior de São Paulo (TAUFIC, 2014).

Considerado um imóvel público gerenciado desde 2001 pela Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), o Horto de acordo com Taufic (2014, p. 124) tornou-se um “[...] objeto de planos, intervenções e ocupações por parte do poder público [...]” e da sociedade civil. Neste contexto, destaca-se, no âmbito estadual, a apropriação de uma área do terreno para a construção de um centro de ressocialização, e no âmbito municipal, a instalação de um aterro sanitário.

Segundo Taufic (2014), os conflitos sociais derivados das formas de apropriação da terra evidenciam a existência de uma complexa rede de atores envolvendo empresários, movimentos sociais e a administração pública em todos os seus níveis.

Em 2007, o Horto Florestal Tatu foi concedido à União por meio da Medida Provisória 353. Em abril do mesmo ano, 195 famílias de agricultores sem-terra ocuparam uma porção do Horto, instalando o pré-assentamento Elizabeth Teixeira (TAUFIC, 2014).

Entre processos e ações da justiça ora federal, ora estadual, a Medida Provisória 353 é convertida na Lei 11.483/2007, cujo objetivo é acelerar a destinação dos imóveis públicos da RFFSA para programas de regularização fundiária e habitação de interesse social, abrindo assim, uma janela de oportunidade para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entrasse em ação a fim de amparar, minimamente, a ação coletiva do MST (TAUFIC, 2014).

Neste cenário, a multiplicidade de interesses em torno deste território em disputa demandou cada vez mais do agricultor familiar a adoção de estratégias que viabilizassem sua sustentação econômica, destacando-se a criação e manutenção de vínculos com diferentes esferas do Estado e organizações não-estatais situadas no meio urbano.

Um dos vínculos mais importantes estabelecidos pelo pré-assentamento foi com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp. A ITCP é um programa de extensão universitária responsável pelo desenvolvimento de ações de educação popular através da formação e apoio a grupos de autogestão (BORELLA, 2018). A premissa é que o desenvolvimento de práticas associativas permite a criação de uma relação social mais igualitária fundamentada no coletivismo, ou seja, no exercício coletivo de planejar e tomar decisões (RODRIGUES; SPINELLI; NETO, 2013).

No ano de 2009, a Equipe de Agricultura da ITCP recebeu uma proposta de trabalho no Elizabeth Teixeira, começando em 2010 a acompanhar e organizar a produção de um grupo de mulheres do pré-assentamento. A partir de então, o grupo de mulheres denominado Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, composto por 6 agricultoras (ESQUERDO; CHERACOMO, 2020), passaria a produzir alimentos *in natura* e processados tornando concreta a possibilidade de geração de renda e autonomia financeira (RODRIGUES; SPINELLI; NETO, 2013). Diante desta conjuntura, para garantir a manutenção das atividades do Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira, valorizando o trabalho das agricultoras, a ITCP passou a desenvolver **formas alternativas de comercialização**, possibilitando a formação de verdadeiros “cordões de apoio urbano”.

Em paralelo, o coletivo Universidade Popular (UP), responsável pelas ações educacionais no pré-assentamento, percebendo que a produção não era totalmente escoada durante o período de férias letivas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) passou a apoiar a criação de um GCR. Após muitas reuniões entre as agricultoras, o coletivo Universidade Popular (UP) e a ITCP, surgiu o Grupo de Consumo Responsável (GCR) de Campinas, considerado um canal curto de comercialização (CCC), que contava com o apoio de um intermediário: a ITCP, principal responsável pela articulação direta com os consumidores (CHERACOMO; ESQUERDO, 2019).

Apresentado como um canal de comercialização das cestas agroecológicas do pré-assentamento Elizabeth Teixeira, o GCR encontra-se organizado no ambiente virtual e entrega quinzenalmente 60 cestas de produtos agroecológicos a consumidores do município de Campinas-SP. A cada início de mês, com base no sistema de compra garantida, é formada uma nova lista de consumidores que optam por adquirir duas cestas. Esta dinâmica organizativa revela um fluxo de alternância entre os consumidores mensais. Da mesma forma que em outros GCRs, os consumidores se comprometem com o pagamento adiantado das cestas, ficando também responsáveis por retirá-las em dias, horários e lugares específicos.

## Metodologia

A metodologia do presente estudo é composta por duas frentes. Na primeira delas foi realizada uma pesquisa e revisão bibliográfica sobre os seguintes temas: 1) Consumo político, 2) Grupos de Consumo Responsável no Brasil e 3) O pré-assentamento Elizabeth Teixeira e os precedentes do GCR de Campinas.

A segunda frente consistiu na elaboração e aplicação de um *survey semi-estruturado online* (em anexo) com os consumidores do grupo. Este *survey* está estruturado em 4 blocos, a saber: o bloco 1 é referente aos dados necessários à delimitação do perfil socioeconômico do consumidor; o bloco 2, referente à participação do consumidor no GCR, contempla questões que permitem compreender as formas de reconhecimento da dinâmica do grupo de consumo; o bloco 3, referente às relações entre produtoras e consumidores, examina a constância e proximidade do consumidor junto ao GCR; e o bloco 4, referente ao projeto político do MST, analisa se o consumidor conhece, compartilha e apoia a plataforma de luta do movimento.

Obtivemos respostas de 53 consumidores, uma quantidade significativa, dado o número de 60 cestas que são comercializadas.

## Resultados e discussão

### *Perfil socioeconômico e motivações dos consumidores*

Com relação à primeira pergunta de pesquisa, sobre o perfil e motivações dos consumidores, os primeiros dados que chamam atenção é com relação ao sexo. Dos 53 respondentes, 39 são mulheres (71,69%). Além disso, está também entre as mulheres a maior porcentagem (78%) de pessoas que dividem a cesta, em média, com 2 ou mais pessoas. A interpretação destes dados sem dúvida passa pelo viés histórico do papel das mulheres como provedoras das atividades reprodutivas no contexto familiar. As tabelas 1 e 2 abaixo apresentam os resultados relativos à renda e escolaridade.

**Tabela 1 – Perfil de escolaridade dos consumidores**

Escolaridade	% de pessoas
Não estudou	1,9%
Ensino fundamental incompleto	0%
Ensino fundamental completo	0%
Ensino médio incompleto	0%
Ensino médio completo	0%
Ensino superior incompleto	30,3%
Ensino superior completo	18,9%
Pós-graduação incompleta	15%
Pós-graduação completa	33,9%
Técnico	0%

**Fonte:** Elaborado pelos autores

**Tabela 2 – Perfil de renda dos consumidores**

Renda <i>per capita</i> mensal	% de pessoas
Menos de 1 SM	9,4%
1 SM (R\$1.192,00)	7,5%
Até 2 SM (até R\$2.348,00)	28,3%
De 2 à 5 SM (entre R\$2.348,00 e R\$5.960,00)	33,9%
De 5 à 10 SM (entre R\$5.960,00 e R\$11.920,00)	5,6%
De 10 à 15 SM (entre R\$11.920,00 e R\$17.880,00)	11,4%
Mais de 15 SM (mais de R\$17.880,00)	3,9%
Sem renda	0%

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Os resultados acima apresentados confirmam a tese da literatura internacional no que se refere à escolaridade avançada dos consumidores políticos. No nosso caso, 67,8% dos respondentes têm ensino superior completo. Se adicionarmos as pessoas que estão cursando o ensino superior este número vai para 98,1%. Estes dados também são consonantes com os resultados de estudos de Grupos de Consumo Responsável (GCRs) no Brasil. SILVA *et al.* (2008), num estudo sobre a feira de produtos agroecológicos de um assentamento no estado de Pernambuco encontrou que 80% de seus consumidores possuem ensino superior completo. LIRA e ALMEIDA (2008) trazem achados sobre o perfil dos consumidores de uma feira de produtos agroecológicos de assentamento no estado do Rio de Janeiro, na qual 46% das pessoas possuem ensino superior completo.

Quanto à renda, os dados de nossa pesquisa se mostram diferentes da tese apresentada na literatura e dos casos brasileiros, que apontam para um perfil econômico privilegiado. No grupo aqui estudado, apenas 20,9% dos consumidores possuem renda acima de 5 salários-mínimos (SM). A maior faixa de renda está entre 2 e 5 SM. No estudo de SILVA *et al.* (2008), 60% dos consumidores possuíam renda entre 4 e 10 SM. Já nos dados de LIRA e ALMEIDA (2008), mais similares aos aqui encontrados, porém ainda significativamente mais altos, 32% possuíam renda maior que 5 SM.

Por fim, vale destacar que, no nosso caso de estudo, a adesão ao Grupo de Consumo Responsável (GCR) é uma escolha compartilhada, majoritariamente, por estudantes, professores e educadores populares (67%). Isso reflete o fato de se tratar de um público universitário e diretamente relacionado à rede promovida pela ITCP/Unicamp. Coerente com este perfil, no que diz respeito à idade, 77% dos participantes têm até 40 anos, uma faixa etária associada a uma etapa da vida mais favorável à experimentação e adaptação a novos hábitos de consumo alimentar. Logicamente este viés universitário impacta os dados de escolaridade acima apresentados.

Sobre as motivações para compra, de acordo com as respostas, 70% das pessoas apresentam como motivações para o consumo de alimentos saudáveis o **fortalecimento da agricultura familiar** e o **apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Por outro lado, apenas 23% destes consumidores apresentam como motivações para o consumo os **preços** e a **variedade dos alimentos**. Aqui se expressa uma relação clara entre o consumo e o apoio, tanto à forma alternativa de produção de alimentos quanto apoio político explícito ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Estes resultados corroboram os achados de Rios e Ferreira (2013) nos quais a motivação predominante para os consumidores do grupo de consumo foi o apoio aos produtores. Estes achados, no entanto, diferem daqueles encontrados por Silva *et al.* (2008) para as feiras de produtos nos assentamentos, nas quais a motivação predominante dos consumidores foi a própria saúde.

### **Apoio a bandeiras de luta e instrumentos de ação**

Com relação à segunda pergunta de pesquisa, investigamos, para além da existência ou não de uma motivação geral de apoio às produtoras rurais e ao MST, em que medida os consumidores apoiam as bandeiras específicas de luta e as formas de atuação do movimento social. As tabelas 3 e 4 apresentam estes resultados. As categorias de bandeiras de luta e instrumentos de ação do movimento foram obtidas na página “quem somos” do portal do MST.

**Tabela 3 – Bandeiras de Luta do MST**

Posição	Bandeira	%
1 <sup>a</sup>	Sistema político baseado na democracia popular participativa e associado a um modelo de desenvolvimento econômico capaz de erradicar as desigualdades sociais	2 8%
2 <sup>a</sup>	Melhoria da saúde pública e valorização da diversidade étnica e combate aos preconceitos	2 2%
3 <sup>a</sup>	Reforma agrária popular	1 6%
4 <sup>a</sup>	Democratização e popularização da cultura	1 0%
5 <sup>a</sup>	Combate à violência sexista	9 %
6 <sup>a</sup>	Democratização da comunicação	8 %
7 <sup>a</sup>	Soberania nacional e popular com autoria da dívida pública externa	7 %

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em <https://mst.org.br/quem-somos/>

**Tabela 4 – Principais Instrumentos de ação do MST**

Posição	Instrumento	%
1 <sup>a</sup>	Ocupação de terras improdutivas	2 2%
2 <sup>a</sup>	Manifestações nas grandes cidades	1 9%
3 <sup>a</sup>	Marchas	1 3%
4 <sup>a</sup>	Ocupação de prédios públicos	1 2%
5 <sup>a</sup>	Acampamentos nas cidades	1 0%
6 <sup>a</sup>	Acampamentos diante de bancos	9 %
7 <sup>a</sup>	Vigílias	8 %
8 <sup>a</sup>	Acampamentos na beira de rodovias	5 %
9 <sup>a</sup>	Jejuns e greves de fome	2 %

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em <https://mst.org.br/quem-somos/>

De acordo com os dados, as bandeiras com as quais os consumidores mais se identificam são a **democratização e erradicação das desigualdades sociais**, a **melhoria das condições de saúde pública** e a **valorização da diversidade étnica e combate aos preconceitos**. Interessante notar que a bandeira da reforma agrária, que para o movimento é a bandeira central, foi escolhida somente por 16% dos respondentes.

Sobre o apoio dos consumidores aos principais instrumentos de ação do MST, de acordo com as respostas, os instrumentos que foram os mais escolhidos pelos consumidores foram a **ocupação de terras improdutivas**, as **manifestações nas grandes cidades** e a **organização de marchas**.

No que se refere aos instrumentos de maior apoio, observamos uma similaridade na porcentagem de apoio às ocupações de terras improdutivas e o apoio às manifestações em grandes cidades. Tal resultado pode indicar que os consumidores reconhecem que a ocupação de terras improdutivas não constitui um instrumento suficiente para solucionar os problemas associados à concentração fundiária no Brasil, fazendo com que a luta pela reforma agrária seja um projeto que requer o apoio da população urbana. Neste sentido, as manifestações em grandes cidades seriam instrumentos que permitiriam atingir este segmento. Vale notar que esta é uma estratégia explícita do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2021).

### Tese do "Crowd Out"

Com relação ao teste empírico da hipótese do "crowd out" inserimos no *survey* uma questão sobre a participação ou não dos consumidores em outros tipos de ação coletiva, movimentos, partidos políticos, etc.

Os resultados são de que 45% dos consumidores são ativistas em diferentes assuntos, dentre os quais destacam-se o ativismo político através da arte, dos movimentos sociais, ambientalistas, antirracistas, feministas e LGBTQI+. Os dados refletem o engajamento desses consumidores em diferentes ações, movimentos e organizações da sociedade civil, dentre as quais destacamos o Movimento Sindical, o Coletivo Lésbico Feminista de Campinas, o Coletivo Negro Feminista de Limeira, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Coletivo de Promotoras Legais Populares de Campinas, o Mutirão Bem-Viver, a Minha Campinas, o Coletivo Trocas Verdes e o Cursinho Popular Dandara dos Palmares. Estas respostas nos ajudam a interpretar a escolha dos consumidores pela bandeira do combate aos preconceitos e discriminações apresentada na Tabela 3.

Assim, no nosso estudo de caso, a tese do "crowd out" foi refutada, na medida em que quase metade dos consumidores são ativos politicamente e engajados em outros movimentos que não envolvem o consumo. Na verdade, podemos até nos aproximar dos argumentos contrários à tese, de que o consumo político é uma entre tantas formas de ação política realizadas pelos consumidores que, possivelmente, pode potencializar este outro rol de atuações.

### Percepção do Consumo Político e nível de envolvimento

Com relação à percepção dos indivíduos sobre sua relação de consumo, a totalidade dos respondentes afirmou que considera o ato de comprar os alimentos neste grupo de consumo como um ato político. Isto enfatiza de forma muito clara que esses consumidores são politicamente motivados. Para eles, a compra não é apenas uma maneira de fornecer alimentos às famílias, mas é também uma forma de defender uma posição a favor de uma luta política.

No entanto, da mesma forma como relatado na literatura, esta motivação, ainda que claramente política, nem sempre se desdobra em um envolvimento mais profundo do consumidor com o movimento social.

No nosso caso, apesar de todos os consumidores terem afirmado saber que as cestas são produzidas por um coletivo de mulheres agricultoras do MST, 57% deles afirmaram que não conhecem o histórico de lutas do Elizabeth para se instalar na região. Dos 53 participantes, 15 já visitaram o assentamento onde os alimentos são produzidos e 38 nunca foram pessoalmente ao local. Destes, 34 demonstraram interesse em fazer uma visita ao assentamento, número significativo que demonstra um desejo de maior envolvimento por parte dos consumidores do grupo. Um dado interessante com relação ao nível de envolvimento dos consumidores com o MST é que 60% dos respondentes, além da compra da cesta de produtos, oferecem apoio financeiro a outras campanhas do movimento.

Numa questão aberta, quando questionados sobre o significado do MST para si, os consumidores apresentaram respostas similares de acordo com o gênero com o qual se identificam. Para os homens, o MST

representa, substancialmente, a luta pelo acesso à terra enquanto condição necessária para a produção sustentável de alimentos. Já para as mulheres, o movimento representa uma luta política ampliada e direcionada para a construção de uma sociedade mais igualitária. Sobre o MST, uma consumidora pondera que:

É um movimento importantíssimo que luta para conquista da terra, seu livre uso de maneira ecológica, pelo direito à moradia, **além de ser uma luta contra o capital** e o sistema agrícola, uma luta de classe, de direito e de reforma agrária (Consumidora 1: Questão aberta sobre MST – Questionário aplicado em junho de 2020, grifo dos autores).

Outra consumidora diz acreditar na perseverança da luta e na ascensão de uma “*sociedade igualitária, horizontal, sem demarcações, livre de agropecuaristas, fascistas e do capitalismo*” (Consumidora 2: Questão aberta sobre MST – Questionário aplicado em junho de 2020). Sob esta mesma perspectiva, uma outra consumidora afirma que o MST é “*o movimento mais significativo de luta no país, um horizonte para a construção de uma sociedade mais justa e solidária*” (Consumidora 3: Questão aberta sobre MST – Questionário aplicado em junho de 2020).

Nesta dimensão, tanto a percepção do caráter político do consumo, quanto às categorias simbólicas e perspectivas de envolvimento demonstram que já existe um conhecimento e um apoio explícito dos consumidores ao movimento, bem como um potencial de aprofundamento desta relação, dado o reconhecimento por parte dos consumidores da importância das lutas travadas para a transformação da sociedade.

### Considerações finais

O presente estudo buscou investigar as relações de consumo estabelecidas no Grupo de Consumo Responsável vinculado ao Coletivo de Produtoras Rurais do pré-assentamento Elizabeth Teixeira, sediado em Limeira-SP. Na medida em que se trata de produtoras vinculadas a um importante movimento social nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a pesquisa explorou em que medida a compra dos alimentos pelos consumidores está vinculada à um apoio político oferecido ao movimento.

Os achados apontam que os consumidores têm como motivação principal da compra o apoio às produtoras familiares e ao MST em geral e, mais que isso, declaram apoio às bandeiras específicas do movimento, como a luta pela democratização, por melhores condições de saúde e por uma cultura de respeito à diversidade.

Com relação aos instrumentos de ação do movimento, os consumidores se mostram alinhados politicamente e legitimam estratégias como a ocupação de terras improdutivas e a realização de grandes manifestações.

De forma coerente com estes resultados, a totalidade dos consumidores da amostra declara como um ato político a compra dos produtos alimentícios através do grupo de consumo.

Os resultados também contribuem para o debate sobre se o consumo político (fenômeno individualizado) de alguma forma aliena os indivíduos de uma participação política de caráter mais coletivo, como a participação em partidos, greves, manifestações e movimentos da sociedade civil. O que encontramos aqui na verdade evidencia uma relação positiva entre o consumo político e o envolvimento em diversos tipos de ativismo coletivo, expresso numa grande diversidade de organizações das quais fazem parte os consumidores do grupo de consumo estudado.

Por fim, vale ressaltar um aspecto, já apontado pela literatura, no que se refere à importância de movimentos sociais organizados na viabilização do consumo político. Estes movimentos sociais de fato proporcionam uma via de ação política aos consumidores, situando a relação de compra e venda num panorama muito mais amplo que envolve convicções e compartilhamentos ideológicos entre os que vendem e os que compram. De fato, ao fim do estudo está claro que o MST exerce esta centralidade de um movimento social que aglutina aliados-consumidores através da comercialização de seus produtos.

## Referências

ADAMS, M.; RAISBOROUGH, J. What Can Sociology Say About Fair Trade? Class, Reflexivity, and Ethical Consumption. **Sociology**, [s. l], v. 42, n. 1, p. 165-182, 2008.

BALSIGER, P. Making Political Consumers: The Tactical Action Repertoire of a Campaign for Clean Clothes. **Social Movement Studies**, [s. l], v. 9, p. 311-329, 2010.

BENSADON, L. S.; GONÇALVES, J.; MASCARENHAS, T. S.

**A Atuação dos Grupos de Consumo Responsável no Brasil: Expressões de Práticas de Resistência e Intercâmbios em Rede.** VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo. Mercados Contestados: As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2014.

BORELLA, B. **A produção e comercialização dos alimentos de base agroecológica no Assentamento Elizabeth Teixeira.** Limeira. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

CALABRÓ, G. **Criando um Grupo de Consumo Responsável: um passo a passo para começar a estabelecer um GCR.** Piracicaba: Instituto Terra Mater: 2016.

CHERACOMO, B.; ESQUERDO, V. F. S. Circuitos Curtos de Comercialização na Agricultura Familiar: um estudo do Grupo de Produtoras do Acampamento Elizabeth Teixeira- Limeira-SP. **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, Campinas, SP, n. 27, p. 1-1, 2019. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/pibic/article/view/1820>>. Acesso em: 27 out. 2019.

CHERACOMO, B.; ESQUERDO, V. F. S. Circuitos Curtos de Comercialização em tempos de pandemia: a experiência do grupo de produtoras do acampamento Elizabeth Teixeira. In: PINHO, Leonardo *et al* (org.). **Respostas das Cooperativas e da Economia Solidária frente à crise social, econômica e sanitária da COVID-19 no Brasil.** Santo André: Coopacesso, 2020. Cap. 2. p. 23-34.

DALTON, R. J. Citizenship norms and the expansion of political participation. **Political Studies**, [s. l], v. 56, n. 1, p. 176-198, março 2008.

KAIRÓS, I.; PISTELLI, R. S. S.; MASCARENHAS, T. S. **Organização de Grupos de Consumo Responsável.** Série: Caminhos para as práticas de consumo responsável. São Paulo, 2011.

LIRA, R. A.; ALMEIDA, L. C. O consumidor verde em Campos dos Goytacazes - RJ. **Revista Perspectivas Online**, Campos dos Goytacazes, v. 5, n. 1, p. 51-64, jul. 2008.

MASCARENHAS, T.; GONÇALVES, J. Grupos de Consumo Responsável: Práticas de Consumidores baseadas no Comércio Justo e Solidário. In: STELZER, Joana; GOMES, Rosemary (orgs.). **Revista Comércio Justo e Solidário no Brasil e na América Latina.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2016. p. 119-139.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Quem Somos.** Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 12 set. 2021.

NEWMAN, B. J.; BARTELS, B. L. Politics at the checkout line: Explaining political consumerism in the United States. **Political Research Quarterly**, [s. l], v. 64, n. 4, p. 803-817, ago. 2010.



PONTES, A. E.; SANTOS, M. J. dos. 2015. Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudo do caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos, Goiás – Brasil). **Mundo Agrário**, v. 16, 33 p. Recuperado a partir de: <<http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a06>> Acesso em: 03 maio 2020.

RIOS, N. M.; FERREIRA, M. M. Avaliação sobre perfil de consumo e consumidores do grupo de consumo “Trocas Verdes”. **VI Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**. Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 19-21, jun. 2013.

RODRIGUES, T. P. P. P.; SPINELLI, L. G.; NETO, W. M. Seção 1. Princípios Político- Metodológicos. Espaços de organização da produção como práticas de educação popular. **Revista Coletiva II: Sistematizações sobre a prática autogestionária**. Campinas: Instituto de Economia, p. 48-61, 2013.

ROSSEL, J.; SCHENK, P. H. How political is political consumption? The case of activism for the global south and fair trade. **Social Problems**, [s. l], v. 65, n. 2, p. 266-284, ago 2017.

SALES, F. de L. **O consumo alimentar como ato político: a experiência do Grupo de Consumo Responsável da Rede Espaço Agroecológico, Recife – PE**. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, dez. 2018.

SILVA, A. M. N.; ALBUQUERQUE, J. L.; SANTOS FILHO, D. NASCIMENTO, R. P. L.; SILVA, E. S. Uma análise do perfil dos consumidores de orgânicos em Pernambuco: O caso da Feira Agroecológica de Chico Mendes, Recife - PE. In: 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco. **Anais [...]**. Acre: Sober, 2008. p. 1-14.

SZASZ, A. Shopping Our Way to Safety: How We Changed from Protecting the Environment to Protecting Ourselves. **Canadian Journal Sociology**, Scarborough, v. 33, n. 2, p. 464-467, jul. 2008.

TAUFIC, R. **Expansão Urbana e Relação Campo-Cidade: um estudo a partir do município de Limeira – SP (2003-2013)**. Campinas. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2014.

WATKINS, L.; AITKEN, R.; MATHER, D. Conscientious consumers: a relationship between moral foundations, political orientation and sustainable consumption. **Journal of Cleaner Production**, [s. l], v. 134, p. 137-146, out. 2016.

WILKINSON, J. **O Estado, a Agricultura e a pequena produção**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 229 p, 2008. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/jfjjq/pdf/wilkinson-9788599662717.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2021.

WILLIS, M. M.; SCHOR, J. B. Does Changing a Light Bulb Lead to Changing the World? Political Action and the Conscious Consumer. **The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science**, [s. l], v. 644, n. 1, p. 160-190, out. 2012.

## ANEXOS

### QUESTIONÁRIO: “CONSUMO RESPONSÁVEL E MOVIMENTO SOCIAIS”

#### BLOCO 1 – DADOS PESSOAIS

##### 1. Qual a sua idade?

- Menos de 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 61 a 70 anos
- mais de 70 anos

##### 2. Com qual gênero você se identifica?

- Feminino
- Masculino
- Outro

##### 3. Qual o seu grau de escolaridade?

- Não estudou
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa
- Técnico

##### 4. Qual a sua profissão? \_\_\_\_\_

##### 5. Qual a sua renda individual mensal?

- menos de 1 SM
- 1 SM (R\$954,00)
- até 2 SM (até R\$ 1.908,00)
- de 2 à 5 SM (entre R\$ 1.908,00 e R\$ 4.770,00)
- de 5 à 10 SM (entre R\$ 4.770,00 e R\$ 9.540,00)
- de 10 à 15 SM (entre R\$ 9.540,00 e R\$ 14.310,00)
- mais de 15 SM (mais de R\$ 14.310,00)
- Sem renda

\*SM: Salário Mínimo

**6. Você participa de algum Movimento Social, Coletivo ou ONG?**

- Sim. Qual? \_\_\_\_\_  
 Não

**BLOCO 2 – PARTICIPAÇÃO NO GRUPO**

**7. Como você ficou sabendo da existência do Grupo de Consumo Responsável?**

- Redes Sociais  
 Amigos ou familiares  
 Unicamp  
 Centro de Defesa dos Direitos da Criança (CEDECA)  
 ITCP  
 Por meio da militância em um causa  
 Outros. Quais? \_\_\_\_\_

**8. Você sabia que as cestas são produzidas por um coletivo de mulheres produtoras do MST?**

- Sim  
 Não

**BLOCO 3 – RELAÇÕES CONSUMIDORES/PRODUTORES**

**9. Há quanto tempo você adquire as cestas do assentamento Elizabeth Teixeira?**

- Menos de 6 meses  
 De 6 meses a 1 ano  
 Mais de 1 ano

**10. Você já visitou ou tem interesse em visitar o assentamento Elizabeth Teixeira em Limeira?**

- Já visitei  
 Não visitei, mas tenho interesse em visitar  
 Não visitei e não tenho interesse em visitar

**11. Quantas pessoas consomem a cesta junto com você? \_\_\_\_\_**

**BLOCO 4 - PROJETO POLÍTICO**

**12. Para você, o que é o MST? \_\_\_\_\_**

**13. Dentre as diversas bandeiras de luta do MST, quais você mais apoia? Se julgar necessário, escolha mais de uma opção.**

<b>Bandeiras</b>	<b>Você apoia esta bandeira?</b>
Reforma agrária (combate à concentração fundiária)	( ) Sim ( ) Não
Diminuição da desigualdade social e de renda	( ) Sim ( ) Não
Combate à violência de gênero	( ) Sim ( ) Não
Democratização dos meios de comunicação	( ) Sim ( ) Não
Combate à exploração do trabalhador urbano	( ) Sim ( ) Não
Ampla reforma política	( ) Sim ( ) Não
Incentivo à mobilização dos trabalhadores	( ) Sim ( ) Não
Acesso à cultura	( ) Sim ( ) Não
Políticas públicas de segurança alimentar como medidas de saúde preventiva	( ) Sim ( ) Não
Ações de combate aos preconceitos e as discriminações relacionadas às diferenças de cor, etnia, cultura e crenças religiosas	( ) Sim ( ) Não

**14. Dentre as diversas formas de luta do MST, quais você mais apoia? Se julgar necessário, marque mais de uma opção.**

<b>Formas de luta</b>	<b>Você apoia a utilização desta estratégia?</b>
Ocupação de terras improdutivas	( ) Sim ( ) Não
Acampamentos na beira de rodovias	( ) Sim ( ) Não
Marchas	( ) Sim ( ) Não
Jejum e greve de fome	( ) Sim ( ) Não
Ocupação de prédios públicos (acampamentos nas cidades)	( ) Sim ( ) Não
Vigílias	( ) Sim ( ) Não
Manifestações nas grandes cidades	( ) Sim ( ) Não

**15. Você conhece a história de luta do pré-assentamento Elizabeth Teixeira para se estabelecer no local?**

( ) Sim

( ) Não

**16. Para além da cesta, você contribui financeiramente com outras campanhas do assentamento ou do MST em geral, ou ajuda a divulgar as campanhas para pessoas que compartilham dessa causa?**

- Sim
- Não

**17. O que você busca ao consumir estes alimentos? Se julgar necessário, escolha mais de uma opção.**

- Ausência de agrotóxicos
- Melhor sabor
- Produtos mais saudáveis
- Produtos locais
- Forma de produção consciente
- Confiança na procedência
- Saúde e longevidade
- Estabelecer uma relação com quem produz os alimentos
- Sentir-se socialmente responsável
- Contribuir com a preservação ambiental

**18. Você costuma comprar produtos orgânicos em outros lugares, como feiras e supermercados?**

- Sim
- Não

**19. Se em algum momento, o preço da cesta adquirida estiver maior que os preços dos produtos do supermercado, você daria preferência para que tipo de compra?**

- Continuo comprando produtos da agricultura familiar
- Compro em lugares convencionais, como o supermercado

**20. Você indicaria a participação neste grupo a alguém?**

- Sim
- Não

Por quais motivos? \_\_\_\_\_

**21. Na sua visão, fazer parte deste Grupo de Consumo é uma escolha política?**

- Sim
- Não

**22. Como você vê a luta pela reforma agrária e pela produção sustentável de alimentos na conjuntura política atual?** \_\_\_\_\_

## Acesso aos serviços de saúde na rede Santa Marcelina-SP: um estudo sobre o “território Cidade Tiradentes”

Gustavo Oliveira<sup>1</sup>

Helena Carvalho de Lorenzo<sup>2</sup>

Alessandra Santos Nascimento<sup>3</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i2.15547>

### Resumo

O acesso à saúde é um direito constitucional desde 1988 no Brasil. Ele envolve inúmeros e complexos problemas que vão desde a ampliação da oferta de serviços na rede básica de saúde até o adequado atendimento de uma demanda cada vez mais crescente e necessitada. Ao analisar a literatura especializada constatou-se a existência de poucos estudos com um olhar sistêmico, capaz de identificar os problemas de acesso, integrando as percepções dos principais atores envolvidos: usuários, profissionais da saúde e gestores das instituições. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa consistiu em um estudo exploratório e qualitativo que utilizou, principalmente, entrevistas semiestruturadas e análise documental para a caracterização da referida rede e território, bem como dos atores envolvidos e dos serviços ofertados. A análise dos resultados da pesquisa foi organizada a partir das dimensões estrutural, relacional e operacional, sugeridas pela literatura. Conclui-se que a pesquisa versa sobre a necessidade de maior adequação às necessidades dos usuários e de ampliação da participação social na gestão local para acompanhar as mudanças nas necessidades, dirimir as divergências entre os atores sociais e melhorar a qualidade do acesso.

**Palavras-chave:** Avaliação do Acesso. Redes de Atenção à Saúde. Políticas Públicas de Saúde. Território Cidade Tiradentes. SUS.

### Abstract

#### Access to health services in the Santa Marcelina-sp network: a study on the “Cidade Tiradentes territory”

Access to healthcare has been a constitutional right since 1988 in Brazil. It involves numerous and complex problems that range from expanding the supply of services in the basic health network to adequately meeting an increasingly growing and needy demand. When analyzing the specialized literature, it was found that there are few studies with a systemic view, capable of identifying access problems, integrating the perceptions of the main actors involved: users, health professionals and institutional managers. From a methodological point of view, the research consisted of an exploratory and qualitative study that used mainly semi-structured interviews and document analysis to characterize the network and territory, as well as the actors involved and the services offered. The analysis of the research results was organized from the structural, relational and operational dimensions, suggested by the literature. It is concluded that the research is about the need to better adapt to the needs of users and to expand social participation in local management to accompany changes in needs, resolve differences between social actors and improve the quality of access.

**Keywords:** Access Assessment; Health Care Networks; Public Health Policies; Tiradentes City Territory. SUS.

### Resumen

#### Acceso a los servicios de salud en la red Santa Marcelina-sp: un estudio sobre el “territorio Cidade Tiradentes”

El acceso a la salud es un derecho constitucional desde 1988 en Brasil. Implica numerosos y complejos problemas que van desde ampliar la oferta de servicios en la red básica de salud hasta atender adecuadamente una demanda cada vez más creciente y necesitada. Al analizar la literatura especializada, se encontró que existen pocos estudios con visión sistémica, capaces de identificar problemas de acceso, integrando las percepciones de los principales actores involucrados: usuarios, profesionales de la salud y gestores institucionales. Desde el punto de vista metodológico, la investigación consistió en un estudio exploratorio y cualitativo que utilizó principalmente entrevistas semiestructuradas y análisis de documentos para caracterizar la red y el territorio, así como los actores involucrados y los servicios ofrecidos. El análisis de los resultados de la investigación se organizó a partir de las dimensiones estructural, relacional y operativa, sugeridas por la literatura. Se concluye que la investigación trata sobre la necesidad de adaptarse mejor a las necesidades de los usuarios y ampliar la participación social en la gestión local para acompañar cambios de necesidades, resolver diferencias entre actores sociales y mejorar la calidad del acceso.

**Palabras clave:** Evaluación de acceso; Redes Sanitarias; Políticas Públicas de Salud; Ciudad Territorio Tiradentes; SUS.

<sup>1</sup> Gestor hospitalar, coordenador e docente no ensino superior. Mestre em administração, Doutor em políticas públicas - Universidade de Araraquara-UNIARA. Orcid: E-mail:

<sup>2</sup> Vice Coordenadora e docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara-UNIARA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7744-0157>. E-mail: [helenadelorenzo@gmail.com](mailto:helenadelorenzo@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora e mestre em Sociologia pela UNESP/Araraquara e especialista em Governança Pública e Novos Arranjos de Gestão. Professora-colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara - UNIARA. <https://orcid.org/0000-0002-6006-946X>. E-mail: [alesantosnas@gmail.com](mailto:alesantosnas@gmail.com).

## **Introdução**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008), a regionalização dos serviços de saúde e a existência de hospitais regionais têm relevante papel na assistência à saúde, pois os diversos segmentos de tratamento apresentam forte envolvimento com as atividades diversificadas de serviços locais com alta concentração de recursos de saúde (físicos, humanos e financeiros), e exercem papel político importante nas comunidades nas quais se inserem (AZEVEDO; PELICION; WESTPAL, 2012). No Brasil, a Constituição de 1988 direciona a política pública de saúde para os princípios da universalidade e equidade, estabelecendo a universalização da cobertura e do atendimento. Em linhas gerais, observa-se que: “[...] a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, p. 83).

No país, o papel do Estado tem grande relevância na área da saúde. A universalização do acesso aos serviços de saúde, como uma garantia de cidadania, e a dominância dos fundos públicos no financiamento dos sistemas de saúde tornaram-se objeto de estudos e de críticas no processo de busca por alternativas, consideradas mais eficientes e efetivas. Um aspecto deste debate é a recorrente proposta de retirada do Estado da provisão direta de serviços, hoje fundamental para a continuidade e sustentação desses serviços no Brasil, e o reforço de sua função reguladora (PESSOTO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2015; EVANS, 1993). Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país tem uma população estimada em 208,5 milhões de habitantes, de acordo com a projeção de 2018, e sabe-se que, diante da realidade econômica brasileira, cerca de 75% desta população depende, exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, o acesso ao sistema público de saúde pode ser considerado uma questão de importância central.

O presente artigo buscou avaliar o acesso dos usuários ao SUS, especificamente, ao Território Cidade Tiradentes, que é parte da Rede Santa Marcelina em São Paulo, identificando os elementos estruturais que fortalecem, ou que dificultam, a concretização do acesso por intermédio da comparação das percepções dos gestores, profissionais da saúde e usuários. Com tal objetivo e estratégia metodológica, a investigação em tela compõe o rol de estudos das políticas públicas de interesse e promoção da saúde, orientadas para a melhoria das condições de vida da população, envolvendo os ambientes natural, social e de trabalho, em uma visão transversal e polissêmica (SANTOS; ANDRADE, 2012; AZEVEDO; PELICION; WESTPHAL, 2012; DI GIOVANI, 2001).

As políticas de saúde com dimensões territorializadas apontam para a importância do conceito de rede como um termo capaz de expressar o potencial de integração e funcionamento mais racional e adequado de seus elementos característicos, a partir de arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de distintas densidades tecnológicas que, integradas por intermédio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, procuram assegurar a integralidade do cuidado (BRASIL, 2010). As Redes de Atenção e Assistência à Saúde (RAS), que são o universo mais geral deste estudo, são estruturadas para responder às condições específicas em saúde, por meio de um ciclo completo de atendimentos (PORTER; TEISBERG, 2007), o que implica considerar a continuidade e a integralidade da atenção à saúde nos diferentes níveis da Atenção Primária, Secundária e Terciária (MENDES, 2008, 2011). Atualmente, no município de São Paulo, existem 23 Redes Assistenciais, geridas por meio de contratos de gestão celebrados entre o setor público e as instituições parceiras.

O ponto de partida para a organização de uma rede de atenção à saúde é a definição de uma Região de Saúde, que fica sob responsabilidade da rede. A Região de Saúde é formada por agrupamentos de municípios limítrofes, considerando identidades culturais, econômicas e sociais, por redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde (BRASIL, 2011). Também se enquadram neste conceito territórios que são contíguos, localizados em áreas próximas em uma mesma região de abrangência, esta última definição contempla o recorte segundo o qual desenvolveu-se a presente investigação.

A Portaria n. 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece as diretrizes para a organização da RAS no âmbito do SUS, define rede de atenção à saúde como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado (BRASIL, 2010). Semelhante definição nos impõe o desafio de pensar

como garantir os preceitos e diretrizes do SUS em um território complexo como o de Cidade Tiradentes. Nesse caminho, faz-se necessário responder quais são os condicionantes que envolvem o acesso, ou a sua falta?

A luz da literatura especializada, é possível argumentar que são inúmeros os problemas relativos aos serviços públicos de saúde no país, mas esse artigo está focado em responder a uma questão específica: os cidadãos do Território de Cidade Tiradentes têm acesso às ações e serviços de saúde necessários para a resolução de seus problemas, ou ainda, existem restrições e barreiras importantes de acesso no referido Território? Para iniciar a reflexão sobre tais questões é preciso ter clareza sobre quais são os atores sociais envolvidos. O acesso à saúde engloba diferentes instituições e atores (usuários, gestores e profissionais da saúde) nas estratégias de execução da política pública de saúde. E é na interação destes atores que são construídas, ou limitadas, as possibilidades de transformação qualitativa dos processos de acesso, não apenas para a viabilização da política de saúde, mas também para o alcance de objetivos mais amplos orientados ao desenvolvimento social, tais como reduzir as desigualdades sociais. Cabe assim, entender se, e como, cada nova forma de organização administrativo-institucional e ação do Estado, com maior participação social, pode criar mecanismos de coordenação entre setores envolvidos e, dessa forma, fortalecer a competência dos diversos atores sociais, para uma atuação orgânica e consistente.

O artigo é composto por quatro seções, incluindo a presente introdução. Na segunda seção há um diálogo com a literatura sobre o tema, visando aproximar ainda mais o leitor do objeto de estudo, destacando, inclusive, que uma contribuição da investigação foi analisar o acesso do ponto de vista da triangulação dos atores (usuários, gestores e profissionais da saúde). Na terceira seção estão apresentados o território, objeto da pesquisa, e a metodologia utilizada. E na quarta seção estão exibidos os desdobramentos dos resultados apurados pela pesquisa para todos os segmentos analisados com os dados organizados em três dimensões analíticas, as quais apontam barreiras e também aspectos facilitadores do acesso à saúde.

### **O acesso à saúde: visões diversas sobre um mesmo problema social**

Salienta-se que existem muitas pesquisas sobre o acesso aos serviços de saúde e a identificação de seus limites e vulnerabilidades (BARBIANI et al., 2004). E que parece haver consenso sobre o tema do acesso à saúde no Brasil consistir em algo bastante complexo, pois apesar da existência de um sistema amplo e bem estruturado, como é, reconhecidamente, o SUS, diferentes autores argumentam que ainda falta muito para a garantia da universalidade da atenção (BINDMAN et al., 1995; ASSIS, VILLA, 2003; BARBOZA, 2005; BEZERRA, 2005; MARIOLIS, et al., 2004; MENDOZA-SASSI, BERIA, 2003; PINHEIRO et al., 2002). Embora diversos temas estejam contemplados nos estudos mencionados, a maior parte das investigações sobre o acesso está centrada nas dificuldades considerando a perspectiva dos usuários (FEKETE, 1995; HORTALE; PEDROZA; ROSA, 2000; RAMOS; LIMA, 2003; STEIN, 1998; TRAVASSOS; VIACAVA, 2007). Mas, para além dos problemas enfrentados pelos usuários tais como: distância, horários, mobilidade, dentre outros, cabe considerar a importância da inter-relação entre os serviços, que questionam as características do sistema de prestação de serviços, com ênfase na satisfação das necessidades do cidadão; e também, no acesso no sentido de jornada, de experiência única, rica e valiosa para o usuário, para o gestor e para o profissional de saúde (AZEVEDO; PELOCION; WESTPAL, 2012; MENDES, 2011).

Dentre o conjunto de questões, que permitem uma aproximação maior ao tema ora abordado, cabe destaque inicial para as diferenças entre os termos acesso e acessibilidade. A acessibilidade possibilita que as pessoas cheguem aos serviços. Ou seja, é um aspecto necessário da estrutura de um sistema, ou de uma unidade de saúde, para se atingir a atenção ao primeiro contato. Já o acesso é a forma como a pessoa experimenta esta característica de seu serviço de saúde (STARFIELD, 2002). Também se emprega o conceito de acessibilidade como o caráter ou a qualidade do que é acessível e se utiliza ambos os termos como sinônimos com o propósito de indicar o grau de facilidade com que as pessoas obtêm cuidados de saúde (DONABEDIAN, 1993; 2003).

Uma questão enfatizada pela literatura voltada aos dilemas para a melhoria das condições de acesso aos serviços de saúde passa pelo questionamento, emergência e ampliação do vínculo entre o profissional e a comunidade assistida, tendo em vista que o usuário quase sempre se identifica com os profissionais, quando é bem acolhido, e a partir deste acolhimento decorre, muitas vezes, a confiabilidade no serviço. Estes laços são aspectos importantes e educativos que podem promover maior regularidade e fortalecimento das políticas de acesso (TRAVASSOS; VIACAVA, 2007; RAMIREZ; BAKER; METZLER, 2008). O trato ao usuário inclui



não somente o cuidado biológico, mas também o psicossocial. Engloba o indivíduo em todas as suas dimensões, em seu momento doente ou saudável, independentemente da presença ou não de uma doença. Inclui a família e os potenciais de desgaste e fortalecimento. O usuário pode ser a pessoa que recebe um tratamento curativo, preventivo ou para promoção de saúde/educação em saúde. Usuário é o paciente e o cliente ao mesmo tempo (LANZONI et al., 2009).

Outra questão importante apontada pelos estudos sobre o tema é que as políticas efetivas para a cobertura de cuidados de saúde só podem emergir por meio de serviços de alta qualidade prestados por burocratas capacitados, por meio de sistemas locais fortes, integrados e ancorados na visão sistêmica (LAOKRI et al., 2017). Sendo assim, o desempenho do sistema de saúde e a responsabilidade das políticas têm a ver com o trabalho colaborativo na área da saúde. Logo, para melhorar o acesso efetivo às políticas em saúde devem-se adotar oportunidades inovadoras em práticas centradas no paciente e na promoção da colaboração, é necessário também otimizar o conhecimento local, e buscar a integração das redes e da tecnologia existentes no território. Por consequência, a execução das políticas públicas em saúde exige instrumentos e estratégias de integração para que se tenha uma resposta integral ao cidadão (DURÁN, 2013). Nota-se, assim, que a abordagem do tema, que já foi estritamente geográfica, evoluiu para um estudo social e cultural das áreas de atuação. Este apontamento vai ao encontro de uma nova abordagem e da metodologia da territorialização de implementação da política, que atualmente tem sido adotada de forma ampla no Brasil (PIOVEZAN; TEMPORINI, 1995; MENDES, AKERMAN, 2007).

No cenário jurídico brasileiro ganha destaque o extenso arcabouço que trata de fatores como a regulamentação do acesso, enquanto direito dos usuários, mesclando com os canais de acolhimento e escuta, diante da necessidade de manter formalizado o registro das ações de participação popular, como no caso da ouvidoria. O governo do estado de São Paulo, ampara e respalda o usuário dos serviços de saúde, com leis e decretos, em complemento e execução a legislação federal vigente, buscando evidenciar a garantia do acesso (PESSOTO, 2007). Tal consideração é relevante a medida em que o Território Cidade Tiradentes se encontra neste estado.

Também do ponto de vista da política pública de saúde deve ser considerado que seu estudo e sua avaliação auxiliam no aperfeiçoamento da formulação, decisão e posterior implementação de uma ação pública. A possibilidade de contribuir para a retroalimentação da política de acesso, que também está presente na pesquisa realizada, sugere que é preciso levar os sujeitos nela envolvidos a repensar as suas práticas. Portanto, o problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento (SECCHI, 2016). Metaforicamente, a doença (problema público) precisa ser diagnosticada, para então ser dada uma prescrição médica de tratamento (política pública), que pode ser um remédio, uma dieta, exercícios físicos, cirurgias, tratamento psicológico, entre outros instrumentos de política pública e de gestão.

Visando entender melhor as vulnerabilidades da questão do acesso, o presente artigo quer contribuir para uma perspectiva analítica que considere a percepção dos três principais atores envolvidos: os profissionais da saúde, os gestores e os usuários. O conceito de acesso aqui utilizado é o de caminho, trajetória, ações legais ou institucionais propostas por políticas públicas que facilitam ou dificultam o ato de chegar ou de se aproximar. Usuários, profissionais da saúde e gestores são parte integrante dessa trajetória. Parte-se do pressuposto que o problema ou as dificuldades de acesso à saúde não ocorrem apenas para os usuários. Desse modo, o estudo do tema exige identificar as opiniões dos diversos atores envolvidos com a questão do “acesso” em um sentido mais amplo. Decorre desta necessidade, o emprego dos termos acesso e acessibilidade como sinônimos.

### **Metodologia e estratégias da pesquisa: o território “cidade tiradentes”**

Para alcançar o objetivo da pesquisa foi utilizada uma estratégia metodológica com objetivo exploratório, viabilizada pelo método qualitativo, de acordo com a lógica indutiva, e delineada como estudo de caso único. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2019, no “Território Cidade Tiradentes”, que é parte importante da “Rede de Atenção e Assistência à Saúde Santa Marcelina”, situada na zona Leste do município de São Paulo. Tal escolha se justifica por sua representatividade na rede em virtude de sua extensão, variedade de serviços, número elevado de atendimentos, presença de muitas instituições, inclusive, de conselhos de saúde. Cabe esclarecer que a RAS Santa Marcelina-SP, devido a contrato celebrado com o poder público, dividiu seu território em Redes Assistenciais das Supervisões Técnicas de Saúde – denominadas de RASTS. A pesquisa se deu nas RASTS 10 e

11, que têm abrangência territorial e marco geográfico delimitado pelos antigos distritos de saúde – hoje Supervisões Técnicas de Saúde de Itaim Paulista e São Miguel Paulista (RASTS 10), bem como Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes (RASTS 11).

No território objeto de estudo, Cidade Tiradentes, cerca de 1.166 funcionários atuam no Hospital Municipal Cidade Tiradentes, sendo este equipamento integrante da rede Santa Marcelina-SP. Vale destacar que na atenção primária à saúde, na qual está inserida a RASTS 11, há cerca de 1.289 funcionários em atividade nos diversos serviços e modalidades de responsabilidade sob a gestão do Hospital Santa Marcelina que, em Cidade Tiradentes, totaliza um universo de 2.455 profissionais envolvidos na força de trabalho. O total de médicos e profissionais técnicos que atuam na operação estruturada, levando-se em conta o Território Cidade Tiradentes, é de cerca de 1.032 funcionários. Eles correspondem a 80% da mão de obra total (1.289) alocada na RASTS 11. Tais funcionários são contratados com vínculo direto para atuar nas demandas do território.

Para alcançar o objetivo da investigação foi realizada uma pesquisa exploratória, viabilizada pelos métodos qualitativo e quantitativo, organizada de acordo com a lógica indutiva, e delineada como estudo de caso único, o Território Cidade Tiradentes (GIL, 1999). Também foi feita a análise documental de fontes primárias e secundárias.

As fontes secundárias derivaram de dados obtidos em diferentes instituições e portais como DATA SUS; SAGE; IDSUS; CNES; IBGE, Hospitais, Prontos Atendimentos, Unidades Básicas com e sem a Estratégia Saúde da Família e Ministério da Saúde; Secretarias de Estado e Municipal de Saúde, Prefeitura e Subprefeitura de São Paulo, Coordenação da Região de Saúde Leste e suas respectivas supervisões técnicas.

As fontes primárias resultaram da aplicação de questionários para caracterizar a percepção de todos os atores envolvidos na questão do acesso: gestores, profissionais da saúde e usuários; e também, da realização de entrevistas semiestruturadas presenciais a partir de uma amostragem por conveniência de gestores e profissionais da saúde. Para a análise dos gestores foram selecionados os atores responsáveis pelo gerenciamento de algum departamento, serviço ou modalidade de prestação de atividade assistencial em saúde. Já para a investigação dos profissionais da saúde foram escolhidos os demais integrantes das categorias das equipes multiprofissionais, compostas nuclearmente pelos profissionais de enfermagem (auxiliares, técnicos e enfermeiros), profissionais administrativos, médicos, agentes de saúde (voltados a atenção primária à saúde), gerentes de serviços, administrativos e/ou assistenciais, ainda considerando os responsáveis técnicos.

Foi realizado o envio do questionário Survey para a totalidade de gestores e profissionais de saúde do Território Cidade Tiradentes. No entanto, obtivemos o retorno de 20% deste total. Diante deste quadro, foram selecionados 67 gestores e profissionais da saúde para entrevistas semiestruturadas, considerando sua alocação nos diversos hospitais, prontos-socorros e postos de atenção primária existentes no território. Tal estratégia considerou os papéis exercidos por tais atores e sua relevância frente aos objetivos do estudo, inclusive, sua participação ativa no cenário de tomada de decisões.

Para a análise dos usuários foram realizadas entrevistas semiestruturadas, aplicadas de forma aleatória, em 67 pessoas que estiveram presentes nos dias 26 e 27 de agosto de 2019 nos diferentes hospitais, prontos-socorros e postos de atenção primária existentes no território.

O resultado deste trabalho foi organizado em tabelas e quadros. E os principais pontos apurados pela pesquisa foram sintetizados a partir das condições de acesso da população estudada, adotando as dimensões “estrutural”, “operacional” e “relacional”. Essas dimensões nos remetem, de alguma forma, à abordagem teórica de Giovanella e Fleury (1996), que a adotaram para explicar as dimensões do acesso (política, econômica, técnica e simbólica). Tais dimensões retrataram a acessibilidade, discutida por Donabedian (1973, 2003), como diretamente associada a fatores sócio-organizacionais e geográficos; e também a questão da subjetividade no acesso aos serviços de saúde, aprofundada por Thiede e McIntyre (2008), que abordam o conceito de liberdade para uso, baseado na consciência da possibilidade de uso pelo indivíduo e no seu empoderamento para escolha. A dimensão “estrutural” está relacionada a fatores tais como o tamanho e a diversidade da rede de seus equipamentos de saúde, bem como o contexto socioeconômico do território que impacta não apenas o acesso, mas de forma mais abrangente as condições de vida da população. A dimensão “operacional” refere-se aos aspectos da organização e das condições de oferta do serviço de saúde, perpassando todos os níveis de atenção e suas particularidades. Já a dimensão “relacional” abarca a compreensão do processo saúde-doença, e todos os elementos culturais envolvidos nessa compreensão, a saber: percepções, crenças, valores, ou como expresso por

Canguilhem (2000), os “modos de andar a vida”, que colocam fatores associados à saúde em campos de normatividade situados além dos limites do corpo físico, orientados para suas condições de expressão na vida cotidiana.

### **O acesso em diferentes percepções: gestores, profissionais da saúde e usuários**

A pesquisa realizada confirmou a importância da concepção de acesso a partir das informações sobre as percepções de todos os atores envolvidos, pois os aspectos que fortalecem, ou que obstaculizam, o acesso à saúde não decorrem apenas das dificuldades observadas pelo usuário que, embora seja o maior penalizado pelas restrições ao serviço, não consegue captar as questões estruturais que o tema envolve, muitas vezes evidenciadas pelas contradições e desafios que ficam explicitados nas respostas dos demais atores.

#### **a) Dimensão estrutural: integração e diversidade dos serviços e qualidade do atendimento e resolução de problemas**

A pesquisa mostrou relativa proximidade entre a percepção dos gestores e dos profissionais da saúde sobre algumas questões: ambos concordam que a qualidade do atendimento e do acesso são satisfatórias, mas recomendam que alguns aspectos sejam aprimorados. Para os profissionais da saúde, a experiência, a forte presença de profissionais oriundos da atenção primária à saúde e a grande capilaridade da rede são fatores relevantes como facilitadores do acesso. Isso fica evidenciado ao se observar o expressivo número de serviços, nesta modalidade, no Território Cidade Tiradentes. Tais observações permitem apontar que a rede de serviços é, em princípio, avaliada de forma positiva o que permite sugerir que cumpre seu papel diante do público do SUS que depende de seus serviços.

Divergindo das percepções acima apresentadas, os usuários apontam uma série de questões que expressam suas dificuldades pessoais e que, de modo geral, estão sempre buscando a resolutividade individual, sendo que, não apresentam preocupação com as condições de funcionamento do sistema. A questão da demora no atendimento e a excessiva demanda, que aparecem nas respostas destes atores, são previsíveis e conhecidas, e também foram observadas e confirmadas pelos profissionais da saúde. No entender de um destes profissionais:

“A instituição tem capacidade para atendimento, porém em algumas áreas ainda seria necessário maior quantidade de mão de obra qualificada bem como espaço físico maior. Deve ser levado em consideração que nós trabalhamos com o atendimento do SUS, e faltam medicamentos e materiais para atendimentos dos pacientes, sobretudo causados pela alta demanda de atendimento, que é excessiva, devido ao fato de que nem todos os serviços estão aptos a reverter os problemas atuais de saúde pública, pois a deficiência está no sistema e não somente em uma parte dele” (ENTREVISTADO1, 2019).

A variedade de serviços ofertados é destacada como um outro aspecto facilitador de acesso pela maioria dos profissionais e gestores. Estes atores ressaltam a proximidade e a funcionalidade da rede diante de seus usuários. Também apontam a correta aplicação dos recursos em suas finalidades, e ainda, destacam o bom acolhimento e o respeito recíproco entre os profissionais (gestores ou trabalhadores) e seu público-alvo. No entanto, para os usuários embora a rede seja diversificada, e conte com uma pluralidade de serviços de baixa, média e alta complexidade, há uma percepção preocupante com o acesso no que tange ao atendimento de suas necessidades imediatas, sendo que a maior parte dos respondentes, em razão da especificidade de sua demanda, reconhece que é presente e maciço o convívio com os problemas relacionadas ao acesso, quando da sua necessidade. Segundo os usuários entrevistados há uma considerável demora no atendimento, no agendamento, nos cuidados e nos procedimentos. Assim, ao contrário do que afirmaram os profissionais da saúde e os gestores, os usuários destacaram acentuadas dificuldades.

#### **b) Dimensão relacional: integração dos serviços, regularidade no atendimento e perfil de acolhimento**

Segundo os usuários, entre os fatores que estão em situação mais crítica e que são responsáveis pelas dificuldades encontradas para o acesso aos serviços médicos podem ser destacados: a falta de integração entre os equipamentos de saúde; a falta de coesão e de propósito lógico e firme entre os profissionais; a falta de uma regularidade dos tratamentos oferecidos, no acompanhamento e suporte da equipe multiprofissional; e, principalmente, a falta de regularidade na resolução dos problemas. Mesmo que seja obtido o acesso, existem falhas intrínsecas no sistema que o tornam pouco eficaz. Os gestores e profissionais da saúde reconhecem, quanto

a integração do sistema, que as dificuldades apontadas podem ser consideradas como medianas, isto é, deveriam ser superadas, com o esforço e a organização dos processos de trabalho. Mas, segundo gestores e profissionais, as dificuldades são entendidas de uma perspectiva mais estrutural, aceitando que existem barreiras arquitetônicas, ou ainda, outros tipos de obstáculos que impedem as pessoas de desfrutarem e ocuparem o espaço físico. Há plena concordância entre os gestores profissionais e usuários sobre a importância da forma como são feitas as ruas, calçadas e faixas de pedestres. Quem depende de muletas ou cadeira de rodas, por exemplo, precisa pensar bem no caminho que vai fazer antes de encaminhar-se aos hospitais ou postos de atendimento. A locomoção também é importante. Embora externas aos serviços de saúde tais características podem facilitar ou dificultar o deslocamento. Curiosamente, a pesquisa concluiu que os usuários afetados pela redução do acesso têm maior percepção sobre as dificuldades mais diretamente ligadas ao atendimento à saúde, enquanto os demais observam, principalmente, questões relacionadas às barreiras arquitetônicas.

Outro ponto importante que resultou na avaliação mediana do acesso, tanto do ponto de vista dos gestores e profissionais da saúde, quanto do dos usuários, diz respeito ao acolhimento assistencial e administrativo. Contudo, a atenção primária obteve excelente avaliação por parte de todos os atores (usuários, gestores e profissionais da saúde). À medida que a complexidade cresce e a assistência envolve um número maior de requisitos específicos, a insatisfação dos gestores e trabalhadores da saúde com o acesso aumenta, pois a oferta não proporciona organização dos serviços e, por vezes, destrói os elos de hierarquia pretendida pelo SUS.

Contudo, apesar de bem avaliada por todos os atores investigados, a atenção primária, assim como as outras formas de atendimento, tais como, a assistência especializada, os prontos atendimentos e os prontos-socorros ainda apresentam entraves ao acesso. Como ocorre no Programa Saúde da Família, a adscrição da clientela acaba levando à dicotomia entre a assistência aos pacientes agendados e o acolhimento àqueles que estão fora da área de abrangência. A verdade é que os gargalos não resolvidos acabam funcionando como um elemento de pressão, inclusive, levando o usuário, por falta de atendimento, no momento de sua necessidade, a “pular etapas”, ou seja, a deixar de ir à atenção primária e ir direto aos hospitais. Dentre as questões mais prevalentes, que levam o usuário a pular etapas e ir direto aos hospitais, estão a elevada demanda, a falta de infraestrutura, as barreiras de tempo (demora no agendamento das consultas), e a falta de agilidade no retorno dos exames. Além disso, a cultura hospitalocêntrica, sempre bastante forte, e a demora ao atendimento, que não corresponde as expectativas de acesso e de atendimento às necessidades, levam os usuários a buscarem os hospitais sem passar pela atenção primária.

Somam-se a este fato, o adensamento populacional dos territórios e a piora do estado de saúde geral da população. A pesquisa apurou como uma espécie de consenso entre os trabalhadores da saúde e os gestores forte preocupação com metas, com a falta de coordenação integrada e de alinhamentos entre os diferentes serviços como fatores importantes para que se possa dar conta das demandas. Também o desconhecimento da população sobre a lógica do sistema, o descomprometimento do profissional, a mercantilização da medicina e a forte demanda são fatores que a pesquisa revela e que merecem reflexão sobre seus efeitos no conjunto do sistema.

Além disso, observou-se pequena presença de profissionais favoráveis à redução do tempo de residência médica para suprir o déficit e a alta rotatividade de mão de obra qualificada, considerados como fatores que incrementam as dificuldades de propiciar acesso ao usuário.

Da perspectiva do acolhimento ainda há o aspecto psicológico do acesso, dado que os pacientes são comumente dispensados e raramente acolhidos em suas necessidades, ainda que seja por meio de simples oitivas. Mas quando as têm, os pacientes entendem que ali se encontram oportunidades efetivas de assistência. Segundo os gestores, o governo e as políticas públicas deveriam multiplicar o número de portas de acesso, enquanto que, para os profissionais da saúde, elas deveriam ser mais qualificadas e orientadas, para a humanização e ação técnica precisa, ajustando capacidade de investimento, otimização de recursos, melhoria da performance e do desenvolvimento da prática. Também se destacam respostas apontando a necessidade de profissionais bem formados e com compromisso social e assistencial. As políticas públicas de saúde, segundo profissionais e gestores, deveriam ser mais abrangentes, mas financiadas de forma a se manterem sustentáveis. Segundo os profissionais da saúde e gestores, a lógica de atendimento do SUS precisa ser modificada desde o atendimento ao acesso primário até a alta complexidade, buscando ser mais assertiva e menos assistencialista.

De forma a privilegiar o objetivo de melhoria dos serviços, a pesquisa apurou que recursos físicos, atualmente, estão particularmente inadequados. Na percepção de gestores e profissionais da saúde destacam-se a

necessidade de particularizar o acesso às especialidades com as prioridades mais prevalentes em cada território; redefinir as referências, ampliar e qualificar a oferta de vagas e consultas mais próximas da moradia, entorno e microrregião; melhorar a qualificação dos encaminhamentos das UBS para a especialidade, eliminando barreiras para que os pacientes não cheguem ao especialistas sem exames. Também deveriam fortalecer a conscientização sobre o absenteísmo da população às consultas; promover a educação contínua, permanente e de qualidade a todos os níveis de formação no SUS, com ênfase na integração e na resolutividade do cuidado. Ou seja, a pesquisa apurou que profissionais da saúde e gestores têm um olhar bastante particular para as dificuldades e sobre o que pode ser implantado para melhorar o acesso da população aos serviços de saúde.

Segundo os gestores e profissionais da saúde, as ações preventivas de saúde são um forte gargalo, pois ainda são tímidas frente às necessidades; apurou-se também certa incapacidade de promover uma ação direta que leve a romper com o aspecto curativo e reativo em demasia, pois a avaliação dos fatores de apoio técnico, logístico, de gestão, informação e cooperação entre os entrevistados é boa, porém insuficiente. Isto permite perceber que o sistema está desorganizado, pois há uma constante movimentação dos usuários em busca de seu atendimento, para satisfazer suas necessidades. De todos estes fatores, nota-se, no entanto, a fragilidade na integração entre os serviços, pois muito da capacidade instalada poderia ser otimizada, fato que não ocorre intencionalmente. Buscam-se soluções isoladas para o paciente que pertence a uma parte do território, porém se desconsidera o fato de que o sistema a que ele pertence é único.

Outro fator importante como limitador do acesso e revelador de conflitos endógenos ao sistema, apurados pela pesquisa, refere-se ao impacto cultural, que vem de longa data, motivado pela rivalidade entre os serviços e as categorias profissionais especialmente as categorias operacionais presentes nos centros de menor complexidade e/ou aporte tecnológico. De fato, as categorias profissionais e as instituições envolvidas, além da empatia formal entre os diferentes serviços oferecidos, revelam alguma falta de reciprocidade. Observou-se, assim, a importância de reduzir a rivalidade entre grupos, pois esta última pode comprometer a produção dos serviços. A pesquisa apurou que a multiplicidade de atores no SUS estimulou o crescimento da competitividade entre eles. Neste contexto, o profissional médico passou a ser considerado protagonista do processo de solução da cura almejada pelo usuário. Embora fique claro que o foco da assistência, independentemente do serviço, esteja centrado no paciente/ usuário, ainda existem rivalidades e empatias baixas e medianas que, somadas, representam 70% das formas de relacionamento pessoal entre profissionais da saúde. É certo que esse fato reflete no atendimento ao usuário, para o qual só importa o resultado final positivo. A efetividade, para o usuário SUS, depende somente do atendimento e da materialização da assistência convertida em atendimento prestado a seu favor.

Finalmente, no que se refere às questões sobre as relações de acolhimento e acesso os usuários, dentro da lógica da universalidade do acesso, os usuários esperam ser acolhidos e tratados de maneira a terem os seus problemas reduzidos e, os danos e seus efeitos contidos. Contudo, é preciso reconhecer que há ainda muito a ser feito e que não existe resolutividade na proporção esperada, desse modo, a resposta ainda é ineficiente e frustrante diante da expectativa dos usuários. A empatia, o cuidado com o próximo e a comunicação não violenta são atributos importantes para a consolidação do acesso. O espaço físico, o conforto e a falta de continuidade da assistência são preocupações constantes que impactam permanentemente no acesso.

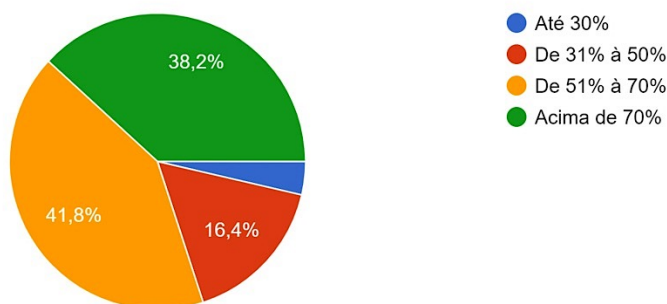
#### c) Dimensão operacional: regulação, atendimento e acesso

Questão importante apurada pela pesquisa foi a falta de regulação, isto é, a ausência de regras claras nas esferas federal, estadual e municipal sobre vários aspectos referentes ao acesso, dentre os quais se destacam a falta de controle e de destinação das vagas em leitos hospitalares a partir de uma central. O que acentua a desorganização do sistema de referência e contra-referência, e a não observação de prioridades e demandas, agravando dificuldades e a falta de disponibilidade de vagas para atender a todo o sistema. A desqualificação dos encaminhamentos do ponto de vista de precisão técnica para as especialidades é outro fator importante. Nesta direção, o encaminhamento fora do protocolo, com pedidos repetidos de procedimentos e de exames especializados, engrossa as filas de espera de primeiro atendimento, contribuindo para a “cristalização” do paciente na especialidade, piorando ainda mais o status das filas de espera de retorno, a dificuldade de acesso às cirurgias, gerando retornos ao especialista. Também os constantes pedidos de renovações de receitas/terapêuticas (não continuadas pela Atenção Primária), quando obtidas, geram retornos desnecessários aos especialistas para

atualização. O absenteísmo da população nas consultas é outro fator apontado pelos profissionais e gestores como recorrente e altamente prejudicial ao acesso, pois envolve remarcações e tempo de ocupação dos profissionais.

No caso do pronto atendimento e dos prontos-socorros é consenso a presença de pacientes em situações cada vez mais graves em seu estado de saúde. Eles apresentam piora progressiva, o que superlota as portas do pronto atendimento e prontos-socorros para as urgências e emergências. Os entrevistados, na condição de profissionais e gestores, enxergam a falta de cuidado integral ao paciente (Figura 1). Observa-se que a integralidade preconizada pelo SUS não é satisfeita. A população não está orientada para compreender a funcionalidade de cada serviço, tampouco a lógica do sistema e o seu papel enquanto usuário.

**Figura 1 - Proporção de acesso aos serviços de saúde quanto às consultas, exames e procedimentos**



Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

Na análise de satisfação/insatisfação em relação ao acesso, entendido aqui na sua integralidade (marcação de consulta, atendimento e obtenção de exames e remédios) a insatisfação é vista como uma consequência gerada junto àqueles que não conseguem obter o que necessitam. É recorrente a afirmação de que apenas uma parcela da população obtém acesso, tendo em vista que parte expressiva continua sem a assistência devida. O tamanho e a pluralidade da rede, embora significativa, não são suficientes quando a demanda não se vê adequadamente atendida. Fato recorrente no SUS é que os usuários de serviços de urgência e emergência, por vezes, obtêm acesso mais qualificado na Atenção Primária, mesmo considerando que este atendimento ainda é, com a programa Estratégia de Saúde da Família, eletivo (agendamentos) e restrito (cadastro e território). Os gestores e profissionais destacam fortemente a presença do usuário que procura a rede de urgência e emergência e que não vive no território; isso constitui um grave problema para o sistema como um todo, pois este usuário sempre vai direto aos prontos-socorros e hospitais, o que aumenta a demanda dos serviços. Por serem usuários externos a região, eles não passam pela atenção primária o que lhes confere maior liberdade para buscar um tratamento exitoso, o que sobrecarrega o atendimento das demandas territoriais.

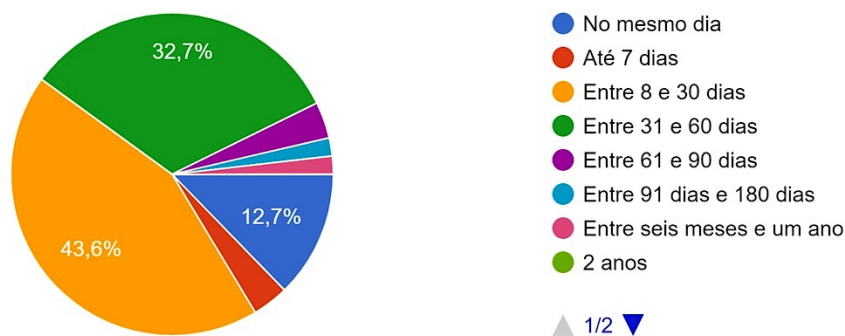
Não constitui novidade a presença de usuários de outras regiões. Isso resulta das dificuldades de solução e resolutividade em outras localidades, por sobrecarga de movimentação originária não apenas do entorno, mas até mesmo de regiões mais longínquas. Algumas respostas apontam para a sobrecarga nos atendimentos. O desbalanceamento entre os serviços oferecidos e demandados é o que ocasiona a sobrecarga na visão de trabalhadores da saúde e gestores. A necessidade e a expectativa de imediato atendimento por parte dos usuários aprofundam os problemas de credibilidade, gerados pela falta de resolutividade do serviço.

Outra séria causa da insatisfação do usuário que pode ser relacionada à regulação do sistema é o absenteísmo, o que resulta em ineficiência do sistema, ressaltando-se que, por vezes, o próprio usuário, de forma deliberada, resolve faltar a um exame ou a um procedimento agendado. Novamente é preciso observar que há uma cultura geral que contribui para que o usuário acredite que ele pode ter liberdade de escolha do locus onde será atendido, pois considera o atendimento uma obrigação do SUS. O profissional de atenção primária é o mais exposto às intempéries comportamentais do usuário, pois aquela consulta agendada na qual ele faltou, segundo sua visão, se deu por já estar em segurança, ou seja, por ter sido atendido em uma unidade de pronto atendimento ou em um pronto-socorro. O que resulta dessa situação é a ideia de que, se há sobrecarga, como já foi assinalado anteriormente “é porque uma das partes não está cumprindo como deveria com suas obrigações.” Acirra-se, desse

modo, o conflito. Nesta busca por responsáveis, sabe-se que a única vítima, ou seja, o próprio usuário é quem perambula e permanece de serviço em serviço, sem ser acolhido.

Na esteira da resolutividade, é importante também entender o acesso como resultado da agilidade do sistema em prover a assistência e os resultados positivos. Porém, pelo excesso de demanda, gestores e trabalhadores assinalam um longo tempo de espera para o atendimento pós-agendamento (Figura 2). Isto é, as demandas não atendidas rapidamente resultam de um descompasso, que é a busca pelo atendimento não precedido de agendamento. Mas, como se isso não bastasse, o usuário ainda aguarda um tempo considerável ao chegar no local da consulta/exame/procedimento (Figura 3). Existem meios de uso da tecnologia para abreviar este tempo de espera, porém, fatores como o absenteísmo agravam o cenário de incerteza pelo comparecimento.

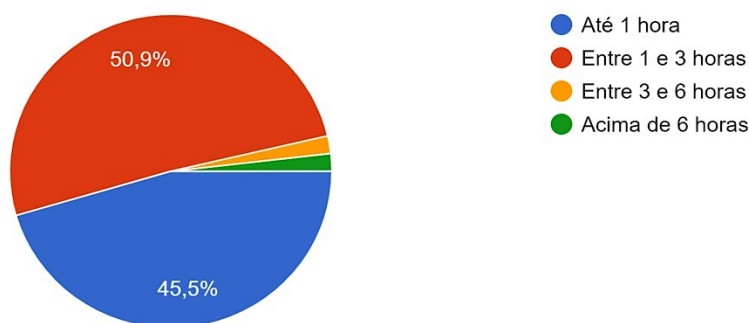
**Figura 2 - Tempo de espera para o paciente ser atendido após o agendamento, na percepção de profissionais e gestores**



Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

Parece que vem ganhando espaço no SUS o discurso sobre alguma forma de punição ao usuário, quando se trata de falta não justificada, mas legalmente este procedimento não pode ser adotado, pois a Constituição de 1988 prevê ao cidadão, o direito à saúde, sendo uma faculdade o seu tratamento. O que importa de fato é que as filas de espera para atendimento, agendamento e outras ações assistenciais devem ser reduzidas, para uma maior resolutividade do sistema.

**Figura 3 - Tempo médio de espera para consulta/exame/procedimento para o paciente**



Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

Este resultado demonstra que ainda é longa a permanência e a espera do paciente até que possa finalmente ser acolhido e atendido pelo serviço. De maneira geral, o acesso a todos os níveis de entregas (consultas, exames, medicamentos, consultas com especialistas, cirurgias eletivas, emergenciais e pronto atendimento) no SUS é avaliado, pelos profissionais da saúde e gestores, como sendo algo viável, embora seja demorado e rivalizado. Os níveis de maior dificuldades estão no atendimento especializado em ambulatórios e na realização de cirurgias não eletivas, considerando também os atendimentos de portas de pronto-socorro.

Outra questão importante que merece destaque no que se refere ao acesso é o fato de que 20% dos pacientes que hoje usam o SUS, podem também custear outras formas de atendimento, principalmente, se o acesso não satisfizer suas necessidades, no instante em que precisa do tipo de assistência. Um exemplo recorrente e recente tem sido o crescimento a atendimentos em urgências ou especialistas nas clínicas populares, tendo em vista que elas se configuram como uma opção razoável para o custeio de exames específicos, acompanhando a lógica da assistência farmacêutica, já que, quando não há medicamento disponível na rede, o usuário recorre a compra em farmácias conveniadas ou adere a programas de medicamentos genéricos, não deixando, no entanto, de buscar rapidamente a solução para o seu problema de saúde.

Em síntese, o acesso, segundo a maioria dos entrevistados (usuários, gestores e profissionais da saúde) apresenta-se com imensos desafios, que não são percebidos como uma questão institucional, mas quase sempre como falta de atenção e acolhimento. Na dimensão estrutural, os três grupos de entrevistados apontaram como satisfatória a qualidade do posto de atenção básica e do programa Estratégia Saúde da Família (ESF), embora reconheçam a existência de severos problemas de integração da rede. De acordo com tais grupos, a ausência de alinhamento sobre a estrutura e os fluxos de funcionamento do sistema de saúde impacta negativamente o acesso aos serviços de saúde na relação do profissional com o usuário. Na dimensão relacional, a necessidade e a expectativa de imediato atendimento por parte dos usuários em crescente evolução e com uma demanda desordenada aprofundam os problemas de credibilidade, gerados pela falta de resolutividade do serviço. Com isso, o usuário busca outras portas para o atendimento. Por fim, na dimensão operacional, tanto os profissionais de saúde quanto os usuários relataram importantes lacunas na regulação do sistema e problemas tais como: cobertura da ESF, marcação de consulta, acolhimento, barreiras geográficas, referência e contrarreferência.

### **Considerações finais**

A pesquisa confirmou a proposição inicial de que o estudo sobre o acesso à saúde é uma questão que está ligada não apenas aos problemas do usuário, mas que precisa ser observada em sua complexidade, envolvendo a atuação e visão dos gestores e profissionais da saúde. Apontou significativas e importantes diferenças entre a percepção dos usuários e demais atores investigados quanto a temática. Buscou mostrar os limites e as vulnerabilidades ao acesso e as dificuldades para a universalização da saúde, identificando os elementos estruturais que fortalecem ou dificultam o acesso aos serviços de saúde no território, confrontando a visão de gestores, profissionais e usuários. Isto porque as vulnerabilidades e o acesso à saúde são problemas crônicos, ainda que se considere a lógica de organização dos territórios como um fator que efetivamente auxilia a desconcentração do acesso. Se de um lado, temos os usuários solicitando o legítimo direito à assistência, de outro, temos as instituições, com seus valores, tradições e expertises, e entre eles, o Estado com os limites ao financiamento, a necessidade de regulação, de controle e fiscalização, repassando responsabilidades aos atores privados que assumem, por missão e vocação, o papel de participar de forma efetiva e resolutiva deste sistema, limitando-se, porém, as conformações territoriais restritas.

A cobertura abrangente de saúde, principalmente em países emergentes, constitui um componente essencial para se alcançar o crescimento econômico, a coesão social e a redução na pobreza (OMS, 2008; KICKBUSC, 2014), decorre deste argumento, que ao lançar luz sobre o Território Cidade Tiradentes e, sem desmerecer o imenso esforço institucional realizado, foi possível perceber que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que os serviços de saúde ofertados possam contribuir efetivamente para o crescimento da coesão social e redução da pobreza na região. É mister que a saúde desempenhe um papel importante na promoção da equidade e, conforme Giovanella (1996), possa produzir iniquidades quando não assegura acesso equânime para todos.

Embora seja importante mencionar as limitações do estudo que não envolveu os não usuários e a amostra ter sido limitada, os resultados evidenciaram fatores determinantes para o acesso do grupo estudado, incluindo: a aceitabilidade do sistema de saúde pelos usuários, a relação deles com os profissionais de saúde, a adequação do número de profissionais para a prestação de serviços, a atenção secundária/referência e o imenso tamanho do território estudado. Observou-se que a dimensão “relacional” tem um papel fundamental. Nesse sentido, investimentos e esforços de gestores e profissionais de saúde, sobretudo aqueles envolvidos diretamente com o território estudado, devem ser direcionados para as três dimensões. Essa possibilidade de identificar, sob a ótica de usuários e profissionais, áreas prioritárias de atuação para melhorar o acesso de uma parcela da população de



um território com elevados índices de vulnerabilidade econômica e social configura a principal contribuição deste estudo. No decorrer da análise, constatou-se também que o aspecto relacional é uma dimensão relevante do acesso, pois permite entender como os profissionais ultrapassam a lentidão e deficiência do rígido sistema de regulação e, tornam mais eficiente o aproveitamento das condições operacionais na rede de saúde em análise. Dessa forma, diversos caminhos, distantes do preconizado da regulamentação, poderão ser utilizados com o intuito de melhorar o acesso dos usuários ao sistema. Verifica-se com muita frequência que os contatos pessoais entre os profissionais da rede de saúde, a partir das relações cotidianas das equipes, acabam possibilitando uma gestão paralela, ou seja, que tenta uma gestão neutralizando as barreiras impostas ao acesso. Meios informais são cada vez mais frequentes na rotina admitida pelos gestores. Tais observações possibilitam reafirmar a necessidade de intensificar as discussões sobre o controle e o monitoramento em saúde e contribuir para melhor conhecimento das condições do acesso na atenção primária à saúde e assistência ambulatorial e hospitalar, ressaltando a importância das informações para o serviço de saúde; o fluxo dentro do território; a forma como os sujeitos entendem o acesso, e, acima de tudo, como o praticam.

Entre os desafios e os entraves observados destacaram-se: melhorar a qualidade dos serviços de saúde; assegurar a equidade em serviços como consultas, exames e procedimentos; e reduzir a dificuldade que o usuário tem em compreender a organização do acesso à luz da hierarquização do sistema. Portanto, segundo a percepção dos usuários, profissionais e gestores há o entendimento uníssono da necessidade de manter e ampliar os avanços do SUS. Estes atores também sinalizaram a necessidade de maior adequação às necessidades dos usuários e de ampliação da participação social na gestão local para acompanhar as mudanças nas necessidades, dirimir as divergências entre os atores sociais e melhorar a qualidade do acesso.

Por fim, ressalta-se a importância da continuidade de políticas de capacitação para gestores e profissionais da saúde atuarem em um sistema complexo e cheio de armadilhas aos usuários. Se o SUS é um espaço de acesso a todos que dele participam, as partes devem se abrir, converter frustrações em diálogos e, de forma transparente e organizada, fortalecer os espaços de participação social em busca do equilíbrio em prol da coletividade. Pode-se afirmar, a partir da pesquisa realizada, que a Rede Santa Marcelina-SP e o SUS vêm conseguindo, de certa forma, dar respostas às demandas sociais por meio de um conjunto de intervenções públicas visando à promoção de bem-estar a partir de um sistema de saúde amplo, universal e gratuito, envolvendo a participação popular nas várias esferas de decisão colegiada.

## **Referências**

ASSIS, M. M. A.; VILLA, T. C. S. Acesso aos serviços de saúde: uma possibilidade a ser construída na prática. *Cien Saúde Coletiva*. p. 815-823, 2003.

AZEVEDO E., PELICION, M.C.F.; WESTPHAL, M.F. Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde. *Revista de Saúde Coletiva*, v. 22, n. 4, 2012.

BARBIANI, R.; JUNGES, J.R.; ASQUIDAMINI, F. A produção científica sobre acesso no âmbito do Sistema Único de Saúde do Brasil: avanços, limites e desafios. *Saúde soc.* v. 23, n. 3, p. 855-868, 2004.

BARBOSA, N.B. O modelo de administração direta e as organizações sociais de saúde: um estudo comparado. São Paulo: Tese de doutorado, Faculdade de Medicina – USP, 2005.

BARRADAS, L.R.; MENDES, J.D.V. Organizações Sociais de Saúde: a experiência exitosa de gestão pública de saúde do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo, 2006.

BEZERRA, A. C. V. Discutindo o território e a territorialização na saúde: uma contribuição às ações de vigilância em saúde ambiental. *Revista de Geografia*, v.32, p.222-244, 2005.

BINDMAN, A. B. et al. Preventable Hospitalizations and Access to Health Care. *The Journal of American Medical Association*, v. 274, n. 4, p. 305-311, jul., 1995.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 16. ed. Organização de Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 29 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Promoção da Saúde V. Brasília: OPAS, 2009a (Painel de Indicadores do SUS n. 6). Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/agosto/14/painel-indicadores-sus-promocao-saude.pdf>> Acesso em: 16 Nov 2019.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 set. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. Organizações Sociais. Cadernos MARE da Reforma do Estado. Caderno 2. 4. ed. Brasília: MARE, 1998a.

BRASIL. Ministério da Saúde. 8a Conferência Nacional de Saúde: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde; 1986.

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância a Saúde. Planilhas de matriciamento dos avanços e desafios das prioridades da PNPS: ações propostas e realizadas durante 2006-2009. Brasília, 2010 [mimeo].

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria nº 68 de 24 de junho de 2008. Constitui o Comitê Gestor da Política Nacional de Promoção da Saúde. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2008/prt0068\\_24\\_06\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2008/prt0068_24_06_2008.html)> Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2006a. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf)> Acesso em: 6 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 373, de 27 de fevereiro de 2002. Norma Operacional de Assistência à Saúde/NOAS-SUS 01/2002, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0373\\_27\\_02\\_2002.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0373_27_02_2002.html)> Acesso em: 06 dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria executiva. Comitê Nacional de Avaliação de Desempenho do Sistema de Saúde Comitê Nacional de Avaliação de Desempenho do Sistema de Saúde Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/documento%20politica.pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.

BRASIL. Lei Ordinária no 9.637, de 15 de maio de 1998. Brasília: Diário Oficial da União; 1998.

BRASIL. Lei Orgânica da Saúde no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União; 1990.

BRASIL. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 6. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2000.

- DI GIOVANNI, G. B. N. Brasil Radiografia da Saúde. Ano: 2001 Editora: Instituto de Economia Unicamp.
- DONABEDIAN, A. Aspects of medical care administration. Cambridge: Harvard University, 1973.
- DONABEDIAN, A. An introduction to quality assurance in health care. New York: Oxford University, 2003.
- DONABEDIAN, A. Clinical Performance and Quality Health Care. p.14-17,1993.
- DURÁN, P. R. F. Dilemas do controle social na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do estado do Rio de Janeiro: um estudo sobre o Conselho Estadual de Saúde (CES/RJ). 2013. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.
- DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M.C.R.N.; CARVALHO, M.C.B. (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo, IEE/PUC-SP, p. 13-42, 2001.
- FEKETE, M. C. Estudo da acessibilidade na avaliação dos serviços de saúde. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Desenvolvimento Gerencial de Unidades de Saúde do Distrito Sanitário - Projeto GERUS. Brasília (DF): MS/FNS; p. 20-114, 1995.
- GIOVANELLA, L.; FLEURY, S. Universalidade da atenção à saúde: acesso como categoria de análise. In: EIBENSCHUTZ, C. (Org.). Política de saúde: o público e o privado. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 177-198, 1996.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- HORTALE, V. A.; PEDROZA, M.; ROSA, M. L. G. Operacionalizando as categorias acesso e descentralização na análise de sistemas de saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 231-239, 2000.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde 2003. Rio de Janeiro. 2005.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Um Panorama da Saúde no Brasil. Acesso e Utilização dos Serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde 2008. Rio de Janeiro, 2010.
- LAOKRI, S., SOELAEMAN, R., HOTCHKISS, D. R. (s.d.). Os sistemas de saúde com recursos insuficientes têm a capacidade de oferecer proteção contra riscos financeiros para a atenção primária à saúde?. Um estudo de base das despesas ambulatoriais para informar o financiamento da saúde e a reforma da cobertura universal na República Democrática do Congo, London, p. 16-19, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2013/ULB-DIPOT:oai:dipot.ulb.ac.be:2013/247036>>. Acesso em: 06 out. 2019.
- LANZONI, G. M. M. et al. Direitos dos usuários da saúde: estratégias para empoderar agentes comunitários de saúde e comunidade. Rev RENE. v.10, n.4, p.54-145, 2009.
- MENDES, E. V. Uma agenda para a saúde. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2008.
- MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.
- MENDES, R.; AKERMAN, M. Intersetorialidade: reflexões e práticas. In: FERNANDES, J.C.A.; MENDES, R. (Org.). Promoção da saúde e gestão local. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, p. 85-109, 2007.

MENDOZA-SASSI, R. A.; BERIA, J. U. Utilización de los servicios de salud: una revisión sistemática sobre los factores relacionados. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 819-832, 2001.

OIKAWA, L. T., Condições de acessibilidade a uma unidade básica de saúde do município de Botucatu-SP. *Dissertação de Mestrado – Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP*, 2001.

OMS. *Atenção primária à saúde: mais necessária que nunca*. Genebra: OMS; 2008. [Relatório Mundial da Saúde 2008].

PESSOTO, U. C. et al. Desigualdades no acesso e utilização dos serviços de saúde na Região Metropolitana de São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 2, p. 351-362. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200011>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

PESSOTO, U. C.; RIBEIRO, E. A.W.; GUIMARÃES, R. B. O papel do Estado nas políticas públicas de saúde: um panorama sobre o debate do conceito de Estado e o caso brasileiro. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 9-22, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000100001>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PINHEIRO, R. S.; VIACAVA, F.; TRAVASSOS, C.; BRITO, A. S. Gênero, morbidade e utilização de serviços de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 687-702, 2002.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. (Orgs.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCOIVERJ, IMS, 2001.

PORTER, M. E.; TEISBERG, E. O. *Repensando a saúde: estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos*. Tradução de Cristina Bazan. Porto Alegre: Bookman, 2007.

PLACAR DA SAÚDE, APS SANTA MARCELINA. Disponível em <<http://www.placardasaude.com.br>>. Acesso em: 22 out. 2018.

RAMIREZ, B. L.; BAKER, E. A; METZLER, M. *Promoting health equity: a resource to help communities address social determinants of health*. Atlanta, Centers for Disease Control and Prevention, 2008.

RAMOS, D. D.; LIMA, M. A. D. S. Acesso e Acolhimento aos Usuários em uma Unidade de Saúde de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 27-34, jan./fev. 2003.

REIS, D.O.; ARAÚJO, E.C., CECÍLIO, L.C.O. Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde UNASUS | UNIFESP, 2010. Disponível em: <[www.unasus.unifesp.br](http://www.unasus.unifesp.br)>. Acesso em: 7 fev. 2019.

SANTA MARCELINA, *Relatório de Atividades da Rede de Atenção à Santa Marcelina e Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina 2014*. São Paulo:, 2015.

SANTOS, L.; ANDRADE, L. O. M. Acesso às ações e serviços de saúde: uma visão polissêmica. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 2876-2878, 2012.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Banco de Dados de Informações dos Municípios Paulistas – 2017*. São Paulo: Departamento Gráfico da Fundação Seade.

SECCHI, L. *Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SOUSA, C. Políticas públicas: uma revisão da Literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 03 set. 2019.

STARFIELD B. *Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia*. Brasília, UNESCO / Ministério da Saúde, 2002.

STEIN, A. T. *Acesso a Atendimento Médico Continuado: Uma Estratégia para Reduzir a Utilização de Consultas não Urgentes em Serviços de Emergência*. 1998. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1919>> Acesso em: 09 out. 2019.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 190-198, 2004.

TRAVASSOS, C.; VIACAVA, F. Acesso e uso de serviços de saúde em idosos residentes em áreas rurais, Brasil, 1998 e 2003. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2490-2502, 2007.

TRAVASSOS, C.; VIACAVA, F.; FERNANDES, C.; ALMEIDA, C. M. Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. v.5, n.1, p.133-149, 2000.

UNGLERT C.V.S. Acesso aos serviços de saúde: uma abordagem de Geografia em Saúde Pública. *Revista de Saúde Pública*, v. 25 p. 46-439, 1987.

UNGLERT, C. V. S. O enfoque da acessibilidade no planejamento da localização e dimensão de serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, v.24, p.445-452, 1990.

## Resenha

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

Luciandro Tássio Ribeiro de Souza<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i1.15879>

Em considerações iniciais, enfatizamos, que essa resenha foi desenvolvida a partir dos estudos do livro “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido de Mello e Souza, na qual objetivamos analisar as relações entre a literatura e a sociedade, a fim de verificar até que ponto ela se enquadra nas situações socioculturais mínimas perante as atuais condições de vida do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.

Neste sentido, de forma geral, ponderamos que a obra inicia-se pelo estudo dos elementos diretamente ligados à manutenção da vida, mormente a exploração dos recursos naturais para a elaboração da dieta. Em seguida, direciona-se para os estudos das formas de vida social que permitem aos agrupamentos rústicos a sobrevivência enquanto grupos, que num e noutro caso, sugeriu o teor geral da vida do velho paulista rural das classes inferiores, para chegar a possíveis considerações “ao entendimento do caipira em seus tipos humanos, da agricultura de subsistência por ele praticada, da sua intensa mobilidade e de outros tantos aspectos, que atribuem ao caipira ser este um dos pilares da identidade cultural do Estado de São Paulo.” CASTILHO (2007, p.74).

De acordo com Antonio Candido (1964), esta obra não se trata de descrever e interpretar todos os aspectos da vida social e cultural do caipira do passado, mas tão somente os que referem de maneira direta ao tema deste estudo. Para tanto, em conformidade com o autor, a sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistêmica e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência.

Vale salientar que, este estudo nasceu de uma pesquisa sobre a poesia popular, manifestada no Cururu – dança cantada do caipira paulista – cuja base é um desafio sobre os mais variados temas, em versos obrigados a uma rima constante (carreira), que muda após cada rodada, que direcionaram os olhos do autor para o município de Bofete (interior do estado de São Paulo), entre os anos de 1948 e 1954, visando, em linhas gerais, conhecer os meios de vida num agrupamento de caipiras: quais são, como se obtêm, de que maneira se ligam à vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio, para compreender os demais aspectos da cultura caipira, adotar um ponto de partida situado no nível modesto mais decisivo da realidade econômica, com a finalidade de buscar, nos documentos e viajantes do século XVIII e início do século XIX, referências e indícios sobre a vida do homem da roça, bem como interrogar longamente, pelos anos afora, velhos caipiras de lugares isolados, a fim de alcançar por meio deles como era o “tempo dos antigos”.

O autor revela que a pesquisa, no seu decorrer, foi mostrando que as modalidades observadas em diversos lugares eram verdadeiros estratos superpostos, em grau variável de mistura, mas podendo ser reduzidos a alguns padrões, que correspondiam a momentos diferentes da sociedade caipira no tempo. As modalidades antigas, que se caracterizavam pela estrutura mais simples, a rusticidade dos recursos estéticos, o cunho coletivo da invenção, a obediência a certas normas religiosas. As atuais, de acordo com autor, manifestavam individualismo e secularização crescente, desaparecendo inclusive o elemento coreográfico

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de vida da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGSAQ/UFOPA). Atualmente é membro do grupo de pesquisa NEPECGIM - Núcleo de Ensino e Pesquisa sobre Espaço e Currículo de Geografia e Imagem e Multiculturalismo (desde 2020) e do Grupo de pesquisa PRÁXIS UFOPA (desde 2022) que integra o Projeto “Desafios da uma Bioeconomia Ecológica e Circular na Resex Tapajós-Arapiuns: um estudo de caso na vila de Anã integrado”, com financiamento integrado ao Projeto em Rede internacional “Transforming Universities for a Changing Climate” Climate-U, da University College London da Inglaterra. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8151-5545>. E-mail: [tassyandrosouza4193@gmail.com](mailto:tassyandrosouza4193@gmail.com).

socializador, para ficar o desafio na pureza do confronto pessoal, que não era difícil perceber, que se tratava de uma manifestação espiritual ligada estreitamente às mudanças da sociedade, e que uma podia ser tomada como ponto de vista para estudar outra. Levando a alargar pouco a pouco o conhecimento da realidade social em que se inscrevia o Cururu, até suscitar um trabalho especial.

Por outro lado, a pesquisa foi aguçando no pesquisador o senso dos problemas que afligem o caipira nesta fase de transição. Querendo conhecer os aspectos básicos, Antonio Candido, procurou compreender os problemas econômicos e tomou como ponto de apoio o problema elementar da subsistência. Sendo que o ponto de partida para compreender essa situação levou em conta a busca na própria natureza do povoamento paulista, condicionado pela atividade nômade e predatória das bandeiras, que através do bandeirismo compreendia de um lado, um vasto processo de invasão ecológica, e, de outro, como determinado tipo de sociabilidade, com suas formas próprias de ocupação do solo e determinação de relações intergrupais e intragrúpis, que através da linha geral proporcionou conhecer os tipos de ajustamento do grupo ao meio, com a fusão entre a herança portuguesa, a herança negra e a herança dos povos indígenas, cuja combinação dos traços culturais obedeceu ao ritmo nômade dos bandeirantes e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, na qual a estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Em tudo isso, vemos manifestar-se condições de vida determinadas por uma economia fechada, fator de preservação duma sociabilidade estável e pouco dinâmica, com base no trabalho isolado ou na cooperação ocasional, exprimindo uma forma retrógrada de ajustamento ao meio para estabelecer o equilíbrio ecológico: recurso para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra.

Em consequência, resultava larga margem de lazer que, vista de certo ângulo, funcionava como fator positivo de equilíbrio biossocial, que proporcionava oportunidade para caça, coleta, pesca, indústria doméstica no setor da cultura material, bem como na cooperação de festas, celebrações, que mobilizavam as relações sociais. O lazer era integrante da cultura caipira, condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser julgado no terreno ético, ou seja, ser condenado ou desculpado, segundo é costume.

Cabe salientar que a cultura caipira foi apresentada em função dos níveis mínimos, mas organicamente entrosados, de subsistência e vida social, exprimindo um tipo de economia semifechada. Esta foi caracterizada pela estrutura dos agrupamentos de vizinhança e o equilíbrio instável com o meio, obtido por técnica rudimentar, que pode ser considerada de mudança em relação à anterior, podendo-se dizer que o agrupamento descrito revela passagem duma economia capitalista autossuficiente para o âmbito da economia capitalista, manifestando sintomas de crise social e cultural, atentando-se para duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundas de período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Já os segundos são formações novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajuste do seu funcionamento, que permitem considerar a situação presente do grupo como sendo de crise nos meios de subsistência, nas formas de organização e nas concepções do mundo, em face das pressões exercidas pelo meio social circundante, sob o influxo da urbanização – Crise - que condiciona a alteração dos padrões tradicionais, o seu desaparecimento ou a sua persistência, uma vez que a permanência ou a insistência, não deve ser considerada apenas fenômeno de demora, mas também recurso de ajuste à nova situação, que pode rejeitar as normas e práticas anteriores, ou incorporá-las, depois de redefini-las.

Vemos assim, que as novas necessidades têm grande importância na configuração da mudança de cultura, pois essa se apresenta, sob certos aspectos, como restrição, ampliação ou redefinição de necessidades, na qual todas as vezes que surge, por difusão da cultura urbana, a possibilidade de adotar os seus traços, o caipira tende a aceitá-los, como elemento de prestígio. Este agora, não é mais definido em função da estrutura fechada do grupo de vizinhança, mas da estrutura geral da sociedade, que leva à superação da vida comunitária inicial.

Como se bem observa, há interpretação de planos, em que o passado e o presente, o mágico e o racional se combinam normalmente, sancionando em conjunto, por assim dizer, a validade do ato. Ao contrário do que ocorre na cultura material, a substituição não se dá tão claramente.

Mesmo no terreno material, porém, a mudança se opera em função das alterações no plano econômico, e como estas não romperam ainda de todo muitos elementos da vida tradicional, nele também vemos a alternativa de permanência e transformação, que condiz muitas vezes ao abandono completo dos gêneros tradicionais de vida, levando o caipira ao trabalho em zonas de agricultura moderna, onde se incorpora aos novos padrões, quer, sobretudo, incorporando-o ao proletariado urbano, que mostram o sentido em que se dá a mudança na condição econômica: sempre da propriedade para a parceira, e quase nunca o contrário, mostram ainda, como na atual conjuntura há paridade de posição social entre parceiros e pequenos sítiantes herdeiros da mesma tradição de cultura, igualmente atingidos pela crise de incorporação à economia moderna, nivelados na luta pela subsistência imediata.

Entretanto, é necessário salientar que esta paridade não é absoluta, se passarmos das relações de uns e outros para a análise mais pormenorizadas dos traços de mudança social e cultural. Aí, veremos que há no sítiante maior capacidade, não apenas de preservação da cultura, como de ajustamento mais harmonioso à situação de crise das formas desinteressadas pelas que envolvem retribuição computada rigorosamente fazendo com que as instituições tradicionais do terno e do mutirão cedam lugar às diversas modalidades de troca de serviço individual ou coletivo, que refugam em mentalidades mais econômica, que continuam vigorando para os conservadores ou os que lhe estão quase naturalmente sujeitos pelos vínculos de parentesco centrada na relativa explosão da sociabilidade dos velhos grupos vicinais, dando lugar a relações constantes com outros bairros, com a vila, não raro com as cidades, e, portanto, a formas novas e mais amplas de interação e experiência social.

A esse respeito cabe considerar, que o caso do mutirão, por exemplo, no qual a disposição de ajudar desinteressadamente coincide, não raro, com o laço de parentesco, bem como acrescentar o parentesco convencional do compadrio, que, embora não tenha a mesma força de antigamente, ainda pode dar lugar a relações de vizinhança equiparáveis, em alguns casos, às de um “bloco familiar”, que promovem a interdependência das famílias, e, portanto, contribuem para integrá-las no grupo de assistência mútua no trabalho e suas modalidades que exprimem a oferta de alimentos nos diversos aspectos econômico-sociais organizados em torno da obtenção dos recursos de sobrevivência, que se baseia na reciprocidade, fazendo com que esta apareça mais ou menos regularmente na alimentação, graças à retribuição eventual a um bem de consumo cuja importância é de tal ordem que não pode restringir-se à família, requerendo participação na formação e desenvolvimento dos laços de solidariedade, que são ao mesmo tempo fatores de preservação grupal, na medida em que permitem aos grupos rurais de vizinhança resistirem, enquanto estrutura, ao impacto da mudança causada pela urbanização permitindo tender àquele ritmo satisfatório em que ela encontra melhores condições para se processar, podendo ser considerados verdadeiros mecanismos de sobrevivência social e cultural.

Graças a tais conexões, compreende-se que o caipira consiga frequentemente, no espaço de alguns anos, se não assimilar-se, ao menos acomodar-se satisfatoriamente nos padrões propostos pela civilização urbana, que aqui podemos indicar que o processo de urbanização-civilizador, apresenta ao homem rústico propondo ou impondo certos traços de cultura material e não material, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados, a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana, que levaram a concepção de três reações adaptativas em face de tal processo: aceitação dos traços impostos e propostos, aceitação apenas dos traços impostos e rejeição de ambos.

É claro que a formulação supõe três ideais de caipira, movendo-se num espaço sociocultural homogêneo, e optando livre e conscientemente. A realidade é diversa, e se podemos reter ou três tipos básicos, é forçoso acentuar que a sua conduta não é livre e depende duma série de fatores. Assim, embora o caipira seja arrastado cada vez mais para o âmbito da economia capitalista, e para a esfera de influência das cidades, procuram ajustar-se ao que só poderia chamar de mínimo inevitável de civilização, procurando doutro lado preservar o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio, sem planejamento racional, que traz à tona o problema da reforma agrária, na qual o caipira é condenado à urbanização, e todo o esforço de uma política rural baseada cientificamente no sentido de urbanizá-lo, o que é diferente de trazê-lo para a cidade.

Para tanto, o passado da sociedade caipira permite definir tipos humanos mais ou menos plenos, dentro dos seus padrões e das suas possibilidades de vida econômica, social, religiosa, artística. No entanto, como



hoje o homem rústico se incorpora cada vez mais à esfera das cidades, à medida que isto se dá aqueles usos, práticas, costumes se tornam, em boa parte, sobrevivências, a que os grupos se apegam como defesa. Daí ser preciso facultar-lhe a opção entre eles e os que, dentro das condições atuais, consideramos compatíveis com a realização da personalidade, ainda que em níveis modestos.

Em momentos como o nosso, quando vemos as possibilidades de ação sobre a Natureza e a Sociedade aumentarem em número e eficiência, podemos realmente analisar, que o caipira é um dos tipos humanos existentes no meio rural brasileiro, conforme a região na qual se situa no país, que faz com que o tipo tenha uma designação rural diferente, entretanto, há tendência para chamar qualquer pessoa de cultura rústica, qualquer pessoa do interior de caipira, para tanto já no sentido meio depreciativo e pitoresco, dizer que a pessoa não possui hábitos civilizados, não é nesse sentido adequado usar no contexto como o nosso, uma vez que o caipira é um morador do campo, da zona rural, que vive numa sociedade relativamente homogênea, com valores tradicionais marcados, que são frutos da evolução histórica do grupo social radicado no estado de São Paulo, não necessariamente no estado, todavia pode-se chamar área caipira grande parte do estado de Minas Gerais, grande parte do estado de Goiás, grande parte do Mato Grosso, grande parte do Paraná, assim como, de certa maneira os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, que proporcionaram conhecer o passado pela tradição e pela análise de pequenos agrupamentos desenvolvida pela meditação e o contato com a realidade viva dos grupos, que permitiram poder esboçar critérios estatísticos ou acumulativos, onde não se poderia sequer esboçar.

Cabe aqui afirmar que, o caipira é fruto de uma sedimentação racial, de uma sedimentação histórica e de uma sedimentação cultural, que lhe dá características próprias, inclusive na maneira de falar, de se comportar, de trabalhar, de se relacionar. Se nós tomarmos um padrão um pouco abstrato, não que corresponda exatamente a realidade, mas é um modelo que se é para medir a realidade, o caipira teoricamente, do ponto de vista racial provém da mistura de branco com índio. A mistura de branco com índio que deu mameluco, porém o mais importante não é isso, mais sim as características culturais deste tipo humano mestiçado. Esse tipo culturalmente é um tipo caracterizado por um traço muito interessante que é a fusão da cultura portuguesa com as culturas indígenas locais.

Vale salientar que o caipira é muito mais português do que se pensa, pois houvera um tempo, quando o ativismo brasileiro, que acentuava muito os componentes indígenas, por exemplo, o famoso “erre” automático, que é típico da área caipira, como por exemplo: arto, artura, armoço, argudão, arfére, entre outras. Esse “erre” automático sempre se achou que era influência dos indígenas, pois possuem esses “erres”. Os indígenas não falam “ele”, porém acontece que se fala em muitas regiões do aprisco português; então, é muito difícil diferenciar o que é português e do que é indígena. Além da língua dada, como exemplo, pode-se citar os costumes, como, o jogo do pau (cajado), que é um jogo de origem portuguesa, na qual consistia na luta de cada um com o cajado na mão, uma coisa puramente portuguesa, e que se parecia um pouco com o uso do tacape e dos bastões de combate dos indígenas. Neste sentido, nota-se que é muito difícil dizer o que vem do português e o que vem dos indígenas, e que na cultura caipira os elementos dos dois lados se fundiram. Todavia, segundo Antonio Candido, em São Paulo, se falava não a língua portuguesa propriamente, falava-se uma língua geral, ou seja, o tupí-guarani adaptado pelos jesuítas. Um fato interessante disso tudo é que senão fossem as pressões do governo português para uniformizá-la, hoje seríamos bilíngues.

A esse respeito cabe considerar que a cultura caipira, para poder manter as suas características tradicionais, manteve-se isolada, pois a área que o paulista controlava era uma área extremamente grande, que foi percorrida por grande parte das regiões e que se fixou em uma parte do Brasil. Além disso, o paulista era nômade, ou seja, o nomadismo e o isolamento, acabaram por ser os dois elementos próprios favoráveis ao caipira, uma vez que o mundo bandeirante era uma grande empresa econômica interessada em terras férteis, especiarias, minerais, que acabavam por aprisionar índios, sendo essa a atividade principal para vendê-los como trabalhadores: primeiro, para os engenhos do nordeste brasileiro; segundo, onde houvesse necessidade de mão de obra.

No entanto, essa prática de comércio gerou nos bandeirantes uma sede de territorialidade imensa, que acabou por mudar ao longo dos tempos, pois quando esses bandeirantes se sedentarizaram, ou seja, quando se perdeu a iniciativa maior, quando deixou de ter contato com o mercado, não forneceu mais mão de obra para suprir as necessidades da época, esses bandeirantes se tornaram caipiras, ocasionando com que uma parte se

tornassem fazendeiros, exportadores, gente que foi ganhar dinheiro em setores localizados nas cidades, como São Paulo, Sorocaba, Parnaíba, Itú, Taubaté, entre outras, assim como o homem rural propriamente, que ficou perdido naquela imensidão de território, fazendo com que este deixasse de ser um protagonista da economia de mercado, e se transformasse em um produtor para si mesmo, para os seus interesses, se tornando bandeirantes obsoletos, que se sedentarizaram em parte, sendo móveis, pois se separam da economia do mercado em termos, entretanto, levam a sua produção de subsistência para vender nas feiras das vilas frequentemente.

É importante ressaltar que além da cultura caipira, do índio e do português, o negro também entrou, na qual houve escravidão em São Paulo, no Vale do Paraíba, na zona de Campinas e o negro acabou por se acaipirar; então, essa fusão fez com que o mundo caipira se enriquecer pela cultura africana e haver uma espécie de indiferenciação entre a herança indígena, portuguesa e a africana, que juntos assimilaram e conservaram os elementos condicionados que obedeceu as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos, na habitação, na dieta e no caráter do caipira.

Imaginemos desta forma, que aqueles territórios imensos, que existiam no passado, com faixas de terras cobertas de floresta, em primeiro momento estavam intactos, mas quando o caipira chegava, se apossavam da região, botava fogo, queimava, fazia a roça, fazia o rancho e ali passava alguns anos; porém com o passar dos anos, pegava as suas coisas e de forma repentina ia-se embora, fazendo as mesmas coisas a frente, em uma outra região, ou seja, o processo desencadeado pelo caipira tratava-se de uma cultura extremamente móvel e incessante, que provocava uma grande destruição ambiental, dando lugar a uma população móvel, que muito escassamente, gerou um tipo de assentamento no solo muito disperso.

Cabe afirmar, que a unidade básica da cultura caipira não é nem a vila, nem a casa, muito menos a família, mas sim o bairro, pois o bairro, como se sabe é aquela fração de território, que foi povoada de maneira muito espalhada, em que as pessoas não possuem contatos imediatos, mas que se sentem pertencentes de uma mesma comunidade. Ou seja, a pessoa pode passar cinco, seis ou até sete meses sem ver o seu vizinho mais próximo, entretanto, quando é realizado uma festa considerada vitalícia do bairro, como por exemplo, a festa de São João, essa é feita com uma certa quantia de vizinhos, e o caipira isolado dos centros urbanos, sem nenhum contato, periodicamente se encontra em função das necessidades comunitárias do seu bairro, como outro exemplo, podemos citar a construção de uma casa, na qual o caipira dono da casa não pode fazer sozinho; então, tem que fazer um mutirão, na qual para realizar o mutirão, serão chamados os vizinhos que pertencem ao mesmo bairro, que mobilizam em geral toda a população e revelam a sua unidade, levando também ao surgimento do fenômeno ecológico-social da complementaridade.

O cururu é um exemplo dessas atividades tipicamente caipira que preserva a harmonia do grupo, que segundo Antonio Candido ao realizar um estudo no município de Piracicaba, entre 1943 e 1945 enfatizou que é feito para pagar uma promessa, como por exemplo, a Santo Antônio, para ter uma boa colheita de milho, que após ter atingido tal graça, o caipira realiza a colheita do milho, fazendo então um cururu para o Santo Antonio, convidando os membros do bairro, que se reunindo na casa do caipira que fez a promessa, banqueteados com diversas iguarias do milho. Ou seja, o cururu é um fator de harmonia grupal, que quando o caipira passou a se sentir já nos tempos modernos, não mais um membro de um bairro só, mas sim um brasileiro, na qual a expansão capitalista, como fórmula de ajustamento do grupo ao meio em função da subsistência, com base no círculo fechado dos agrupamentos de vizinhança, cuja autonomia ecológica se tornou sobrevivência, uma vez que o caipira prezava pelo lazer, que fazia parte da cultura caipira, que acarretou na fama injusta do caipira ser vagabundo.

A título de relevância do assunto, o caipira tinha muito lazer e possuindo tais questões, este podia caçar e pescar, não por se divertir ou entreter, mas porque estas atividades faziam partes da dieta dele, uma dieta que se aproxima da dieta dos indígenas, da dieta do primitivo. Entretanto, a partir do momento, que este fica subordinado ao mercado capitalista, se ver cheio de necessidades para comprar bens de consumo para os quais não possui dinheiro; então, diante destas necessidades que surgiram, o tempo do caipira acaba. Ou seja, a margem de lazer acaba e o caipira não pode mais caçar, nem pescar.

Um fato interessante é que a dieta caipira antigamente era muito equilibrada, por causa do isolamento, e imerso a essa cultura isolada que foi construída uma cultura de subsistência de caça e pesca que lhe permitiu

sobreviver. No entanto, a partir do momento que a sua margem de lazer diminuiu, a dieta também empobreceu bastante.

Ao considerar tal situação, ressalta-se que o caipira é antes de mais nada um homem livre, um descendente dos indígenas, dos bandeirantes, um homem livre e o trabalho regular no Brasil no passado era uma barbaridade descomunal, era um trabalho extremamente escravocrata, com chibatas, correntes, castigos. Assim, o escravo, naquela época, não tinha outra alternativa, era trazido como um animal, comprado, tirado da terra dele, tinha que trabalhar aonde estava. Já o caipira, por outro lado, tinha as terras sertanejas em sua frente, podendo fugir, escapar, se recusar, era livre, não era escravo. Porém, quando o caipira se deslocava para a cidade grande, como São Paulo, por exemplo, este se marginalizava, se sucumbia a trabalhar como servente de pedreiro, trabalhando severamente na construção civil, trabalhando como porteiro, soldado e por questões de espaço, do próprio financeiro, até mesmo do social vai morar nas periferias.

Cabe observar neste contexto, que a cultura caipira, é uma cultura extinta, no entanto as suas sobrevivências estão dispersas em meio a sociedade, que por sinal é muito grande e evidencia traços culturalmente entre a cultura caipira e a cultura urbana. Com base nesta percepção, enfatiza-se que o caipira é um brasileiro que mora no mesmo país que todos os outros brasileiros, que saía do sítio e se deslocava para vender seus produtos em outra cidade, como por exemplo, Campinas, Botucatu e outras, que quando adentrava nas cidades se deparava com as modernidades daquela época; portanto, não existe separação severamente drástica entre a cultura urbana e a cultura rústica, entre o mundo do homem da cidade e o mundo do caipira, entre o mundo civilizado e o mundo ainda parado no tempo.

Com efeito, há, em linhas gerais, uma continuidade, uma sequência, na qual se tem extremo, por exemplo, as classes dominantes da cidade de São Paulo vivendo com muitos refinamentos, seguindo um padrão totalmente europeu, que exalta a sofisticação técnica. Já no outro extremo, se tem o caipira usando lenço na cabeça ao invés de chapéus de couro sofisticados, se tem um caipira que possui o hábito de andar descalço e dormir no chão. Ou seja, são dois extremos, na qual no meio de ambos existe uma vasta gama, que para qual se tem um homem da cidade meio acaipirado e o caipira meio urbanizado que, graças aos recursos modernos de comunicação, ao aumento da densidade demográfica e à generalização das necessidades complementares, acham-se frente a frente: homens do campo e da cidade, sitiantes e fazendeiros, assalariados agrícolas e operários bruscamente reaproximados no espaço geográfico e social, participando de um universo que desvenda dolorosamente as discrepâncias econômicas e culturais.

Essa intercomunicação existente entre as culturas, vale salientar é constante, pois assim como há caipira em São Paulo que é um eco deformado e folclorizado da cultura caipira inicial, essa própria cultura não nasceu por si só, ela nasceu de intercâmbio com a cultura erudita. Ou seja, com a cultura portuguesa existente na maneira de falar, na qual se sabe que na cultura caipira, o próprio caipira fala mais puramente correto do que todos nós, pois a sua linguagem é igual a linguagem culta utilizada no século XVII e ao falarmos da cultura caipira é importante salientarmos que nós estamos dentro dos valores do mundo.

Por fim, enfatizamos, que o livro “Os parceiros de Rio Bonito” consubstancialmente discute, analisa e objetiva compreender os elementos de mudança do estilo de vida rural e resistência ao processo de urbanização das atuais condições de vida do caipira paulista começando pelo estudo dos elementos diretamente ligados à manutenção da vida, mormente direcionados para a exploração dos recursos naturais que compõe a dieta. Em seguida, direciona-se para os estudos das formas de vida social que permitem aos agrupamentos rústicos a sobrevivência enquanto grupos de vida do velho paulista rural das classes inferiores, para chegar as considerações sobre as características da sua cultura, encerrando deste modo uma radicalidade ética e evidenciando o aflorar de uma prática decorrente da convivência marcada pela cordialidade e polidez.

## Referências

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CASTILHO, Dinah E. G. **O cururu – uma manifestação folclórica caipira – e sua sobrevivência frente à globalização**. -- Rio Claro : [s.n.], 2008.

## Interrogando A Pesquisa Histórica Sobre As Ferrovias Do Estado De São Paulo: Teorias, Métodos e Fontes

Cristina de Campos<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2021.v13i1.15896>

### Resumo

O ensaio faz uma reflexão sobre as contribuições teóricas, métodos e fontes documentais nos estudos sobre a implantação das ferrovias no Brasil, no século XIX. A reflexão é resultado de pesquisa de história social da transferência da tecnologia ferroviária realizada na província de São Paulo, que envolveu capitalistas, produtores rurais, especialistas e órgãos públicos para introduzir a nova tecnologia para instalação e operação desse sistema de transporte. No tocante as fontes históricas, o texto ressalta os desafios enfrentados pelos pesquisadores para localizar os documentos, relatórios e outros papéis das primeiras companhias ferroviárias. A partir dos materiais que estão disponíveis para pesquisa, indica-se as possibilidades de estudos que contemplem aspectos da técnica e da tecnologia ferroviária.

**Palavras-chave:** ferrovia brasileira, transferência tecnológica, história social da técnica e da tecnologia.

### Abstract

#### Interrogating Historical Research on São Paulo State Railways: Theories, Methods And Sources

The essay reflects on the theoretical contributions, methods, and primary sources in studies on the implementation of railroads in Brazil in the nineteenth century. The reflection is the result of social history research of the transfer of railroad technology carried out in the province of São Paulo, which involved capitalists, rural producers, experts, and public officials to introduce the new technology for the installation and operation of this transport system. About historical sources, the text highlights the challenges faced by researchers to locate the documents, reports, and other papers of the first railroad companies, and indicates the possibilities for studies with the existing documentation. From the materials that are available for research, the possibilities of studies that contemplate aspects of railway technique and technology are indicated.

**Keywords:** Brazilian Railroads, Transfer Technology, Social History of technical and technology.

### Resumen

#### Interrogando la investigación histórica sobre los Ferrocarriles del Estado de São Paulo: teorías, métodos y fuentes

El ensayo reflexiona sobre los aportes teóricos, métodos y fuentes documentales en los estudios sobre la implementación de los ferrocarriles en Brasil en el siglo XIX. La reflexión es el resultado de la investigación sobre la historia social de la transferencia de tecnología ferroviaria realizada en la provincia de São Paulo, que involucró a capitalistas, productores rurales, especialistas y organismos públicos para introducir la nueva tecnología para la instalación y operación de este transporte. El texto destaca los retos a los que se enfrentan los investigadores para localizar los documentos, informes y otros trabajos de las primeras empresas ferroviarias. A partir de los materiales que se encuentran disponibles para la investigación, se señalan las posibilidades de estudios que contemplen aspectos de la técnica y tecnología ferroviaria.

**Palabras-chave:** Ferrocarril brasileño, Transferencia de Tecnología, Historia social de la Técnica y Tecnología.

---

<sup>1</sup> É Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu e pesquisadora do instituto Anima. Professora Colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria e História da Urbanização, História Social da Técnica e da Tecnologia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9379-5057>. E-mail: [crisleine@gmail.com](mailto:crisleine@gmail.com).

In this review I intend to reflect upon the theories, methods and primary sources that have shaped recent research on the history of railways in Brazil. I will use my own research as a prompt to suggest important new fields and methods of inquiry for broader Brazilian mobility studies and particularly for the study of the nation's railways. My work began in 2013, supported by the Department of Science and Technology Policy at the Institute of Geosciences at State University of Campinas. The research was about the social history of the transfer of railroad technology to the province of São Paulo. It sought to understand the social actors involved in bringing the new technology for the installation and operation of this transport system. The research was supported by CAPES and was completed in 2018.

Currently, my research theme is focused on the role of railway technology in the occupation of the suburban area of the city of São Paulo, along the "Companhia São Paulo - Rio de Janeiro", a railroad line between São Paulo and Rio de Janeiro. In the 20th century, the company was incorporated into "Central do Brasil", an important public railway company. The research is supported by the Postgraduate Program of the University São Judas Tadeu, under a scholarship from Anima Institute.

The project about the transfer of railroad technology seeks to understand the creation and spread of railroad technology in the southeastern province of São Paulo during the final decades of the nineteenth century. Given that most works in Brazilian railway history have occurred at an institutional level, research that focuses on technology and expertise are sorely needed. In order to create this work, though, researchers must first have a discussion about the challenge of accessing sources for such research, consider the works that have already laid some of the groundwork, and work to come up with innovative ways to read what sources do exist against the grain in search of the role of technology.

The success of the Province of São Paulo's agro-export activities during the 1800s led to the creation of the region's first railway companies by the end of the century. Agricultural producers supported the railroad because of the speed, safety, and low cost with which they transported goods from farms to ports. However, the implementation of the railroads was a complex task that required citizens with technical knowledge and a society with a high degree of industrialization, requirements that the country – still home to legal slavery and predominantly rural in the second half of the 1800s – could not meet. Faced with such national limitations, worried farmers and their partners were forced to build up the technical knowledge railroads required through the slow accrual of railroad technology and a transfer of know-how from abroad (CAMPOS, 2012). As they created the nation's railroad network, these rail proponents also pushed for the expansion of the needed support network of secondary businesses such as repair workshops and parts manufacturers.

The first railway company organized in São Paulo was the Companhia Paulista de Estradas de Ferro (Paulista Railroad Company), in 1868. The company - which had several São Paulo farmers on its board and among its shareholders - hired a Brazilian engineer, João Ernesto Viriato de Medeiros, to construct the network<sup>2</sup>. Viriato de Medeiros was given a great deal of power, including the right to choose which international manufacturers would produce the materials necessary for the rail's construction. At Viriato de Medeiros' behest, the board of the Companhia Paulista acquired the materials from England and sent Viriato de Medeiros to oversee the production operation. Viriato de Medeiros also hired the company's first set of technicians and other specialized railway workers from abroad. This foreign workforce took the lead in training their Brazilian counterparts (CAMPOS, 2012). Without the foreign laborers the company would not have succeeded due to the paucity of such skilled workers in Brazil at the time<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> The country had an engineering school operating in the capital of the empire, the Escola Central. However, with the increase of railway companies in the country from the last decades of the nineteenth century the number of engineers available in the market was insufficient for the high demand for these professionals. In many companies' foreign professionals were hired to design the rail lines. About this see Telles (1984). The Companhia Paulista reports can be found in libraries such as the Central Library of the Polytechnic School of the University of São Paulo, São Paulo State Archive, and the Library of the FEPASA Complex, located in the city of Jundiaí. The reports are available online on the website of the Memória Ferroviária Project available at <https://memoriaferroviaria.rosana.unesp.br/> Accessed 11 Aug. 2021.

<sup>3</sup> Indeed, almost all materials required for the construction and running of railways were imported. Even laborers and skilled workers came from abroad. See Cechin (1978), Garcia (1992) and Cunha (2005).

Companhia Paulista's history illustrates how the transfer of railroad know-how and the movement of technology between Europe and Brazil occurred during the late 1800s. Because of the complexity it entails, we must understand the transfer of technologies and technical skills as broad social processes, not simply determined by their technical aspects. While experts like engineers and mechanics played a central role in the transfer of railroad technology to Brazil, it is important to consider how social agents such as businessmen, laborers, and public officials also enabled the transfer through political and social efforts. Both the technical and social actors were required to make the import of railroad technology possible.

This viewpoint, though, is not often seen in the vast historiography of the Brazilian railways. Few works offer information on the role that social or political processes played in the growth of technologies or their attached networks. It is far more common to find analyses that focus on the minute details of a single corporation rather than on the whole socio-political ecosystem that underlies a company's operation. In these institutional approaches, the company appears as a single entity, with social actors making only select appearances in places where they cannot be avoided. As scholars strive to learn more about the transfer of knowledge and technology to Brazil, they must start to ask questions of both the major corporations and the social agents involved with their operation. When it comes to the actual act of exchanging technology, for example, who were the actors that physically brought technical equipment or expertise from one place to another? The companies benefited from such exchanges, but it is not possible to say that corporate entities did all the work. It is essential that scholars begin to complement corporate histories with primary research devoted to understanding who the social actors that helped facilitate technology transfer were and what they hoped to achieve.

In Brazil, several authors research the history of the railways from an institutional or state-level viewpoint that focuses on government policies or major companies. Much of the work of these scholars' centers on how railroads impacted the national economy or helped alter the physical configuration of cities<sup>4</sup>. Because the study of railroads lends itself to an interdisciplinary approach—one must combine economic history, cultural heritage, and urban development into a single study—researchers face a mountain of potential data sources. Sorting through these sources and choosing a comprehensible subject means that many of the existing studies are purposefully limited in scope. While each offers a valuable addition to the effort of understanding the implementation of the railways, none have adequately dealt with the history of technical expertise and technology in this process. In most existing literature, the technology transfer process is only mentioned briefly, forcing scholars interested in the subject to turn to underutilized primary sources to gather information about this process.

All this is not meant to suggest that works that consider Brazilian railways from the perspective of technical expertise or technology do not exist. During the 1980s and 1990s, several works on railway technologies emerged from groups of researchers interested in the larger history of technology in Brazil. Most of these studies emerged from the University of São Paulo and, to a lesser degree, the State University of Campinas. At the University of São Paulo, most of this work emerged from the Interdisciplinary Center for the History of Science and Technology and the Department of History of Architecture and Design Aesthetics. At the State University of Campinas, the Social History of Science and Technology group that emerged from the Department of Science and Technology Policy made significant theoretical contributions to the field of history of technology<sup>5</sup>. These groups have published several studies on the national railways, mainly from an institutional or national level, but they also discussed the techniques and technologies used by early railway companies. Marilda Nagamini (1994), a researcher from the group at the University of Sao Paulo, has made important contributions to railway studies by arguing that the successful training of engineers at the first Brazilian engineering schools was integral to the later dissemination of technical expertise around Brazil.

More than simply contributing to the historiography of technology in the country, these researchers offer a new research methodology to the field by showing that technical expertise and technology should not be construed as a phenomenon confined to a single subject area. As indicated by Szmrecsányi (1985), like science, technology is not neutral, on the contrary, it is the result of political, economic, and social interactions of the

<sup>4</sup> Research on Brazilian Railroads from the past decades serve as important references for the subject, see Matos (1974), Mattoon Jr (1977), Lamounier (2000), Oliveira (2009), Goularti Filho e Queiroz (2011). For a more complete survey of the history of railways in Brazil see Oliveira (2014).

<sup>5</sup> Of great importance in these universities there were researchers such as Milton Vargas, Shozo Motoyama, Marilda Nagamini, Ruy Gama, Júlio Roberto Katinsky and Tamás Szmrecsányi.

society that seeks its production or transfer. To understand the process of technology transfer, the historian must understand the society that generated such demands for technology. This methodological approach seeks to put technology within a broader social context and has permeated much of the current academic production within the history of the technology field.<sup>6</sup>

Given that technology and technical expertise are barely mentioned in the most formative histories of the Brazilian rail network, scholars interested in its role must work diligently to uncover the subjects in the primary sources. This gap in the historiography forces researchers to find and read sources in ways that allow for a better understanding of the accrual of railway technology in Brazil. The same documents that have been used to tell the history of railway economics or politics can be used again to tell the history of technology. The reports, opinions and projects undertaken by Viriato de Medeiros, for example, discuss issues important to understanding the process of technological exchange. An additional hurdle must be overcome, however. Most of these corporate sources remain the property of private corporations that are not open to researchers. Thus far, most available documents through which scholars can attempt to learn about the railroads are the company reports made available to the public only as reports to shareholders. From these reports it is possible to obtain annual information on corporate activities, the number of employees, revenues, expenses, projects, and shareholders. But other troves of documents remain removed from the researcher's gaze.

Only when researchers use the few publically available archives, as I did for my dissertation research into the organization of a railway company in the 1880s, can we compare the publicly available records to those held by private corporations<sup>7</sup>. While the public reports to shareholders provide little in the way of technological development, corporate documents, especially those produced by the chief engineer provide a wealth of information on the use of technology within the railway corporation, making it possible to study the use of new technologies such as concrete and theodolite.

However, the scant corporate sources held in public archives make it nearly impossible to accumulate convincing evidence on the use of technologies in the nation's railways. Only select collections of sources exist and researchers have had little luck in locating new collections of railroad companies' corporate documents. These limitations force scholars to read available sources in creative ways that can help connect the choices made within corporations to their real-world application. Existing documents from three main areas: government reports, engineering journals, and the papers of professional associations cast new light onto how the transfer of technology and technical expertise occurred with private corporations. In the matter of government reports, the Annual Reports produced by the presidents of provinces provide information on the growth and financial situation of the companies but make few references to the use or expansion of technology. These reports do identify the technical leaders of the companies, though, which can help establish the web of social relations that govern corporations. Given the absence of internal company documentation, engineering journals represent a source in the effort to map the transfer of technology. The journals cover the use of new technologies in numerous fields, including railways, and, in many cases, were written by the engineers directly involved in the process. The *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro* and the *Revista de Engenharia* have circulated among Brazil's community of engineers since the 1860s. The articles they contain give detailed accounts of the technologies used by companies, the origin of these technologies, and how these professionals learned about them. Professional associations provide a final potential source base for research into the history of railway technology. Promoted by their own membership the Clube de Engenharia, founded in 1880 in Rio de Janeiro, commonly discussed questions about technology in their meetings.<sup>8</sup> The resulting exchanges were then published in the final reports of the club. Such professional associations influenced not only the professional field, but also the decisions of the Brazilian government in the early twentieth century. The perspectives on technology they present, therefore, are vital to our studies.

<sup>6</sup> A good example is the work by Francisco (2007).

<sup>7</sup> This is the documentation of Rioclarense Company, the reports of the chief engineer Antonio Francisco de Paula Souza. This documentation is in the Seção de Obras Raras of the Mário de Andrade Library, located in the city of São Paulo.

<sup>8</sup> This was the case of Engineer Adolpho Augusto Pinto, from the Companhia Paulista, who referred questions concerning the expansion of the company western trunk line for discussion and opinion of the Clube de Engenharia, between 1901 and 1902. See Campos and Oliveira (2012).

What happened to the internal documentation of railway companies active in São Paulo? If the documents exist, their whereabouts are a mystery. The difficulty in locating official documents stems from the nationalization of companies in the 1960s and the subsequent privatization of those corporations in the decade? Because the documents changed hands and locations so many times, locating them and gaining access to them is incredibly difficult. Faced with this situation, researchers from the São Paulo State University (UNESP) have devised a project that aims to organize all the publicly available materials on the railroads of São Paulo into a single database. Far from offering an exhaustive collection, the initiative seeks, first and foremost, to preserve what is left of São Paulo rail memory.

The histories of technical expertise and technology related to transport are little explored by Brazilian academics. Despite the source limitations that exist, there are several research opportunities within the field, particularly in railways, inland waterways, and roadways. After choosing a subject, though, the next challenge for the historian of technology in Brazil is to overcome the obstacles of source availability and a static historiography that has only rarely dealt with technology's place in the nation's transportation system. It seems that there are scholars up to this challenge.

### Acknowledges

Professor Dhan Zunino Singh (Universidad Nacional de Quilmes), for the suggestions made to the manuscript. Instituto Ânima. CAPES and FAPESP.

### References

CAMPOS, C. Escolas Profissionais e Oficinas Ferroviárias: uma história social da transferência da tecnologia ferroviária em São Paulo. IN: **Anais Eletrônicos do 13º Seminário de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência e da Tecnologia (2012). Disponível em: [http://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=606](http://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=606) Acesso em: 11 Ago 2021.

CAMPOS, C. Antonio Pereira Rebouças Filho e a transferência da tecnologia ferroviária na Província de São Paulo IN: **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia 14º SNHCT**. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de História da Ciência e da Tecnologia, (2014). Disponível em: [http://www.14snhct.sbh.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=800](http://www.14snhct.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=800) Acesso em: 11 Ago 2021.

CAMPOS, C.; OLIVEIRA, E. H. Piratininga, the trading post of Alta Paulista: the history of a city planned by a railroad company in Brazil, 1905 in **15th IPHS Conference Proceedings**. São Paulo: International Planning History Society, 2012. P. 1-12.

CECHIN, J. **A construção e operação das ferrovias no Brasil do século XIX**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1978. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281682>>. Acesso em: 11 Ago 2021.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/FLACSO, 2005. P.243.

FRANCISCO, R. C. **As oficinas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro: arquitetura de um complexo produtivo**". Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2007. P. 149.

GAMA, R. **Tecnologia e trabalho na história**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987. P.239.

GARCIA, L. B. R. **Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: trabalho e vida operária, 1930-1940**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências



Humanas, Campinas (1992) Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280756>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

GOULARTI FILHO, A.; QUEIROZ, P. R. C. **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados: Editora UFGD, 2011. p. 460.

LAMOUNIER, M. L. Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX. In *História econômica & história de empresas*, vol. III, n.1, 2000. Pp. 43-76.

MATOS, O. N. **Café e Ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega/Editora Sociologia e Política, 1974. P. 178.

MATTOON, Robert H. "Railroads, Coffee, and the Growth of Big Business in São Paulo, Brazil." *The Hispanic American Historical Review*, vol. 57, no. 2, 1977, pp. 273–295. JSTOR, [www.jstor.org/stable/2513775](http://www.jstor.org/stable/2513775). Accessed 9 Aug. 2021

NAGAMINI, M. Engenharia e técnicas de construções ferroviárias e portuárias no Império In **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. Pp. 131-161.

OLIVEIRA, E. R. New Studies in the History of Railway Transportation in São Paulo. *Mobility in History*, v. 5, n. 1, (2014), p. 96-104.

OLIVEIRA, P. L. **Ferrovias, sociedade e cultura, 1850-1930**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. P. 160.

SAES, F. M. A. **Ferrovias em São Paulo 1870-1940**. São Paulo: Melhoramentos, 1981. P. 199.

SZMRECSÁNYI, T. Elementos para uma história social da produção científica no Brasil. In *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, vol. 2, n.1, (1985), pp. 65-170.

TELLES, P. C.S. **História da Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984. P. 445.